

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 537 | Ano XIX | 10/6/2019

Fagocitose do Capital

*Possibilidades de uma economia
que faz viver e não mata*

Luiz Gonzaga Belluzzo

Guilherme Delgado

José Garlipp

João Ildebrando Bocchi

Esther Dweck

Ladislau Dowbor

Camila Ugino e Patrick Andrade

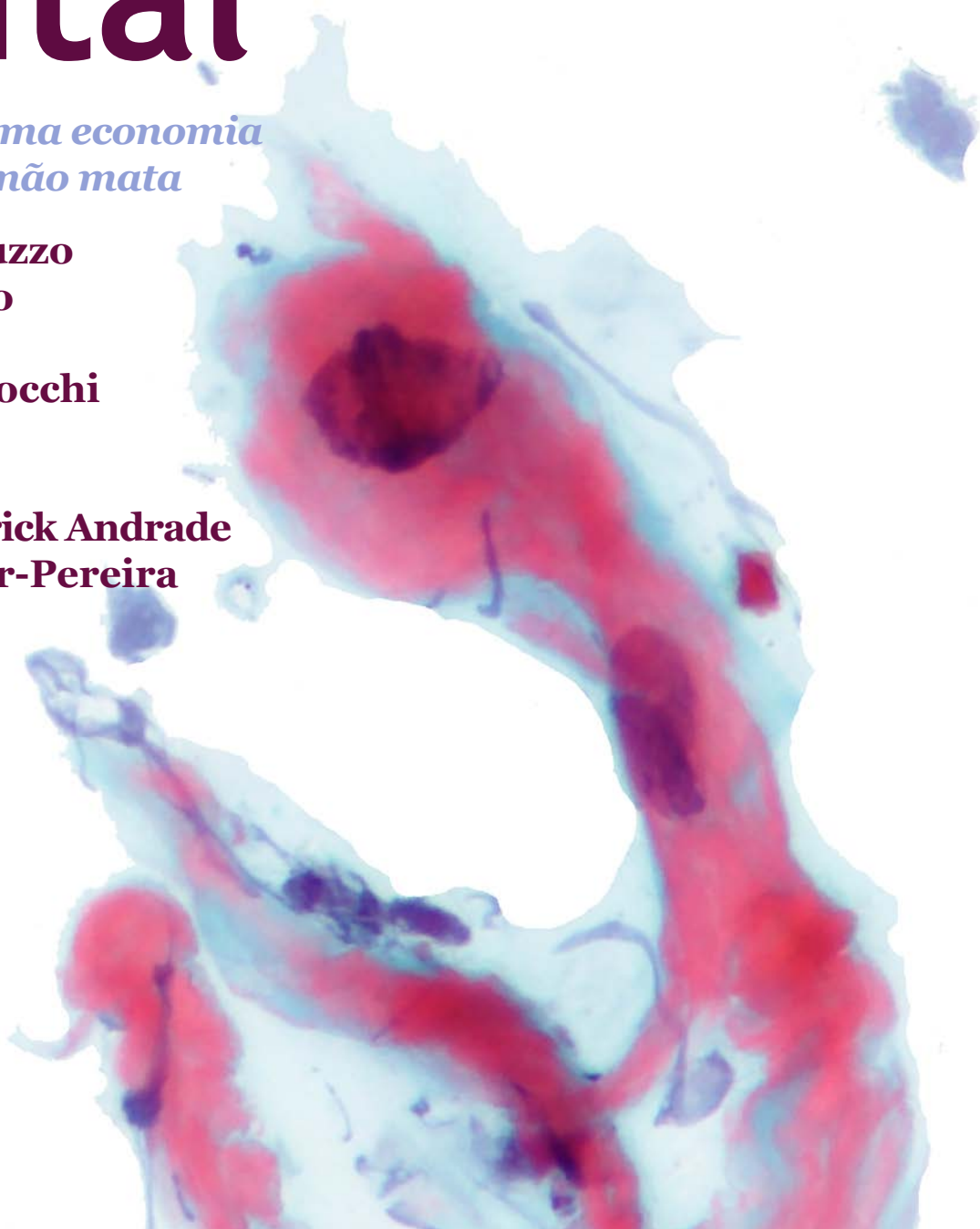
Luiz Carlos Bresser-Pereira

Leia também

■ **John O'Malley**

■ **João Ladeira**

■ **Jorge Grespan**



A fagocitose do capital e as possibilidades de uma economia que faz viver e não mata

Recentemente, o Papa Francisco convocou um evento a ser realizado em Assis, Itália, nos dias 26 a 28 de março – a convocatória do evento foi publicada nas Notícias do dia de 13-05-2019, no sítio o IHU, disponível em <http://bit.ly/2XE1FOu> –, em que se debaterá a realização de um pacto por “uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a deprecia”. Segundo Francisco, trata-se de “um ‘pacto’ para mudar a atual economia e dar alma à economia do amanhã. Sim, precisamos ‘re-amar’ a economia”, exclama o papa.

A presente edição da **IHU On-Line** quer contribuir neste debate, consciente da capacidade de fagocitose o capital, delinear possibilidades de uma outra economia.

O professor **Luiz Gonzaga Belluzzo** reconhece que é emergente a concepção de outros paradigmas econômicos, mas antes é preciso que se apreenda a gênese do capitalismo, com sua grande capacidade de adaptabilidade e de se reerguer de crises geradas por eles. O “velho cap”, como diz, precisa ser dissecado para que se consiga entender essa sua capacidade de transformação.

Guilherme Delgado, doutor em Economia pela Unicamp, também acredita que o totalitarismo de mercado não é a única possibilidade para superar crises. “A reflexão sobre economia humana, - segundo ele - fundamentada em critérios ético-teológicos, constrói simbolicamente novos argumentos e inspirações para mover desde já projetos suscetíveis de apresentar respostas a graves problemas”.

É com o intuito de recuperar essa perspectiva social no econômico que o economista e professor da Universidade Federal de Uberlândia **José Garlipp** recupera o pensamento de Karl Polanyi. A incrustação do tecido social na economia é uma das principais teses do autor do clássico “The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time” [Na edição em português, “A Grande Transformação. As Origens Políticas e Econômicas do Nosso Tempo” (Edições 70, 2012)].

A Escola Francesa da Regulação, que entre outros economistas, tem como Michel Aglietta como expoente é analisada pelo professor do Departamento de Economia da PUC-SP, **João Ildebrando Bocchi**.

Para a professora do Instituto de Economia da UFRJ **Esther Dweck**, o problema está realmen-

te quando se passa a ver a economia apenas como uma ciência exata, calcada em números e resultados. Por isso, defende que não se perca a perspectiva de que economia é ciência social aplicada.

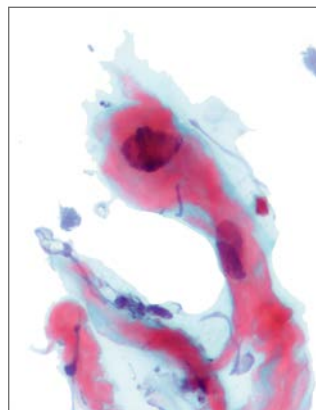
Ladislau Dowbor, economista e professor titular de pós-graduação da PUC-SP, acredita que já dispomos de recursos financeiros e tecnológicos para assegurar uma reconversão econômica. O que falta, para ele, é vontade política, menos glorificação de bilionários e mais bem-estar das famílias.

Os economistas **Camila Ugino** e **Patrick Andrade** também reconhecem essa capacidade de adaptabilidade do capitalismo, mas também revelam a incapacidade de assegurar certa estabilidade por um longo tempo. Por isso, apostam em saídas estratégicas atrás de políticas econômicas constituídas desde baixo, ou seja, que não sejam impostas pelos mercados, mas a partir da realidade política e social.

O professor **Luiz Carlos Bresser-Pereira** compreende o atual cenário e por isso reedita sua tese da emergência de um novo desenvolvimento. Isso porque, acredita ele, a teoria econômica neoclássica não dá conta dos desafios atuais, sendo necessária uma teoria econômica pós-keynesiana e um Estado forte.

Este número ainda traz a entrevistas com o jesuíta e historiador John O’Malley, que reflete sobre o Concílio Vaticano I, por ocasião do 150º aniversário, e o comentário de João Ladeira, que analisa o filme Sobibor, de Konstantin Khabenskiy (2018), e de Jorge Grespan, em apresenta seu novo livro Marx e a crítica do modo de representação capitalista (São Paulo: Boitempo, 2019).

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Crédito da capa:
Manuel Medina/
Flickr CC

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Jorge Luís da Silva Grespan** | Uma nova leitura sobre a representação capitalista de Marx
- 12 ■ **Tema de capa | Luiz Gonzaga Belluzzo**: O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço
- 20 ■ **Tema de capa | Guilherme Delgado**: Existem alternativas ao totalitarismo de mercado
- 29 ■ **Tema de capa | José Rubens Damas Garlipp**: A incrustação do tecido social na economia. Karl Polanyi e a reconstrução do pensamento econômico contemporâneo
- 38 ■ **Tema de capa | João Ildebrando Bocchi**: Aglietta e a Escola Francesa de Regulação: chaves para compreender a resistência do capitalismo
- 44 ■ **Tema de capa | Esther Dweck**: Quando a economia é vista como ciência exata, saídas para crises são restritas a dados numéricos
- 49 ■ **Tema de capa | Ladislau Dowbor**: A emergência da inversão: menos glorificação dos bilionários e mais bem-estar das famílias
- 54 ■ **Tema de capa | Camila Kimie Ugino e Patrick Rodrigues de Andrade**: Rotas de fuga para sair de crises só serão eficazes se vierem de baixo
- 60 ■ **Tema de capa | Luiz Carlos Bresser-Pereira**: Novo desenvolvimentismo e “raposa fora do galinheiro”: estratégias para saída das crises
- 64 ■ **John W. O'Malley** | A ebulição do mundo moderno e a reação da Igreja. 150 anos depois do Concílio Vaticano I
- 71 ■ **Cinema | João Ladeira**: Uma iluminação falsa
- 74 ■ **Publicações | Josué Pereira da Silva**: Renda básica em tempos difíceis
- 75 ■ **Outras edições**



ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação
Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU
Ricardo Machado – MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Redação
João Vitor Santos – MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patricia Fachin – MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Wagner Fernandes de Azevedo
(wfaezevedo@unisinos.br)

Revisão
Carla Bigliardi

Projeto Gráfico
Ricardo Machado

Editoração
Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do site
Inácio Neutzling, César Sanson,

Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Stefany de Jesus Rocha, Wagner Fernandes de Azevedo, Juliana Borgmann, Amanda Bier e Liege Barcelos.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Nestor Pilz
(nestor@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

A extrema direita resgata a experiência maquiavélica de usar a religião



“Notemos, pois, que na vida moderna, ou desde o final da Idade Média quando se forma o Estado nos delineamentos ainda hoje reconhecíveis, o culto ao Coração de Jesus e de Maria adquire uma dimensão política a cada momento mais evidente.”

Roberto Romano é professor de Ética e Filosofia na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Disponível em <http://bit.ly/2ZbhNHn>.

Cursos Pré-Universitários Populares e o pensamento crítico contra as desigualdades



“A ação formativa dos Pré-Universitários Populares coloca-se como um lugar onde conteúdos programáticos e luta política se relacionam intensamente com a perspectiva da transformação social.”

Carmo Thum é doutor em Educação pela Unisinos. Disponível em <http://bit.ly/2wGVxcp>.

4

Por uma esquerda mais ampla e moderna. O desafio de sair da bolha e voltar a governar



“É compreensível que quem está na luta por justiça no caso Marielle se incomode com a identificação dessa pauta ao Lula Livre.”

Tatiana Roque é professora do Instituto de Matemática da UFRJ e da Pós-graduação em Filosofia do IFCS/UFRJ. Disponível em <http://bit.ly/2ZbBfUE>.

Tensionar continuamente as relações sociais e institucionais



“A todo momento o presidente da República e seus ministros falam e editam decretos que afrontam a autonomia do Legislativo e do Judiciário.”

Paulo Baía é professor do Departamento de Sociologia da UFRJ. Disponível em <http://bit.ly/2wlySw4>.

As transformações do Exército Brasileiro



“No decorrer da história do Exército Brasileiro, os ideais da modernidade foram adotados conscientemente por meio da invenção de uma série de tradições que passaram a ser cultuadas na instituição para formatar de modo homogêneo a mente dos oficiais.”

Cláudio Leite é doutor em Ciências Sociais pela Unisinos, professor efetivo do magistério federal, lotado no Comando do Exército. Disponível em <http://bit.ly/2WPn2PC>.



Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Stiglitz: hora de enterrar um sistema fracassado

O experimento neoliberal — impostos mais baixos para os ricos, desregulamentação dos mercados de trabalho e de produtos, financeirização e globalização — tem sido um fracasso espetacular.

O artigo é de Joseph Stiglitz, jornalista, publicado por Outras Palavras, reproduzido nas Notícias do Dia de 07-06-2019, disponível em <http://bit.ly/2VpiWxE>.

Brasil perde jovens para violência em patamar de países como Haiti, aponta Atlas da Violência

Se os jovens brasileiros formassem um país próprio, as taxas de homicídio desse país se assemelhariam às das nações com os maiores índices de violência do mundo.

A reportagem é de Paula Adamo Idoeta, publicada por BBC Brasil, 05-06-2019, reproduzida nas Notícias do Dia de 06-06-2019, disponível em <http://bit.ly/2Wt8fdU>.

Pra você que correu pra linha do pênalti pra inocentar Neymar de estupro

Você aí que correu pro gol pra chamar Neymar de menino e a moça de vagabunda, você está ajudando a difundir o que nós chamamos de cultura de estupro.

Escreve Lola Aronovich, em artigo publicado no seu blog 'Escreva Lola Escreva', reproduzido nas Notícias do Dia de 05-06-2019, disponível em <http://bit.ly/2EQeA8D>.

Sem sublimar através do trabalho, dificuldade de conservar saúde mental

Considerado o pai da Psicodinâmica do Trabalho, Dejours se baseia em algo não tido muito em conta pela psicanálise: que o trabalho é base da identidade, uma fonte fundamental de sentido para a vida e um mediador insubstituível para a autorrealização no social.

A entrevista é de Verónica Engler, publicada por Página/12, traduzida por Wagner Fernandes de Azevedo, reproduzida nas Notícias do Dia, de 04-06-2019, disponível em <http://bit.ly/31d0KXp>.

“Um político nunca deve semear ódio e medo, mas esperança”, afirma o papa Francisco

O convite do Papa é forte e sincero. E também detalhado: “Para os crentes eu digo: rezem pela Europa. Aos não crentes peço o voto do coração, a boa vontade, o desejo que a Europa volte a ser o sonho dos pais fundadores”.

A transcrição da entrevista é de Domenico Agasso Jr., publicada por Vatican Insider, 02-06-2019, traduzida por Luisa Rabolini, reproduzida nas Notícias do Dia, 03-06-2019.

Cinco pontos que escancaram o esvaziamento da política ambiental no Brasil

Área sofreu reveses mesmo antes do início do novo governo; mudanças na pasta são criticadas por ambientalistas.

A reportagem é de Rafael Tatemoto, publicada por Brasil de Fato, reproduzida nas Notícias do Dia de 06-06-2019, disponível em <http://bit.ly/2EUuRcy>.

Uma nova leitura sobre a representação capitalista de Marx

“**A** obra de Marx é muito vasta, sem dúvida, abrangendo análises de cunho político, jurídico, econômico, filosófico, antropológico e sociológico. Mas ela gira toda em torno de um eixo fundamental: a crítica da sociedade civil moderna, constituída pelo capital industrial como um sistema igualitário do ponto de vista jurídico, mas desigual do ponto de vista social e econômico”, escreve Jorge Grespan, em artigo preparado para **IHU On-Line**.

Jorge Luís da Silva Grespan é professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. Possui graduação em História e em Economia pela USP, doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Também realizou estágios pós-doutorais pela Freie Universität Berlin e pela Otto-von-Guericke-Universität Magdeburg. Ainda integra o corpo editorial da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros e o corpo editorial da *Beiträge zur Marx-Engels Forschung Neue Folge*. Atualmente, está lançando o livro *Marx e a crítica do modo de representação capitalista* (São Paulo: Boitempo, 2019), em que mergulha na leitura de *O Capital* – volume III e apresenta uma extensa investigação da polissemia dos conceitos de “apresentação” e “representação” de Karl Marx.

Eis o artigo.

O tema geral de *Marx e a crítica do modo de representação capitalista* é a relação entre o conceito bem conhecido de Modo de Produção Capitalista e o conceito menos conhecido de Modo de Representação Capitalista. Este último deriva do primeiro e corresponde a ele, mas para defini-lo e compreendê-lo é preciso examinar o conceito de Representação e o conceito correlato de Apresentação. Ambos os conceitos, muitas vezes, passam despercebidos nas traduções do original da obra de Marx para outros idiomas. Nas citações no meu livro, traduzo sistematicamente “Darstellung” por Apresentação, com o verbo correspondente “darstellen” por Apresentar, e “Vorstellung” por Representação, com o verbo correspondente “vorstellen” por Representar.

Num primeiro momento, procuro definir os sentidos de “apresentação”, que ultrapassam o sentido conhecido de método de exposição dos conceitos seguido por Marx em *O Capital*. Nessa obra, Marx também fala de “apresentação” ao descrever o modo como a oposição interna das formas sociais se projeta em oposições externas a elas, gerando novas formas sociais. É o caso, já no volume I de *O Capital*, da oposição entre valor e valor de uso, interna à forma social mais simples, a mercadoria.

Na troca entre duas mercadorias, a oposição se projeta de modo que o valor de uma mercadoria “se apresenta” no valor de uso da outra, definindo as formas de valor relativa e equivalente, uma oposição externa da qual surgirá a oposição entre mercadoria e dinheiro. Já nesse caso, o mais

simples de toda a análise que Marx faz das formas sociais, o dinheiro se constitui porque todas as mercadorias “apresentam” seu valor no dinheiro; e este, então, “representa” o valor de todas elas.

A “representação”, portanto, também tem um sentido que pode ser chamado de real ou efetivo, isto é, que corresponde à prática dos agentes sociais. É desse sentido prático, real, que deriva o sentido de Apresentação como exposição de conceitos e de Representação como o conjunto de ideias ou imagens mentais que os agentes formam de sua prática. Se a forma social da troca de mercadorias no capitalismo ocorre fundamentalmente com o uso do dinheiro, de modo que este último “representa” na prática o valor das mercadorias em geral, então os agentes sociais acabam por imaginar, ou “representar”, o dinheiro como a encarnação desse valor, ou ainda mais, como quem confere valor a todas as mercadorias, invertendo a lógica da “apresentação” e ocultando que a “representação” se baseia nesse movimento inicial de “apresentação” por parte das mercadorias.

A partir desse momento inicial descrito já no começo do volume I de *O Capital*, todas as demais formas sociais são apresentadas, sempre como projeção externa de oposições internas a cada forma social. É o caso da oposição entre capital e trabalho assalariado, entre capital constante e variável, entre a subordinação formal e real do trabalho ao capital, chegando às formas que se apresentam no volume III. Marx planejou esse volume como a conclusão de sua crítica da economia política. O volume III é considerado como aquele no qual a análise se aproxima da maneira como as relações econômicas ocorrem no dia a dia. Mas ele é muito mais do que isso. Ele descreve como a mais-valia se distribui entre as várias esferas da reprodução social do capital – a esfera produtiva, a comercial, a financeira e a da pura propriedade da terra – mediante a concorrência entre os capitalistas dessas esferas.

E, principalmente, ele descreve como ocorre a inversão fundamental do Modo de Produção Capitalista no seu Modo de Representação: o próprio sistema, ao distribuir a mais-valia produzida pelo trabalho e apropriada inicialmente pelo capitalista produtivo, “apresenta” essa distribuição como se fosse a produção de mais-valia. Em outras palavras, os elementos nos quais se divide o excedente econômico – salários, lucro industrial e comercial, juros pagos aos bancos e renda paga aos proprietários da terra rural e urbana – “apresentam-se” como os “fatores” que juntos criam a massa de valor e de riqueza – o trabalho, o capital industrial e comercial, o capital bancário e a propriedade da terra. Por isso, explica Marx, os economistas acreditam que esses elementos são “fatores” independentes que, somados, compõem o valor social e que devem receber, cada qual, a parte que lhes cabe na divisão do bolo que produziram.

Essa explicação aparece na sétima e última seção do volume III de *O Capital* sob o nome de “fórmula trinitária” e constitui a inversão final e culminante de todo o Modo de Produção Capitalista. Ela condiciona a percepção dos agentes econômicos e dos economistas, articulando um verdadeiro “Modo” de Representação adequando àquele Modo de Produção.

A obra de Marx é muito vasta, sem dúvida, abrangendo análises de cunho político, jurídico, econômico, filosófico, antropológico e sociológico. Mas ela gira toda em torno de um eixo fundamental: a crítica da sociedade civil moderna, constituída pelo capital industrial como um sistema igualitário do ponto de vista jurídico, mas desigual do ponto de vista social e econômico. Ela se baseia na divisão profunda entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, divisão que se mascara pela igualdade contratual entre patrões e empregados. Apesar das muitas diferenças de enfoque ao longo da sua obra e da sua vida, Marx sempre perseguiu essa crítica da sociedade civil. Desde sua juventude de estudante de Direito e de Filosofia nas Universidades de Bonn e de Berlim, Marx estabeleceu essa diferença entre a “forma” jurídica do contrato de trabalho e o “conteúdo” social e econômico da desigualdade entre os que possuem os meios de produção e aqueles que, não os possuindo, são obrigados a vender aos primeiros o que lhes resta, a saber, sua força de trabalho.

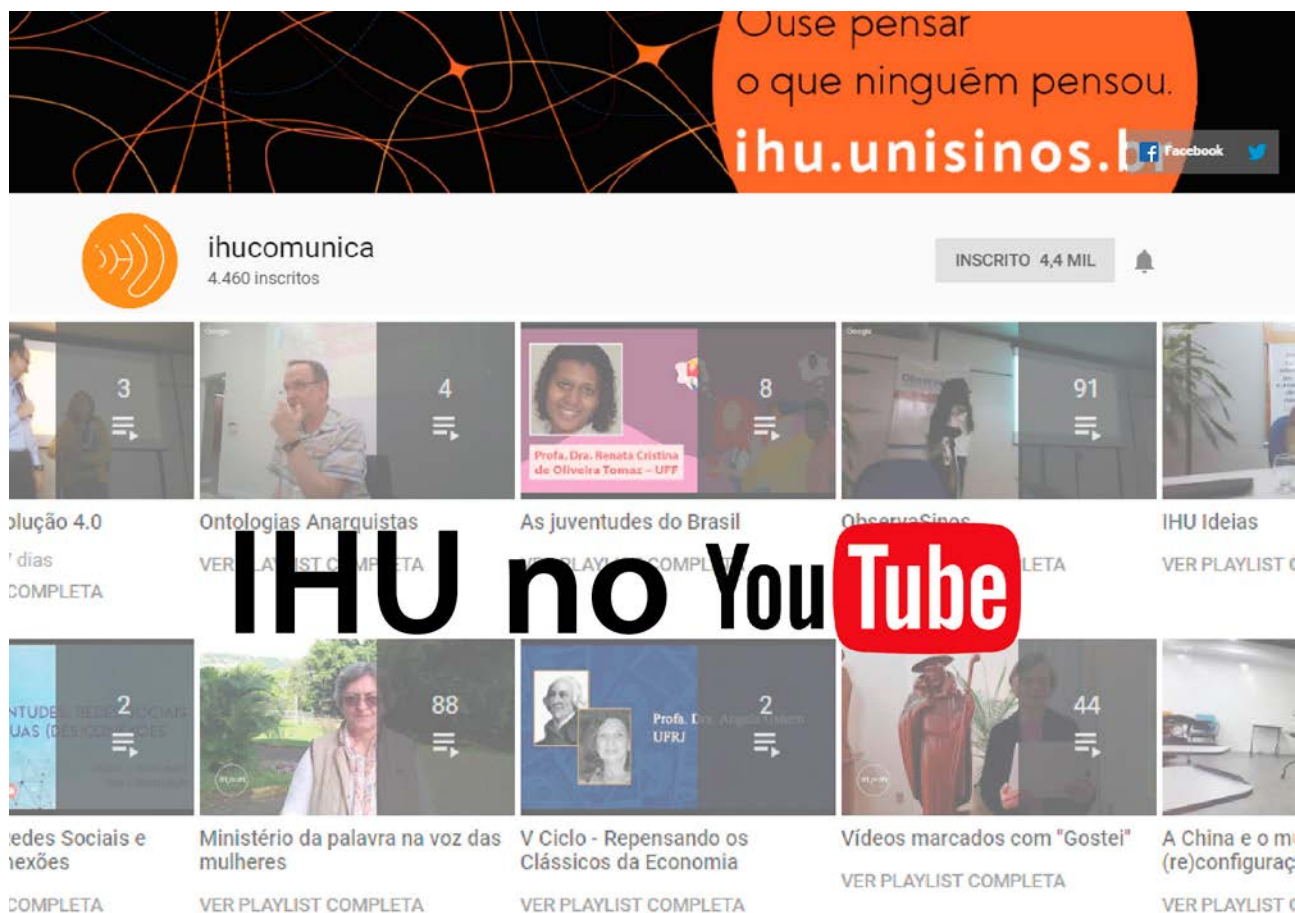
Essa diferença básica entre “forma” e “conteúdo” se desdobra em todas as demais diferenças entre “forma” e “conteúdo” encontradas na obra de Marx. É ela que está por trás do chamado “fetichismo” registrado por Marx como algo central no capitalismo.

Esse “fetichismo”, normalmente tratado como “fetichismo da mercadoria”, na verdade é algo muito mais amplo, do qual o “fetichismo da mercadoria” é só a forma mais simples e inicial. “Fetichismos” mais complexos são os do dinheiro e do capital em seus vários modos de existência: o capital produtivo e, por fim, o capital financeiro, que Marx chama de “forma mais acabada e plena” de fetichismo. Trata-se justamente da inversão entre o “conteúdo” social e a “forma” social e jurídica das relações práticas entre os agentes econômicos, que “representam” (imaginam) suas

próprias relações sociais – o “conteúdo” – como efeito das “formas” em que elas se “representam” realmente; como se as trocas fossem possíveis por causa do dinheiro, como se a produção fosse possível porque os trabalhadores são “empregados” pelos capitalistas, como se esses capitalistas mesmo só conseguissem produzir porque obtêm financiamento dos agentes financeiros. O sistema de inversão geral sob o qual vive o mundo do capital é o próprio “fetichismo”, é a relação entre a “apresentação” do “conteúdo” e a sua “representação” em “formas” sociais como o dinheiro.

Para Marx, todo o processo histórico moderno, que começa na Europa do século XVII e avança com a industrialização inglesa do século XVIII e a formação de um mercado mundial, pode ser definido como um processo marcado pela importância cada vez maior e mais central do capital industrial, com seus objetivos de produzir excedente econômico e de se reproduzir em escala cada vez mais ampla. Nesse processo de reprodução ampliada, o capitalismo é obrigado a adotar ininterruptamente inovações técnicas que permitam elevar a produtividade do trabalho empregado nos vários setores econômicos. Por isso, de acordo com Marx, não é o capital que se adapta às transformações do mundo, e sim é o capital que determina essas transformações; o chamado “progresso” da tecnologia de comunicação, transportes, informação etc. é a forma criada pelo capital para sobreviver como “valor que se valoriza”, na definição de Marx. Os problemas inerentes a tais transformações; o fato de que muitas delas são prejudiciais ao ser humano; o fato de que elas podem deixar de ajudar e começar a atrapalhar a própria acumulação de capital; tudo isso é expressão do caráter contraditório da relação do capital com a força de trabalho que emprega e explora para a obtenção do mais-valor, do “valor que se valoriza”.

O interessante em tudo isso, contudo, é que as contradições do sistema, os impasses que colocam em risco sua existência e a da vida em geral no planeta, são mascarados por um conjunto articulado de formas de representação, conforme as quais os aspectos negativos são aceitos como naturais, inevitáveis, e até vistos como algo positivo. O modo como esse conjunto se articula, o que chamo de “Modo de Representação Capitalista” é justamente o que procuro explicar no meu livro. ■





9

II Ciclo

ONTOLOGIAS ANARQUISTAS

Outubro e novembro de 2019

Unisinos Campus São Leopoldo
e Porto Alegre



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

UNISINOS

O IHU, na seção Notícias do Dia em seu sítio, vem publicando uma série de textos acerca da proposta de constituir uma outra perspectiva econômica. Confira:

- **“Economia de Francisco”** (Assis, 26-28 de março de 2020). Mensagem do Papa Francisco para o evento. Publicado nas Notícias do Dia de 13-05-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2XE1FOu>.

- **We-rationality. Um outro paradigma para a economia é possível?** Reportagem com Alessandra Smerilli, publicada nas Notícias do Dia de 11-05-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JiRIUE>.

- **“O Terceiro Setor está sob ataque.”** Entrevista com Stefano Zamagni, reproduzida nas Notícias do Dia de 29-04-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2MzAtPD>.

- **“Pelo bem comum da humanidade, pelo bem comum universal, contra o perigo do holocausto nuclear”.** Apelo do Papa Francisco, reproduzido nas Notícias do Dia de 05-05-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2I7HZ0a>.

- **Papa lança um pacto global para mudar o modelo de economia.** Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 11-05-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2QZ7un2>.

- **E depois do futuro? A provocação de Franco Berardi,** reproduzida nas Notícias do Dia de 31-05-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wHhDvp>.

- **A lição da economista do Papa entre desenvolvimento, responsabilidade e ecologia.** Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 23-05-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2WzIEI0>.

- **Pacto para uma nova economia: ecologia em primeiro lugar e menos investimentos em petróleo e especulação.** Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 29-05-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2WC7srd>.

- **A encíclica Laudato Si’ e o modelo de desenvolvimento.** Artigo de Rubén Gilardi, reproduzido nas Notícias do Dia de 03-08-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2WrKv5k>.

- **Uma economia para o cuidado da casa comum.** Artigo de Paolo Foglizzo, reproduzido nas Notícias do Dia de 07-09-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2F1bkal>.

- **A ecologia deles e a nossa. A profecia de Gorz.** Artigo de Razmig Keucheyan, reproduzido nas Notícias do Dia de 25-11-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2KBIKA4>.

- **“Sistemas econômico-financeiros onipresentes. Mas podemos mudar juntos”.** Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 15-05-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2I6kFzO>.

- **“Vale a pena o crescimento a custas do povo historicamente excluído”? Carta às pastorais e movimentos sociais.** Artigo de João Paulo do Vale de Medeiros, reproduzido nas Notícias do Dia de 18-05-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2Zk1yYN>.

- **Filantropia. Existem dois modelos.** Artigo de Alessandra Smerilli, reproduzido nas Notícias do Dia de 30-05-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2MDaEhX>.

- **Igreja, prefeitura, empresas: um protocolo para criar empregos.** Entrevista com Stefano Zamagni, reproduzida nas Notícias do Dia de 23-05-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/31mxZYd>.

- **O bem viver ancestral. Uma cosmovisão indígena.** Entrevista com Stefano Zamagni, reproduzida nas Notícias do Dia de 20-01-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2WYDnS8>.

- **Crescimento sustentável da economia - uma impossibilidade termodinâmica como proposta de longo prazo.** Entrevista especial com Clóvis Cavalcanti, publicada nas Notícias do Dia de 14-03-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2lwYrpw>.

- **Uma economia para o cuidado da casa comum.** Artigo de Paolo Foglizzo, reproduzido nas Notícias do Dia de 07-09-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2F1bkal>.

- **“É preciso biodiversidade também nas finanças.”** Entrevista com Alessandra Smerilli, publicada nas Notícias do Dia 18-05-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2WrYqYX>.

- **O EComenismo de Laudato Si’.** Revista IHU On-Line, número 469, de 03-08-2015, disponível em <http://bit.ly/2WAZxdK>.

Campanha Uni São Leo Cidadã

COMUNIDADE STEIGLEDER SEM FOME

De 22 de maio a 30 de junho

11

Você e sua família viveriam com 300 reais mensais?

Ajude a mudar a realidade das famílias da Ocupação Steigleder
doando **alimentos não perecíveis** (óleo, arroz, feijão e outros),
materiais de limpeza e higiene pessoal

Pontos de coleta: Todos os postos de atendimento da Unisinos nos Campus
de São Leopoldo e Porto Alegre, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU
e no Centro de Cidadania e Ação Social da Unisinos - CCIAS



O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço

O “Velho Cap”, como diz Luiz Gonzaga Belluzzo, ainda se mostra potente, capaz de recuperar sua natureza inquieta e criativa para chamar a si um protagonismo no mundo de hoje

João Vitor Santos

A plasticidade do capitalismo permite que ele assuma o espírito do tempo e, com isso, vá se transmutando e se tornando senhor do tempo e do espaço. “O velho capitalismo reconciliou-se com sua natureza inquieta e criativa. Tão inquieta e criativa que rapidamente transmutou a concorrência perfeita em concorrência monopolista”, observa o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. Se antes o capitalismo era ruim, ao menos gerava recursos para o Estado, podendo se pensar um Estado de bem-estar a partir de suas bases. No entanto, agora se faz ainda mais perverso pela perspectiva individualista que assume. “Livre, leve e solto em seu peculiar dinamismo, amparado em suas engrenagens tecnológicas e financeiras, o ‘Velho Cap’ promoveu e promove a aceleração do tempo e o encolhimento do espaço. Esses fenômenos gêmeos podem ser observados na globalização, na financeirização e nos processos de produção da indústria 4.0”, acrescenta.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Belluzzo analisa essa “nova fase da digitalização da manufatura”, que, na visão dele, “é conduzida pelo aumento do volume de dados, ampliação do poder computacional e conectividade, a emergência de capacidades analíticas aplicada aos negócios, novas formas de interação entre homem e máquina, e melhorias na transferência de instruções digitais para o mundo físico, como a robótica avançada e impressoras 3D”.

Na sua perspectiva, ter consciência dessa potência do capital pode ser um primeiro passo para a tomada de consciência da necessidade de transformação, de concepção de outros paradigmas. “É preciso intensificar o esforço

no trabalho na busca do improvável equilíbrio entre a incessante multiplicação das necessidades e os meios necessários para satisfazê-las, buscar novas emoções, cultivar a angústia porque é impossível ganhar a paz”, sugere. E por isso passa, até mesmo, a concepção de outras matrizes de pensamento econômico, pois, como observa, “os fâmulos da ciência econômica se entregam à farsa pseudocientífica dos modelos engalanados por matemática de segunda classe”, resignando a ciência econômica a uma racionalidade que a engessa e concebe um único caminho.

Luiz Gonzaga Belluzzo é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Economia Industrial pelo Instituto Latino-Americano e Caribenho de Planejamento Econômico e Social - Ilpes/Cepal e doutor em Economia pela Universidade de Campinas - Unicamp. Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e, atualmente, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. É um dos fundadores da Faculdade de Campinas - Facamp, onde é professor. Publicou recentemente *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo* (São Paulo: Facamp-Editora Contracorrente, 2017). Também é autor de *Capital e suas metamorfoses* (São Paulo: Unesp, 2013), *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global* (Campinas: Facamp, 2009), *Temporalidade da Riqueza - Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo* (Campinas: Oficinas Gráficas da Unicamp, 2000), entre outras obras.

Confira a entrevista um trecho da entrevista. A versão completa será publicada em Cadernos IHU ideias.

“Na esteira do apoio decisivo do Estado, as corporações globais passaram a adotar padrões de governança agressivamente competitivos”

IHU On-Line – Vivemos o ápice de um liberalismo econômico no Brasil e no mundo? E quais os riscos dessa perspectiva econômica que põe o financeiro no centro da vida?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Na assim chamada Era Dourada – entre o fim da Segunda Guerra e o início dos anos de 1970 do século passado – conviveram em harmonia o crescimento rápido, a baixa inflação, reduzidas taxas de desemprego, aumento dos salários reais e integração das massas aos padrões modernos de consumo e de convivência. Na década dos 1970, o jogo virou. Entrou em campo a funesta combinação entre inflação e baixo crescimento. O bloco ideológico que se opunha às políticas “intervencionistas” e ao Estado do Bem-Estar tratou de atribuir o desarranjo à decrepitude das políticas e das práticas que buscavam controlar a instabilidade do capitalismo e impedir que o destino dos cidadãos ficasse à mercê das incertezas do mercado. Depois de 30 anos de desempenho brilhante, as economias capitalistas emitiam sinais de fadiga estrutural. A Golden Age agonizava.

No limiar dos anos 1980, a eleição de Thatcher¹ e Reagan² refletiu o descon-

forto das classes abastadas e médias com a estagflação. As cargas tributárias elevadas, o excesso de regulamentação e o poder dos sindicatos eram, sem dúvida, os responsáveis pelo mau desempenho das economias.

A famosa curva de Laffer³ garantia que a sobrecarga de impostos sufocava os mais ricos e desestimulava a poupança, o que comprometia o investimento e, portanto, reduzia a oferta de empregos e a renda dos mais pobres. As práticas neocorporativistas, diziam os ideólogos do neoliberalismo, criavam sérias deformações “microeconômicas”, ao promover, deliberadamente, intervenções no sistema de preços – nas taxas de câmbio, nos juros e nas tarifas. Com o objetivo de induzir a expansão de setores escolhidos ou de proteger segmentos empresariais ameaçados pela concorrência, os governos distorciam o sistema de preços e, assim, bloqueavam os mercados em sua nobre e insubstituível função de produzir informações para os agentes econômicos. Tal violação das regras de ouro dos mercados competitivos culminava na disseminação da ineficiência e na multiplicação dos grupos “predadores de renda”, que se encastelavam

nos espaços criados pela prodigalidade financeira do Estado.

Ainda nos anos de 1950, tempo de esplendor e glória das políticas keynesianas e do Estado do Bem-Estar, o libertarianismo de Friedrich Hayek⁴ e o monetarismo de Milton Friedman⁵ formaram a comissão de frente da ofensiva contra “os inimigos da liberdade econômica”. Para Hayek, o mercado é um processo de troca e de acumulação de informações e não um ambiente estático dotado de forças que o reconduzem ao equilíbrio. As intervenções do Estado são nefastas, pois só o processo de mercado torna possível a inovação nos métodos de produção e de organização, a partir do continuado fluxo de informações que surge da interação entre os indivíduos livres.

O importante nesta concepção é a ênfase na capacidade do mercado, livre de empecilhos, de mobilizar e fluidificar os recursos individuais. O corpo de propostas “reformistas” rotuladas de neoliberais está, portanto, comprometido com a ideia de que é preciso liberar as forças criativas do mercado. A renovação do

1 **Margaret Hilda Thatcher** (1925-2013): política britânica, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990. Ao liderar o governo do Reino Unido, Thatcher estava determinada a reverter o que via como o declínio nacional de seu país. Suas políticas econômicas foram centradas na desregulamentação do setor financeiro, na flexibilização do mercado de trabalho e na privatização das empresas estatais. Sua popularidade esteve baixa em meio à recessão econômica iniciada com a Crise do petróleo de 1979. No entanto, uma rápida recuperação econômica, além da vitória britânica na Guerra das Malvinas, fizeram ressurgir o apoio necessário para sua reeleição em 1983. Devido ao fato de Thatcher ter sobrevivido a uma tentativa de assassinato em 1984, de sua dura oposição aos sindicatos e de sua forte crítica à União Soviética, foi alcunhada de “Dama de Ferro”. (Nota da **IHU On-Line**)
2 **Ronald Reagan** (1911-2004): ator norte-americano formado em economia e sociologia. Foi eleito governador

da Califórnia em 1966, e se reelegeu em 1970 com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Irã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em “*The Killers*”, único filme em que atuou como vilão. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Curva de Laffer**: é uma representação teórica da relação entre o valor arrecadado com um imposto a diferentes Aliquotas. É usada para ilustrar o conceito de “elasticidade da receita taxável”. Para se construir a curva, considera-se o valor obtido com as alíquotas de 0% e 100%. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Friedrich August von Hayek** (1889-1992): foi um economista da escola austríaca. Hayek fez contribuições importantes para a psicologia, a teoria do direito, a economia e a política. Recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1974. Em psicologia, Hayek propôs uma teoria da mente humana segundo a qual a mente é um sistema adaptativo. Em economia, Hayek defendeu os méritos da ordem espontânea. Segundo Hayek, uma economia é um sistema demasiado complexo para ser planejado e deve evoluir espontaneamente. Hayek estudou na Universidade de Viena, onde recebeu o grau de doutor em Direito e em Ciências Políticas. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Milton Friedman** (1912-2006): economista, estatístico e escritor norte-americano que lecionou na Universidade de Chicago por mais de três décadas. Recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1976 e é conhecido por sua pesquisa sobre a análise do consumo, a teoria e história monetária, bem como por sua demonstração da complexidade da política de estabilização. (Nota da **IHU On-Line**)

capitalismo, em gestação desde o crepúsculo da era keynesiana, tinha o propósito de abrir caminho para a preeminência das relações entre indivíduos livres, dispostos aos objetivos do ganho monetário. Essa é a sociedade dos neoliberais.

Estado muda de agenda

Mas, na verdade, as reformas liberalizantes, empreendidas desde o crepúsculo dos anos 70 do século passado, trataram de mobilizar os recursos políticos e financeiros dos Estados Nacionais para fortalecer os respectivos sistemas empresariais envolvidos na concorrência global. O Estado não saiu da cena, apenas mudou de agenda. Em sua obra maior, *Civilização Material e Capitalismo*⁶, o historiador Fernand Braudel⁷ escreveu: “o erro mais grave (dos economistas) é sustentar que o capitalismo é um sistema econômico... Não devemos nos enganar, o Estado e o Capital são companheiros inseparáveis, ontem como hoje.”

Na esteira do apoio decisivo do Estado, as corporações globais passaram a adotar padrões de governança agressivamente competitivos. Entre outros procedimentos, as empresas subordinaram seu desempenho econômico à “criação de valor” na esfera financeira, repercutindo a ampliação dos poderes dos acionistas. Aliados aos administradores, agora remunerados com bônus generosos e comprometidos com o exercício de opções de compra das ações da empresa, os acionistas exercitaram um individualismo agressivo e exigiram surtos intensos e recorrentes de reengenharia administrativa, de flexibilização das relações de trabalho e de redução de custos.

Mutações nos padrões organizacionais

As estratégias de localização da corporação globalizada introduziram importantes mutações nos padrões organizacionais: constituição de empresas-rede, com centralização das funções de decisão e de inovação e terceirização das operações comerciais, industriais e de serviços em geral. A individualização das relações trabalhistas promoveu a intensificação do ritmo de trabalho, conforme estudo recente da OIT e de outras instituições que lidam com o assunto. O trabalho se intensificou, sobretudo, entre os que se tornaram independentes das relações formais, os que negociam diariamente a venda de sua capacidade de trabalho nos mercados livres.

Isso aconteceu no mesmo período em que as novas formas financeiras contribuíram para aumentar o poder das grandes corporações em suas relações com os empregados e terceirizados. As fusões e aquisições suscitaram um maior controle dos mercados e promoveram campanhas contra os direitos sociais e econômicos, considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência. A abertura dos mercados e o acirramento da concorrência coexistiram com a tendência ao monopólio e, assim, impediram que os cidadãos, no exercício da política democrática, exercitassem o direito de decidir sobre a própria vida.

Os neorreformistas, na realidade, cuidaram de transferir os riscos para os indivíduos dispersos, ao mesmo tempo em que buscaram o Estado e sua força coletiva para limitar as perdas provocadas pelos episódios de desvalorização da riqueza. A intensificação da concorrência entre as empresas no espaço global não só acelerou o processo de financeirização e concentração da riqueza e da renda como submeteu os cidadãos às angústias da insegurança.

Na era do capitalismo “turbinado” e financeirizado, os frutos do crescimento se concentraram nas mãos dos detentores de carteiras de títulos

que representam direitos à apropriação da renda e da riqueza. Para os demais, perduram a ameaça do desemprego, a crescente insegurança e precariedade das novas ocupações, a exclusão social.

“A intensificação da concorrência entre as empresas no espaço global não só acelerou o processo de financeirização e concentração da riqueza e da renda como submeteu os cidadãos às angústias da insegurança”

IHU On-Line – Como conceber uma outra economia, descentrada do mundo do mercado financeiro e que leve em conta as necessidades humanas e a preservação do planeta?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Para começo de conversa, digo que as questões suscitadas nas origens da vida moderna ainda não obtiveram resposta. Nos tempos de prosperidade, elas hibernam e aí dos que ousam despertá-las. Mas no fragor das crises elas voltam a assombrar o mundo dos vivos. Nesses tempos, a incômoda pergunta não quer calar:

6 São Paulo: WMF Martins Fontes, 1995. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Fernand Braudel** (1902-1985): historiador francês que foi um dos mais importantes representantes da chamada “escola dos Annales”. A sua reputação decorre em parte dos seus escritos, mas principalmente de seu sucesso em fazer da escola dos Annales o mais importante motor da pesquisa histórica em França, e em grande parte do mundo, após a década de 1950. Como principal líder da escola historiográfica dos Annales nas décadas de 1950 e 1960, exerceu enorme influência na escrita da História na França e em outros países a partir de então. Braudel tem sido considerado um dos maiores dos historiadores modernos que têm enfatizado o papel dos fatores socioeconômicos em grande escala na pesquisa e escrita da História. Ele também pode ser considerado como um dos precursores da teoria dos sistemas-mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

em que momento homens e mulheres – sob o manto da liberdade e de igualdade – vão desfrutar da abundância e dos confortos que o capitalismo oferece em seu desatinado desenvolvimento?

O capitalismo da grande indústria, da finança e da construção do espaço global, entre crises e recuperações, exercitou os poderes de transformar e dominar a natureza – até mesmo de reinventá-la – suscitando desejos, ambições e esperanças. A versão panglossiana desses prodígios nos ensina que a admirável inclinação para revolucionar as forças produtivas há de aproximar homens e mulheres do momento em que as penas do trabalho subjugado pelo mando de outrem seriam substituídas pelas delícias e liberdades do ócio com dignidade.

Para muitos, estaria prestes a se realizar a utopia de trabalhar menos para viver mais. Os avanços da microeletrônica, da informática, da automação dos processos industriais já permitem vislumbrar, dizem os otimistas, a libertação das fadigas que padecemos em nome de uma ética do trabalho que só engorda os cabedais dos que nos dominam. Alguns cidadãos já podem trabalhar em casa, longe dos constrangimentos da hierarquia da grande empresa e assim escolher à vontade entre o tempo livre e as fadigas do labor.

Esses enredos foram contados nos bons tempos da globalização e das bolhas financeiras e de consumo: a economia da inovação e da inteligência estaria prestes a substituir a economia da fábrica, dos ruídos atormentadores e dos gases tóxicos. As transformações tecnológicas e suas consequências sociais ensejariam a proeza de realizar o projeto da autonomia do indivíduo, aquele inscrito nos pórticos da modernidade. A autonomia do indivíduo significa a sua autorrealização dentro das regras das liberdades republicanas e do respeito ao outro. O projeto da autonomia do sujeito é uma crítica permanente e inescapável da submissão aos poderes – públicos e privados – que o cidadão não controla. Até mesmo os críticos mais impiedosos reconhecem que a economia capitalis-

ta engendrou formas de sociabilidade que descortinaram a possibilidade de libertar a vida humana e suas necessidades das limitações impostas pela natureza e pela submissão pessoal. A indústria moderna, essa formidável máquina de eliminação da escassez, oferece aos homens e mulheres a “realidade possível” da satisfação dos caracimentos e da libertação de todas as opressões pelo outro.

Da realização pessoal a estruturas técnico-econômicas

Mas qual é a realidade que se esconde sob os pretextos dessa fantasia? Na marcha de sua realidade real, o capitalismo incitou os anseios de realização pessoal, mas também fez emergir estruturas técnico-econômicas e formas de dependência que agem sobre o destino dos protagonistas da vida social como forças naturais que frequentemente destroem a natureza, colocando em sério risco a sobrevivência humana.

Em *Eros e Civilização*⁸, Marcuse⁹ falou da mútua e estranha fecundação entre liberdade e dominação na sociedade contemporânea. Para ele, a produção e o consumo reproduzem e justificam a dominação. Mas isso não altera o fato de que seus benefícios são reais: amplia as perspectivas da cultura material, facilita a obtenção das necessidades da vida, torna o conforto e o luxo mais baratos, atrai áreas cada vez mais vastas para a órbita da indústria. Mas, ao mesmo tempo, o indivíduo paga com o sacrifício de seu tempo, de sua consciência e de seus sonhos nunca realizados. A concorrência generalizada se impõe aos indivíduos como uma força externa, irresistível. Por isso é preciso intensificar o esforço no trabalho na busca do improvável equilíbrio entre a incessante multiplicação das necessidades e os meios necessá-

rios para satisfazê-las, buscar novas emoções, cultivar a angústia porque é impossível ganhar a paz.

IHU On-Line – Que perspectivas e vertentes teóricas podem nos inspirar a pensar uma outra economia?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Na Inglaterra, Jeremy Corbyn¹⁰ ganhou a liderança do Partido Trabalhista. Em sua campanha, ele ofereceu ao partido um programa econômico que causou urticária não somente nos conservadores, mas também na turma do Novo Trabalhismo de Tony Blair¹¹.

Corbyn criticou duramente a austeridade expansionista: “A Inglaterra clama por um programa de investimento público em novas moradias, ferrovias, energia e infraestrutura digital e, por isso, sugerimos os meios para que isso aconteça. Uma das opções, conhecida como a Facilitação Quantitativa do Povo, foi prontamente acolhida por Sir Robert Skidelsky¹², Ann Pettifor¹³ e outros renomados economistas”. O programa foi apoiado por 41 economistas de prestígio, entre eles o ex-membro do Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra, David Blanchflower¹⁴,

10 **Jeremy Bernard Corbyn** (1949): é um político britânico, atual líder do Partido Trabalhista e líder da oposição na Câmara dos Comuns. É deputado pelo círculo de Islington North desde 1983 e foi eleito líder dos trabalhistas em setembro de 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Tony Blair** (1953): Anthony Charles Lynton “Tony” Blair é um político britânico, tendo ocupado o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido de 2 de maio de 1997 a 27 de junho de 2007, e foi líder do Partido Trabalhista de 1994 a 2007 e de membro do Parlamento Britânico de 1983 a 2007. Depois de deixar o cargo de primeiro-ministro, Blair foi indicado para a posição de enviado no Oriente Médio da Organização das Nações Unidas - ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos e da Rússia. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Robert Jacob Alexander, Baron Skidelsky** (1939): historiador econômico britânico. Ele é autor de uma biografia premiada em três volumes do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Skidelsky atuou no Jesus College, Oxford e é professor emérito de economia política na Universidade de Warwick, na Inglaterra. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Ann Pettifor**: analista do sistema financeiro global baseada no Reino Unido, diretora do Policy Research in Macroeconomics (PRIME), uma rede de economistas preocupados com a teoria e políticas monetárias keynesianas; pesquisadora honorária no Centro de Pesquisa em Economia Política da City University, em Londres (CITYPERC) e membro da New Economics Foundation, em Londres. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **David Graham Blanchflower** (1952): economista e acadêmico trabalhista britânico-americano. Atualmente é professor titular de economia no Dartmouth College, em Hanover, New Hampshire. Ele também é pesquisador associado no National Bureau of Economic Research, professor em tempo parcial na Universidade de Stirling, pesquisador do Centro de Estudos Econômicos da Universidade de Munique e (desde 1999) no Instituto para o Estudo do

8 São Paulo: LTC, 1982. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Herbert Marcuse** (1898-1979): sociólogo alemão naturalizado estadunidense, membro da Escola de Frankfurt. Estudou Filosofia em Berlim e Freiburg, onde conheceu os filósofos e professores Husserl e Heidegger e se doutorou com a tese *Romance de artista*. Algumas de suas obras: *Razão e Revolução*, *Eros e Civilização*, *O Homem Unidimensional*. (Nota da **IHU On-Line**)

além de Mariana Mazzucato¹⁵, Steve Keen¹⁶ e Victoria Chick¹⁷.

Os economistas assinaram um manifesto em defesa do programa, acusado pela mídia de extremista de esquerda. Retrucam os signatários: “A despeito do fogo de barragem disparado pela cobertura da mídia, extremistas são as políticas e objetivos da política econômica atual. Já falhou no último mandato a tentativa de produzir um reequilíbrio orçamentário mediante cortes nos gastos. É injustificável o aumento da pobreza infantil e a redução do apoio aos mais vulneráveis. Cortar o investimento público em nome da prudência é errado porque afeta negativamente o crescimento, a inovação e o aumento da produtividade, além de elevar a dívida do governo, por causa da queda das receitas fiscais”.

Corbyn defende duas medidas azedas para o paladar conservador:

1. A reestatização das empresas de utilidade pública e das ferrovias privatizadas nos governos conservadores de Thatcher & Cia. e nas administrações do Novo Trabalhismo de Tony Blair.

2. A criação de um banco nacional de desenvolvimento incumbido de financiar a reconstrução da infraestrutura degradada e apoiar a reindustrialização da Velha Albion, hoje um pigmeu manufatureiro.

Estado do Bem-Estar britânico

Corbyn não esconde: seu programa econômico é descendente da experiência trabalhista do pós-Guerra. Na

primeira eleição realizada depois de 1945, o conservador Winston Churchill¹⁸ foi derrotado pelo trabalhista Clement Attlee¹⁹. Acompanhado por Aneurin Bevan²⁰, seu ministro da Saúde, pai do National Health Service²¹, Attlee desenhou a arquitetura do Estado do Bem-Estar britânico, inspirado no relatório preparado pelo liberal William Beveridge²² e por John Maynard Keynes²³, também liberal.

18 Winston Leonard Spencer-Churchill (1874-1965): foi um político conservador e estadista britânico, famoso principalmente por sua atuação como primeiro-ministro do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial. Ele foi primeiro-ministro britânico por duas vezes (1940-45 e 1951-55). Orador e estadista notável, ele também foi oficial no Exército Britânico, historiador, escritor e artista. Ele é o único primeiro-ministro britânico a ter recebido o Prêmio Nobel de Literatura e a cidadania honorária dos Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

19 Clement Richard Attlee (1883-1967): foi político inglês e primeiro-ministro do Reino Unido entre os anos de 1945 e 1951. Sucedeu a Winston Churchill como primeiro-ministro após a derrota dos conservadores para o Partido Trabalhista nas eleições de maio de 1945. Ao longo da guerra, Attlee provaria ser um aliado leal de Churchill, apesar de pertencerem a partidos rivais. Enquanto Churchill se notabilizou pela condução da Inglaterra durante a II Guerra, coube a Attlee levar um Estado falido pelo esforço de guerra à prosperidade econômica. Foi o grande construtor do Estado Britânico após o conflito, ao instituir as bases do Estado do bem-estar social no Reino Unido. Foi o responsável pela criação do Serviço Nacional de Saúde e pela nacionalização de minas de carvão e estradas de ferro. (Nota da **IHU On-Line**)

20 Aneurin Bevan (1897-1960): foi um político britânico que, ainda jovem, ingressou no Partido do Trabalho de Gales vindo a ser eleito à Câmara dos Comuns em 1929. Bevan superou um problema de fala para se converter em um respeitado orador. Como ministro da Saúde do governo de Clement Attlee (1945-1951), “Nye” Bevan (outra forma pela qual foi conhecido) estabeleceu o Serviço Nacional de Saúde. Também foi ministro do Trabalho (1951), mas renunciou em protesto contra os gastos de rearmamento que reduziram a arrecadação para programas sociais. Considerado uma figura controversa dentro do Partido do Trabalho, presidiu sua própria corrente de pensamento, o Bevanismo, e foi líder do partido até 1955. (Nota da **IHU On-Line**)

21 Serviço Nacional de Saúde (em inglês: National Health Service - NHS): é o nome habitualmente utilizado para referir-se aos quatro sistemas públicos de saúde do Reino Unido coletivo ou individualmente, embora atualmente, em geral, seja apenas ao serviço de saúde da Inglaterra que é corretamente chamado de Serviço Nacional de Saúde, sem qualquer outra qualificação. Três serviços (Inglaterra e País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte) foram criados por legislações separadas e começaram a funcionar em 5 de julho de 1948; anteriormente a essa data, serviços públicos de saúde mais limitados eram operados por autoridades locais e por outros organismos. (Nota da **IHU On-Line**)

22 Lord William Henry Beveridge (1879-1963): autor do famoso Beveridge Report, oficialmente chamado Social Insurance and Allied Services Report de 1942, que foi a base da legislação da reforma social do governo trabalhista inglês de 1945-1951, advogando o pleno emprego. Assim que, em 1944, publicou o livro *The Economics of Full Employment*. É autor também do *Voluntary Action* de 1948, defendendo o papel do setor privado na provisão do estado de bem-estar social. Ele foi muito influenciado pelos socialistas fabianos. (Nota da **IHU On-Line**)

23 John Maynard Keynes (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não comunistas. Confira o **CADERNOS IHU ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihu276>. Leia, também, a edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 6-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

Em 1942, na Inglaterra ainda maltratada pela guerra, pelo racionamento e pela debilidade econômica, o liberal Sir William Beveridge, em seu lendário Relatório, fincou as estacas que iriam sustentar as políticas do Estado do Bem-Estar. O Relatório Beveridge recebeu a colaboração das concepções da Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda – obra magna do liberal, porém iconoclasta, John Maynard Keynes.

O liberal Beveridge apontou os “Demônios gigantes da vida moderna” que os governos estavam obrigados a enfrentar: carência, doença, ignorância, miséria e inatividade. Em seu Relatório, Beveridge proclamou que a ignorância é uma erva daninha que os ditadores cultivam entre seus seguidores, mas que a democracia não pode tolerar entre seus cidadãos.

Socialização do investimento

As políticas econômicas da Teoria Geral estão ancoradas profundamente nas convicções de Keynes a respeito da instabilidade intrínseca do capitalismo. Maynard chamou de “oportunistas e danosas” as políticas fiscais e monetárias de curto prazo, “formas grosseiras” de enfrentar as flutuações do investimento e seus efeitos sobre a renda e o emprego.

Keynes advogou a “socialização do investimento”, entendida como a ordenação pelo Estado das relações entre o investimento público e privado. Ela envolve não somente a definição de um “orçamento de capital” de longo prazo, mas a ação das empresas semipúblicas. Tanto o orçamento de capital quanto as empresas deveriam ser administradas e avaliadas por comitês público-privados.

As políticas de longo prazo preconizadas por Keynes jamais foram executadas, sequer compreendidas por quem se autoproclama keynesiano. Não vale a pena comentar os que se julgam antikeynesianos.

IHU On-Line – O papa Francisco tem insistido na necessidade de se conceber “uma economia que não mate” e, agora,

Trabalho (IZA) na Universidade de Bonn e editor colaborador da Bloomberg TV. Ele foi membro externo do Comitê de Política Monetária (MPC) do Bank of England, de junho de 2006 a junho de 2009. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Mariana Mazzucato (1968): economista italiana. É professora da cátedra RM Phillips de Ciência e Tecnologia da Universidade de Sussex. (Nota da **IHU On-Line**)

16 Steve Keen (1953): economista e escritor australiano. Ele se considera um pós-keynesiano, criticando a economia neoclássica como incoerente, não científica e empiricamente sem apoio. As principais influências no pensamento de Keen sobre economia incluem John Maynard Keynes, Karl Marx, Hyman Minsky, Piero Sraffa, Augusto Graziani, Joseph Alois Schumpeter, Thorstein Veblen e François Quesnay. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Victoria Chick (nascida em 1936): economista pós-keynesiana que é mais conhecida por suas contribuições para a compreensão da Teoria Geral de Keynes e pelo estabelecimento da economia pós-keynesiana no Reino Unido e em outros lugares. (Nota da **IHU On-Line**)

chama economistas para juntos pensarem em alternativas. Como o senhor compreende esse desafio proposto? Como compreender as questões de fundo por trás dessas assertivas de Bergoglio?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Em 2015, durante uma audiência no Vaticano, o papa Francisco disse que “o dinheiro é esterco do diabo”, acrescentando que, quando o capital se torna um ídolo, ele “comanda as escolhas do homem”. O documento *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones*²⁴ elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé²⁵, contém «considerações para um discernimento ético acerca de alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro». Aprovado pelo papa Francisco, que ordenou a sua publicação, o documento foi apresentado na Sala de Imprensa pelo arcebispo Luis Francisco Ladaria Ferrer²⁶ e pelo cardeal Peter Kodwo Appiah Turkson²⁷.

Já na introdução, o texto revela seu propósito de avaliar a supremacia dos mercados financeiros e

suas consequências sobre a vida de homens e mulheres que habitam o mundo dos vivos. “A recente crise financeira poderia ter sido uma ocasião para desenvolver uma nova economia mais atenta aos princípios éticos e para uma nova regulamentação da atividade financeira, neutralizando os aspectos predatórios e especulativos, e valorizando o serviço à economia real. Embora muitos esforços positivos tenham sido realizados em vários níveis, sendo os mesmos reconhecidos e apreciados, não consta, porém, uma reação que tenha levado a repensar aqueles critérios obsoletos que continuam a governar o mundo. Antes, parece às vezes retornar ao auge um egoísmo míope e limitado a curto prazo que, prescindindo do bem comum, exclui dos seus horizontes a preocupação não só de criar, mas também de distribuir a riqueza e de eliminar as desigualdades, hoje tão evidentes. Está em jogo o autêntico bem-estar da maior parte dos homens e das mulheres do nosso planeta, os quais correm o risco de serem confinados de maneira crescente sempre mais às margens, se não de serem «excluídos e descartados» do progresso... se queremos o bem real para os homens, o dinheiro deve servir e não governar!”

Destruição de realidades

A nova economia comandada pela finança excita as esperanças e destrói as realidades. As novas formas financeiras contribuíram para aumentar o poder das corporações internacionalizadas sobre grandes massas de trabalhadores, permitindo a “arbitragem” entre as regiões e nivelando por baixo a taxa de salários. As fusões e aquisições acompanharam o deslocamento das empresas que operam em múltiplos mercados. Esse movimento não só garantiu um maior controle dos mercados, mas também ampliou o fosso entre o desempenho dos sistemas empresariais “globalizados” e as economias territoriais submetidas a regras jurídico-políticas dos Estados Nacionais. A abertura dos mercados e o acirramento da concorrência coe-

xistem com a tendência ao monopólio e debilitam a força dos sindicatos e dos trabalhadores “autônomos”, fazendo periclitar a sobrevivência dos direitos sociais e econômicos, considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência.

A liberalização da finança e a dominância do rentismo também produziram efeitos negativos nas finanças públicas. Primeiro, estimularam a multiplicação dos paraísos fiscais. A fuga sistemática das obrigações fiscais foi acompanhada da crescente regressividade dos sistemas de tributação. A predominância dos impostos indiretos conferiu maior sensibilidade das receitas fiscais às flutuações da economia. Os sistemas fiscais tornaram-se desagradavelmente pró-cíclicos: quando a economia desacelera, os pobres aprisionados em seus territórios consomem pouco e pagam menos impostos. Enquanto isso, os enriquecidos globalizados aceleram as remessas para os paraísos fiscais.

17

“A liberalização da finança e a dominância do rentismo também produziram efeitos negativos nas finanças públicas”

Revolução tecnológica e financeirização

No livro *Phenomenology of The End*²⁸, Franco Bifo Berardi²⁹ cuida

²⁴ *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones*: documento do Vaticano elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé e pelo Dicasterio para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral e publicado em maio 2018, durante o pontificado de Francisco. Trata de questões econômicas e financeiras de forma crítica. Acesse a íntegra do documento em português em <http://bit.ly/2kzna0V>. O IHU, na seção Notícias do Dia, em seu site, publicou diversas análises sobre o texto. Entre elas *Documento vaticano sobre economia é uma acusação séria e intelectualmente grave*, disponível em <http://bit.ly/2Jitw2w>. O professor Belluzzo ainda concedeu uma entrevista à IHU On-Line sobre o documento, intitulada *A economia se descolou da vida das pessoas. Uma análise do documento 'Oeconomicae et pecuniariae quaestiones'*, disponível em <http://bit.ly/2xHa1fM>. O professor ainda publicou um artigo sobre o tema, reproduzido nas Notícias do Dia de 29-05-2018, intitulado *Os cristãos e a finança*, disponível em <http://bit.ly/2ICf8Qm>. (Nota da IHU On-Line)

²⁵ *Congregação para a Doutrina da Fé*: a mais antiga das nove congregações da Cúria Romana, um dos órgãos do Vaticano. Fundada pelo papa Paulo III, em 21 de julho de 1542, com o objetivo de defender a Igreja da heresia. É historicamente relacionada com a Inquisição. Até 1908, era denominada como Sacra Congregação da Inquisição Universal quando passou a se chamar Santo Ofício. Em 1967, uma nova reforma, durante o pontificado de Paulo VI, mudou para o nome atual. (Nota da IHU On-Line)

²⁶ **Luis Francisco Ladaria Ferrer** (1944): teólogo jesuíta espanhol, professor da Universidade Gregoriana de Roma e nomeado pelo papa Bento XVI secretário da Congregação para a Doutrina da Fé. Foi sagrado arcebispo em 26 de julho de 2008. De sua obra, em português, citamos *O Deus Vivo e Verdadeiro: o Mistério da Trindade* (São Paulo: Loyola, 2005). Em 2017, foi designado pelo papa Francisco como prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (Nota da IHU On-Line)

²⁷ **Peter Kodwo Appiah Turkson** (1948): é um cardeal católico ganhês e presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz no Vaticano. Foi criado cardeal, pelo papa João Paulo II no consistório do dia 21 de outubro de 2003 com o título de San Libório, tornando-se o primeiro cardeal ganhês da história de seu país. (Nota da IHU On-Line)

²⁸ Semiotexte, 2015. (Nota da IHU On-Line)

²⁹ **Franco Berardi** (1949): mais conhecido por Bifo, é um filósofo, escritor e agitador cultural italiano. Oriundo do movimento operaísta, foi professor secundário em Bolo-

das relações entre a novíssima revolução tecnológica e financeirização: “Em suas etapas mais recentes, a produção capitalista reduziu a importância da transformação física da matéria e a manufatura física de bens industriais, ao propiciar a acumulação de capital mediante a combinação entre as tecnologias de informação e a manipulação das abstrações da riqueza financeira. A informática e a manipulação da abstração financeira na esfera da produção capitalista tornam a visibilidade física dos valores de uso (bens materiais) apenas uma introdução na sagrada esfera abstrata do valor de troca”.

“O velho capitalismo reconciliou-se com sua natureza inquieta e criativa. Tão inquieta e criativa que rapidamente transmutou a concorrência perfeita em concorrência monopolista”

Cristianismo

Em 2013, o papa Francisco ofereceu aos católicos e cristãos a Primei-

ra Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*³⁰. Assim como as encíclicas *Rerum Novarum*³¹ de Leão XIII³², *Mater et Magistra*³³ e *Pacem in Terris*³⁴ de João XXIII³⁵, a exortação apostólica de Francisco abordava as vicissitudes e alegrias da vida cristã no mundo contemporâneo.

Os olhares do nosso tempo perderam de vista a ideia de comunidade cristã, expressão tantas vezes repetida no texto do Papa e incrustada nas origens do cristianismo. Jacques Le Goff³⁶ diz com razão que

³⁰ *Evangelii gaudium*: A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, publicada no dia 24 de novembro de 2013, é o documento que orienta o programa do pontificado do papa Francisco. O tema principal é o anúncio missionário do Evangelho e sua relação com a alegria cristã. Fala também sobre a paz, a homilética, a justiça social, a família, o respeito pela criação (ecologia), o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, e o papel das mulheres na Igreja. Também critica o consumo da sociedade capitalista, e insiste que os principais destinatários da mensagem cristã são os pobres. Acusa também o atual sistema econômico de ser injusto, baseado na tirania do mercado, a especulação financeira, a corrupção generalizada e a evasão fiscal. *Evangelii Gaudium*. A alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual é publicada, no Brasil, pelas Editoras Paulus e Loyola (São Paulo: 2013). (Nota da **IHU On-Line**)

³¹ *Rerum Novarum*: primeira encíclica pontifícia que aborda os problemas sociais, publicada no dia 15 de maio de 1891 pelo papa Leão XIII. O título pode ser traduzido por “Das coisas novas”. O subtítulo da encíclica é: “Sobre a condição de vida dos operários”. (Nota da **IHU On-Line**)

³² **Papa Leão XIII** (1810-1903): nascido Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperti-Buzzi, foi papa de 20 de fevereiro de 1878 até a data de sua morte. Foi ordenado sacerdote da Igreja Católica em 31 de dezembro de 1837, em 18 de janeiro de 1843 foi indicado Núncio Apostólico para a Bélgica e ordenado bispo titular de Tamiathis em 19 de fevereiro de 1843. Em 27 de julho de 1846 tomou posse como Arcebispo de Perugia, Itália, e em 19 de dezembro de 1853 foi criado cardeal com o título de Cardeal-presbítero de São Crisógono. Foi eleito papa em 20 de fevereiro de 1878 e coroado em 3 de março do mesmo ano. Em 1924 seus restos mortais foram transferidos para a Basílica de São João de Latrão. (Nota da **IHU On-Line**)

³³ *Mater et Magistra* (em português: Mãe e Mestra): é uma carta encíclica do Papa João XXIII “sobre a recente evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã”. Foi publicada em 15 de maio de 1961, no septuagésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum* e no terceiro ano do pontificado de João XXIII. Esta encíclica é considerada um marco importante da Doutrina Social da Igreja, porque, através de uma profunda leitura dos novos “sinais dos tempos”, atualizou as orientações das encíclicas sociais anteriores (a partir da *Rerum Novarum* de Leão XIII), dando assim a resposta católica para os problemas temporais da época. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁴ *Pacem in terris*: Carta encíclica do Papa João XXIII a todos os homens e mulheres de boa vontade, com uma mensagem de esperança. A *Pacem in Terris* enuncia quatro critérios para uma sociedade em paz: verdade, justiça, amor e liberdade. Trata-se de quatro valores tão essenciais que constituem não somente os sinais que nos permitem reconhecer uma sociedade realizada, mas também os quatro princípios que sustentam o edifício da paz. A revista **IHU On-Line** já abordou esse tema na edição número 53, datada de 31 de março de 2003, com o título *40 anos depois: Pacem in terris*. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁵ **Papa João XXIII** (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi canonizado em 2013 pelo papa Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁶ **Jacques Le Goff** (1924): medievalista francês, formado em história e membro da Escola dos Annales. Presidente, de 1972 a 1977, da VI Seção da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), foi diretor de pesquisa no grupo de antropologia histórica do Ocidente medieval dessa mesma instituição. Entre outras altas distinções, Le Goff recebeu a medalha de ouro do Centre National de la

no cristianismo primitivo e no judaísmo a eternidade não irrompia no tempo (abstrato) para “vencê-lo”. A eternidade não é a “ausência do tempo”, mas a dilatação do tempo ao infinito.

Depois da encarnação, o tempo adquire uma dimensão histórica. Cristo trouxe a certeza da eventualidade da salvação, mas cabe à história coletiva e individual realizar essa possibilidade oferecida aos homens pelo sacrifício da cruz e pela ressurreição. “Não nos é pedido que sejamos imaculados, mas que não cessemos de melhorar, vivamos o desejo profundo de progredir no caminho do Evangelho, e não deixemos cair os braços”.

O cristianismo – o mistério libertador da Encarnação – foi um divisor de águas na história da humanidade, um movimento revolucionário, nascido das crueldades e das sabedorias do mundo greco-romano. Em uma entrevista sobre seu filme *Satyricon*³⁷, Fellini³⁸ desvelou a alma que se escondia no rosto de seus personagens no crepúsculo do império romano. As máscaras se debatiam entre o tédio das concupiscências e as angústias da desesperança. Para o grande Federico, o filme escancarava “a nostalgia do Cristo que ainda não havia chegado”.

Tal como nos personagens do *Satyricon*, percebo nos católicos de hoje a nostalgia do Cristo que não voltou. Mas, creia-me o leitor, ele já esteve entre nós encarnado na simplicidade e na sabedoria camponesa de João XXIII e parece ter retornado no reformismo de Francisco. ■

Recherche Scientifique (CNRS), pela primeira vez atribuída a um historiador. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁷ *Satyricon*: é um filme italiano de 1969 dirigido por Federico Fellini, baseado no livro homônimo escrito pelo autor romano Petronio no século I. É uma livre adaptação com pitadas surrealistas e um tom lísergico e psicodélico bem a época em que o filme foi produzido, tem uma construção truncada, uma vez que a peça da qual foi inspirada foi descoberta em fragmentos, o que lhe rende uma atmosfera onírica, como de um sonho descontinuo. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁸ **Federico Fellini** (1920-1993): um dos mais importantes cineastas italianos. Ficou eternizado pela poesia de seus filmes, que, mesmo quando faziam sérias críticas à sociedade, não deixavam a magia do cinema desaparecer. Geralmente fazia críticas ao totalitarismo, marxismo e à Igreja. Uma de suas obras mais conhecidas é *La dolce vita*. (Nota da **IHU On-Line**)

nha e sempre se interessou sobre a relação entre o movimento social anticapitalista e a comunicação independente. Nas Notícias do Dia de 31-05-2019, em seu sítio, o IHU reproduziu o artigo de Barnardi, intitulado *E depois do futuro? A provocação de Franco Berardi*, disponível em <http://bit.ly/2wHhDvp> (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- **“O ajuste, da maneira que foi feito no Brasil, é totalmente equivocado, pois produziu um desajuste”.** Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 13-10-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2sAskGA>.

- **O Brasil está caindo para a série C do campeonato mundial e estamos adstritos a fórmulas ultrapassadas.** Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 19-10-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wFGjUQ>.

- **A oligarquia financeira e midiática e o furto da democracia.** Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 22-03-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2Kv31Hw>.

- **A pulsão de vida do capitalismo é sua pulsão de morte: a acumulação.** Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada na revista IHU On-Line número 449, de 04-08-2014, disponível em <http://bit.ly/2HWQ1sA>.

- **“Precisa ser muito ruim para errar no Brasil”.** Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada na revista IHU On-Line número 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/2Kuobpl>.

- **“Nós não temos uma definição exata nem da profundidade nem da extensão da crise”.** Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 01-03-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2QsXrju>.

- **“Nós fomos ultrapassados pelos outros, o que não quer dizer que isso seja um fenômeno insuperável”.** Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada na revista IHU On-Line número 218, de 07-05-2007, disponível em <http://bit.ly/2JYJobj>.

ObservaSinós

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DO VALE DO RIO DOS SINOS

O programa tem como propósito contribuir nos processos de planejamento, monitoramento, avaliação e controle social das políticas públicas, com destaque ao mundo do trabalho.

O Observatório direciona suas ações às lideranças locais, trabalhadores(as), pesquisadores(as), gestores(as) e comunidade em geral.

Acesse: ihu.unisinos.br/observasinos

Existem alternativas ao totalitarismo de mercado

Guilherme Delgado percorre a história da economia até a atualidade para explicar as falhas do neoliberalismo e apontar alternativas políticas e econômicas

João Vitor Santos | Edição: Wagner Fernandes de Azevedo

O aprofundamento de políticas de austeridade, em que se evoca um “afastamento do Estado na ação econômica e social”, tornou-se “um pensamento único” para os momentos de crise. O economista Guilherme Delgado, porém, aponta que a política neoliberal ainda precisa de um Estado que garanta “a plena operação dos mercados desregulados”. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Delgado ainda critica os planos econômicos que trazem “os neoliberais inimigos da igualdade ou adeptos de um estilo de idolatria do mercado”, pois isso “em nada contribui para o desenvolvimento”.

O economista retoma a construção da economia como ciência, repassando seus principais autores e obras, como *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, *O Capital*, de Karl Marx, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes, *Desenvolvimento como Liberdade*, de Amartya Sen, e traçando relações com algumas das encíclicas da Igreja, como *Caritas in Veritate*, de Bento XVI, e *Laudato Si'*, de Francisco. “A reflexão sobre economia humana, fundamentada em critérios ético-teológicos, constrói simbolicamente novos argumentos e inspirações para mover desde já projetos susceptíveis de apresentar respostas a graves problemas, como desemprego, migrações forçadas e mudanças climáticas”, defende Delgado.

As vastas obras citadas ao longo da entrevista apontam pistas para alter-

nativas ao que chama de “totalitarismo de mercado”. “Para isso acontecer se requer consciência e mobilização política, por um lado, e algum projeto econômico alternativo, por outro”, e por isso Delgado analisa dois movimentos, a nível local e global, que emergem na atualidade: a Associação Brasileira de Economistas pela Democracia - ABED, e a convocação feita pelo papa Francisco a jovens economistas de todo o mundo, para um encontro, em Assis, em março de 2020.

Para Guilherme Delgado, a ABED manifesta “uma proposta de reestruturação do Estado democrático e de relançamento do desenvolvimento em novas bases de equidade, sustentabilidade e progresso técnico”. E a convocação de Francisco “transcende a discussão puramente acadêmica da economia e que permite uma comunicação muito mais ampla às pessoas de todos os credos, que no mundo contemporâneo tematizam o serviço aos pobres e à causa ecológica como perspectiva de vida digna”.

Guilherme Delgado é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Trabalhou durante 31 anos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.

A entrevista também foi publicada nas Notícias do Dia de 06-06-2019, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2X1Ut1r>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line — Quais as diferenças conceituais de Economia Política, Ciência Eco-

nômica e Política Econômica em suas principais concepções doutrinárias, tendo em vista

suas adequações de linguagens e enigmas aos problemas da economia real contemporânea?

“Os direitos sociais estabelecidos no Sistema de Seguridade Social e na Educação Básica vêm sendo sistematicamente desmantelados pela ação dos governos Temer e Bolsonaro”

Guilherme Delgado — Essa questão inicial é necessária para fazermos uma espécie de esclarecimento preliminar sobre dois assuntos interligados: uma arqueologia conceitual da economia, por um lado, e por outro, uma certa confrontação dos problemas da economia contemporânea por dentro da chamada disciplina científica, na acepção de ‘ciência normal’, sujeita a regras e método próprios.

Atividade econômica, no sentido da ação organizada dos seres humanos para produzir e prover meios de subsistência, dentre os quais a casa-habitat é fundamental, os alimentos, os instrumentos de trabalho, meios de defesa etc. são tão antigos quanto o homem primitivo; ou mais avançada no mundo antigo grego, que por primeiro designou esse conjunto de atividades relacionadas ao atendimento de necessidades com a expressão ‘oiko/nomos’ ou economia, a significar normas para gestão da casa.

Do ponto de vista histórico, a Economia Política é nome de batismo da economia como disciplina científica, quando esta na modernidade adquire pretensão de ciência particular, entre as últimas décadas do século XVIII e princípios do século XIX. Duas obras ao estilo tratado, dessa época – *A Riqueza das Nações*¹ de Adam Smith², de 1776, e *Princípios*

*de Economia Política e Tributação*³ de David Ricardo⁴, 1817, são uma espécie de fundação da chamada economia científica, mas que não tinha ainda a roupagem de ‘Ciência Econômica’ na versão de uma certa mecânica do equilíbrio, construção epistêmica posterior, a partir dos neoclássicos do século XX, que já estarão reagindo explícita ou implicitamente à “Crítica da Economia Política” clássica, de *O Capital*⁵, de Karl Marx⁶, de 1864.

fessora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, disponível em: <http://bit.ly/2QHVRAZ> e as edições dos **Cadernos IHU ideias**, nº 35 de 21-7-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível em <http://bit.ly/ihuid35>, e nº 282 de 1-4-2019, intitulada *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra*, escrita por Angela Ganem, disponível em: <http://bit.ly/2HLR26L>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Ricardo, David. *Princípios de economia política e tributação*. LeBooks Editora, 2018. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **David Ricardo** (1772-1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. O Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010, em seu segundo módulo, fala sobre *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **O Capital**: conjunto de livros (sendo o primeiro de 1867) de Karl Marx que constituem uma análise do capitalismo (crítica da economia política). Muitos consideram esta obra o marco do pensamento socialista marxista. Nela existem muitos conceitos econômicos complexos, como mais valia, capital constante e capital variável, uma análise sobre o salário; ou sobre a acumulação primitiva. Resumindo, sobre todos os aspectos do modo de produção capitalista, incluindo também uma crítica sobre a teoria do valor-trabalho de Adam Smith e de outros assuntos dos economistas clássicos. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173IFhQ>. Também sobre

Mas antes de entrar no século XX, é preciso explorar um pouco mais o nascimento da economia política, lendo um pouco o significado e o ambiente histórico e cultural do surgimento das disciplinas científicas da modernidade, que é também o tempo histórico de consolidação dos estados nacionais. Daí que os fundadores da economia moderna, conquanto erigissem o protagonismo dos mercados à época da primeira Revolução Industrial, conceberam o sistema econômico que estavam identificando, impelido por forças do autointeresse utilitário, do progresso técnico e da ‘propensão natural para troca’, segundo Adam Smith; mas o fizeram dentro de uma perspectiva da ‘polis’ e não apenas do ‘oikos’ antigo, sendo essa nova ‘polis’ o espaço do estado nacional. Daí porque a expressão Economia Política dos fundadores clássicos (Smith e Ricardo) e do principal crítico (Karl Marx) e de todo o século XIX é a mesma Economia Política clássica.

A mudança de paradigma da Economia Política para aquilo que principalmente na tradição anglo-saxônica veio a se denominar de Economia Positiva, Ciência Econô-

o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYKWZ>. A entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da **IHU On-Line**, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. A revista **IHU On-Line**, edição 525, intitulada *Karl Marx, 200 anos - Entre o ambiente fabril e o mundo neural de redes e conexões*, em celebração aos 200 anos do nascimento do pensador, está disponível em [ihuonline.unisinos.br/edicao/525](http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/525). (Nota da **IHU On-Line**)

1 Smith, Adam. *A riqueza das nações*. Nova Fronteira, 2017. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica tradicional. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para o entendimento das relações econômicas da sociedade sob a perspectiva liberal, superando os paradigmas do mercantilismo. Sobre Adam Smith, veja as entrevistas concedidas pelas professoras Ana Maria Bianchi, da Universidade de São Paulo - USP, à **IHU On-Line** nº 133, de 21-3-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>, e Angela Ganem, pro-

mica etc. com pretensão de se constituir numa ciência experimental, é muito mais recente, fruto da contribuição do pensamento neoclássico marginalista, adaptado a uma certa física do equilíbrio, importada da Mecânica de Isaac Newton⁷. O autor contemporâneo que sintetizou de maneira mais acabada essa construção teórica é Paul Samuelson⁸, ainda nos anos 40 do século XX, no seu livro *Fundamentos da Análise Econômica* (1947)⁹.

Resumindo, para tentar ser didático em uma questão que é muito mais vasta. O tema da Economia Política no pensamento clássico pode ser sintetizado na produção dos bens econômicos e repartição do excedente, que Marx chama de 'Mais Valia'. Esta funciona como centro motor, que impele uma classe social a coordenar o processo econômico, tendo em vista sua maximização. Enquanto, na chamada Economia Positiva, o sistema econômico não é lido na perspectiva das classes sociais, mas dos fatores de produção, cujos preços relativos refletem sua escassez material e cujos movimentos de produção, consumo e repartição do excedente econômico seriam todos explicáveis dentro de uma mecânica clássica de oferta-demanda e preços de equilíbrio.

Finalmente, quer se adote a concepção clássica da economia política, quer se siga o pensamento convencional da economia positiva, em quaisquer sistemas econômicos reais é necessário exercitar política econômica. O mais liberal dos pen-

sadores em qualquer período histórico de vigência do capitalismo, que é também o tempo de consolidação e de crise relativa do Estado Nacional, não encontrou solução para funcionamento automático e independente dos mercados autorregulados.

O que muda na política econômica, na perspectiva dos neoliberais modernos em confronto com os neokeynesianos e/ou socialistas, é o sentido dessa política. Isso porque há problemas estruturais no sistema econômico, diagnosticados ainda nos anos 1930 pela *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*¹⁰, de John Maynard Keynes¹¹ – a exemplo do desemprego e da má distribuição de renda, endógenos ao próprio sistema, que, se não corrigidos pela política econômica, produzem crises periódicas de desemprego, por um lado, ou desintegram a coesão social, por outro. O pensamento neoliberal precisa de política econômica para impor uma moldura de Estado que administre todas as relações sociais, como se lidassem com transações de mercadorias. Concebem um sistema de oferta demanda e preços de equilíbrio regendo todas as relações humanas, dentro e fora da economia, daí a tentação pelo sua imposição pelo Estado.

Nas questões subsequentes, respondendo ao tratamento dos problemas mais graves da economia contemporânea, no sentido de como os enfrenta o pensamento econômico convencional e principalmente como os enuncia o pensamento crítico. Aí então farei a associação pertinente das distintas escolas ou concepções teóricas, que ora disputam ou desafiam o bastão da economia científica ou da “ciência normal”.

“A economia convencional não apresenta fundamentação ética universalmente reconhecível, tese por sinal sustentada com grande radicalidade pelo papa Bento XVI”

IHU On-Line — Quais os principais problemas do sistema econômico contemporâneo? Que autores e perspectivas teóricas são mais apropriados à compreensão crítica e a respostas aos problemas do capitalismo contemporâneo?

Guilherme Delgado — A grande novidade da economia keynesiana é colocar dois problemas que à época (anos 30 do século passado) já eram de grande gravidade – o desemprego cíclico e a má distribuição de renda –, que Keynes identifica como inerentes ao próprio funcionamento do sistema; daí se derivando toda sorte de recomendações para enfrentá-los, seja na própria “Teoria Geral”, seja na contribuição das várias vertentes keynesianas que se seguiram no pós-II Guerra.

Os tempos atuais do século XXI são, por excelência, período de manifestação de crises econômicas, marcadamente de caráter financeiro, em que os problemas do desemprego e da desigualdade social se exacerbam, ao mesmo tempo em que os estados nacionais se veem em dificuldade crescente para pro-

7 **Isaac Newton** (1642-1727): físico, astrônomo e matemático inglês. Revelou como o universo se mantém unido através da sua teoria da gravitação, descobriu os segredos da luz e das cores e criou um ramo da matemática, o cálculo infinitesimal. Essas descobertas foram realizadas por Newton em um intervalo de apenas 18 meses, entre os anos de 1665 e 1667. É considerado um dos maiores nomes na história do pensamento humano, por causa da sua grande contribuição à matemática, à física e à astronomia. O IHU promoveu de 3-8 a 16-11-2005 o *Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein*. Sobre Newton, em específico, o Prof. Dr. Ney Lemke proferiu palestra em 21-9-2005, intitulada *A cosmologia de Newton*. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Paul Anthony Samuelson** (1915-2009): foi um economista americano da escola neokeynesiana, conhecido por ser o primeiro estadunidense a ganhar o Prêmio Nobel da Economia, em 1970. É considerado um economista “generalista”, no sentido de que suas contribuições para a ciência econômica são aplicadas em vários campos. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Edição brasileira: Samuelson, Paul Anthony. *Fundamentos da análise econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Keynes, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Editora Saraiva, 2017. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não comunistas. Confira o **Cadernos IHU ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihu37>. Leia, também, a edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 6-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

mover políticas contracíclicas e, ao mesmo tempo, manter um aparato permanente de Estado de Bem-Estar, ambos arsenais imprescindíveis para fazer o sistema funcionar, sem grandes distorções macroeconômicas e sociais.

Mas a recorrência das crises financeiras, sua frequência, intensidade e duração no tempo, que se experimenta do final do século passado a este século, são fenômenos relativamente novos, que o próprio Keynes não conhecera em vida nesse formato. Também é relativamente nova a grave incidência dos problemas ambientais na economia, com destaque às mudanças climáticas relacionadas aos padrões de utilização de recursos naturais e emissão de gases do efeito estufa.

Para ser mais explícito e didático, vou identificar sete vertentes principais de problemas estruturais do desenvolvimento econômico e seus respectivos formuladores críticos e/ou propositores:

- a) Relações sociais desiguais e estrutura produtiva progressiva conduzidas pela classe dominante burguesa, na abordagem de *O Capital* (1867) de K. Marx;
- b) Desigualdade estrutural na repartição dos rendimentos sociais e desemprego cíclico por incapacidade endógena do sistema de preveni-lo, abordado no capítulo 24 da *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*, de Keynes;
- c) Processo criativo de inovações econômicas, central na sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1911), simultaneamente demolidor de instituições e barreiras sociais, a chamada destruição criadora, que Joseph A. Schumpeter¹² vê com certo pes-

simismo no longo prazo – *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942). É também o autor de *Business Cycles* (1939), não traduzido para o português;

- d) Dependência e desigualdade na periferia do sistema, com tendência à estagnação, autoproduzidas, no contexto das ligações das economias subdesenvolvidas relacionadas ao centro do sistema, a partir da exploração das vantagens comparativas naturais, nos textos *Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Estrutural*, Celso Furtado¹³, originais dos anos 1960;
- e) Privação de capacidades humanas, com consequente perda de liberdade das pessoas a agir em conformidade com os fins que lhes são caros, abordagem de Amartya Sen¹⁴, em *Desenvolvimento como Liberdade*, obra da década de 1990;
- f) Tendenciosidade no padrão técnico sobre o qual se move a economia capitalista, no sentido da alta entropia (dissipação da energia útil mais poluição planetária de gases do efeito estufa, aliado à depleção de recursos naturais, ou o consumo de estoques finitos de recursos naturais), detalhado no artigo *Energia e Mitos Econômicos*¹⁵,

de Nicholas Georgescu-Roegen¹⁶, publicado em inglês em 1975, de certa forma precursor da economia ecológica;

- g) *Laudato Si'* – sobre o cuidado da casa comum, a Carta Encíclica do papa Francisco, publicada em 2015, sobre o estado atual da vida planetária e pistas para uma nova economia humana e ecológica, com forte crítica ao padrão de progresso técnico contemporâneo (cap. 3).

Mais recentemente, o tema das crises financeiras virá à atenção do Vaticano na forma de um documento crítico – *Oeconomicae et Pecuniariae Quaestiones* (Considerações para um Discernimento Ético sobre Alguns Aspectos do Atual Sistema Econômico-Financeiro, publicado em 2018), a que se sucederá ainda em maio de 2019 o anúncio do encontro em Assis, para março de 2020, sobre *Economia de Francisco*, que falaremos mais adiante.

Concluindo, o que se pode deduzir das vertentes críticas e principalmente dos problemas reais que levantam sobre o sistema econômico

12 **Joseph Schumpeter** (1883-1950): economista austríaco, entusiasta da integração da Sociologia como uma forma de entendimento de suas teorias econômicas. Seu pensamento esteve em debate no *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*, promovido pelo IHU em 2005. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Celso Furtado** (1920-2004): economista brasileiro, membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959). Confira a edição 155 da **IHU On-Line** que aborda a obra de Furtado, disponível em <http://bit.ly/2MTggqL>. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Amartya Sen** (1933): economista indiano, autor do livro *Desenvolvimento com liberdade* (São Paulo: Cia das Letras, 2000). Em 1998, a Real Academia da Suécia conferiu o prêmio Nobel de Economia a Sen "por devolver uma dimensão ética ao debate dos problemas econômicos vitais". Foi galardoado com o prêmio em memória de Alfred Nobel das Ciências Econômicas, pelas suas contribuições ao *Welfare Economics*. Confira a entrevista *Amartya Sen e uma nova ética para a economia* publicada na edição 175 da **IHU On-Line**, de 10-4-2006, disponível em <http://bit.ly/2ctjc9e>. (Nota da **IHU On-Line**)

15 O artigo deriva de uma palestra proferida por **Nicholas Georgescu-Roegen**, na Yale University, em 1972. Sua pu-

blicação original é: Georgescu-Roegen, Nicholas. Energy and economic myths. *Southern economic journal*, p. 347-381, 1975; e traduzido para o português em: Georgescu-Roegen, Nicholas. Energia e Mitos Econômicos, *Revista Economia Ensaio*, vol. 19, n. 12, julho de 2005 – Instituto de Economia da Univ. Federal de Uberlândia – MG. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Nicholas Georgescu-Roegen** (1906-1994): foi um matemático e economista heterodoxo romeno cujos trabalhos resultaram no conceito de decrescimento econômico. É considerado o fundador da bioeconomia (ou economia ecológica). Graduado em Estatística pela Universidade de Paris, exerceu importantes cargos públicos em seu país. Em 1946 migrou para os Estados Unidos, onde já havia estudado com Joseph Schumpeter, que o direcionou para os estudos de economia. Foi professor de economia na Universidade Vanderbilt, em Nashville, Tennessee. Sua obra principal é *The Entropy Law and the Economic Process*, publicada em 1971. Nesse livro, com base na segunda lei da termodinâmica, a lei da entropia, Georgescu-Roegen aponta para a inevitável degradação dos recursos naturais em decorrência das atividades humanas. Crítico os economistas liberais neoclássicos por defenderem o crescimento econômico material sem limites, e desenvolveu uma teoria oposta e extremamente ousada para a época: o decrescimento econômico. O IHU vem publicando uma série de matérias sobre Roegen. Entre elas *Georgescu-Roegen, criador da bioeconomia, revisado*, publicado na **IHU On-Line** número 214, de 2-4-2007, disponível em <http://bit.ly/27ruYUy>; *Entropia e Insustentabilidade: Georgescu-Roegen, o gênio redescoberto*, publicado nas Notícias do Dia de 17-6-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1NvAILH>; e *A natureza como limite da economia – a contribuição de Nicolas Georgescu-Roegen*, publicado nas Notícias do Dia de 23-4-2010, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/24UHIAl>. Confira mais em <http://bit.ly/23USrIU>. (Nota da **IHU On-Line**)

co global é não apenas o óbvio das crises desse sistema, como também da estrutura conceitual da chamada economia positiva, no sentido da predição inadequada à classe de fenômenos contemporâneos que esses citados autores levantam. Nesse sentido, pode-se sim diagnosticar uma crise grave do paradigma positivista e muitas pistas de revolução científica, na linha de novos problemas centrais (enigmas na linguagem de Thomas Kuhn¹⁷, no livro *Estrutura das Revoluções Científicas*), tendo em vista superar os graves problemas econômicos estruturais do mundo neste século XXI. O que se deduz também é que há pressões de toda ordem no mundo real, que a chamada economia positiva não capta, senão como externalidades que seu sistema teórico não dá conta. Daí também a necessidade de uma re-fundação da economia convencional neste século XXI.

24

“A questão do desemprego e do desalento no mercado de trabalho, pelas proporções que já atingiu, não pode esperar por muito tempo”

IHU On-Line — Progresso técnico e igualdade social são relação invertida na lógica dos

17 **Thomas Kuhn** (1922-1996): físico, norte-americano, cujo trabalho incidiu sobre história e filosofia da ciência, tornando-se um marco importante no estudo do processo que leva ao desenvolvimento científico. Sua obra mais conhecida é *A estrutura das revoluções científicas*. (São Paulo: Perspectiva, 2003). (Nota da **IHU On-Line**)

mercados ou do desenvolvimento econômico autorregulado (a partir dos mercados)?

Guilherme Delgado — A ideia do progresso técnico como motor do desenvolvimento econômico é praticamente consenso às várias correntes de pensamento econômico fundadoras da economia moderna nos mais de duzentos anos que já nos distanciam da obra seminal de Adam Smith. Isto vale para Clássicos, Neoclássicos, Schumpeterianos, Estruturalistas, Keynesianos e Marxistas, brevemente citados na questão anterior.

Por sua vez, a questão da igualdade social ou da redução das desigualdades é abordada de maneira muito distinta pelas diversas correntes do pensamento econômico crítico, a começar pelo marxismo, que não admite sociedade igualitária dentro dos marcos do capitalismo, que condensa contraditoriamente *estrutura produtiva* progressiva, impelida pelo progresso técnico e relações de produção intrinsecamente desiguais, impelidas pelas relações de produção desiguais da burguesia, segundo a abordagem de *O Capital* de Marx.

Keynes em sua *Teoria Geral* declara explicitamente, no capítulo 24 – Notas Finais sobre a Filosofia Social a que Poderia Levar a Teoria Geral, como problemas endógenos do sistema econômico: 1) - a garantia do pleno emprego e da superação das crises cíclicas de realização da produção (ou venda); 2) a geração de uma distribuição ‘justa’ da renda e da riqueza geradas.

Joseph Schumpeter, precursor da teoria do desenvolvimento capitalista no século XX, como também da abordagem histórica e teórica dos ciclos econômicos, alimentava dúvidas cruciais sobre a capacidade do sistema de enfrentar as muitas instabilidades e desigualdades que esse mesmo desenvolvimento provocaria às instituições sociais, daí que no livro clássico *Socialismo, Capitalismo e Democracia* faz leitura pessimista sobre o futuro do capitalismo.

Por sua vez, os neoclássicos resgatados no final do século XX pelo neoliberalismo na dupla Friedrich von Hayek¹⁸ e Ludwig von Mises¹⁹ não estão preocupados com a questão da igualdade, muito ao contrário; e no limite, para citar o norte-americano Milton Friedman²⁰, admite algum programa pontual de renda mínima para as pessoas na extrema pobreza. Mas o centro dessa doutrina é o completo afastamento do Estado da ação econômica e social, a menos da garantia de condições à plena operação dos mercados desregulados.

A crítica teórica mais forte à unanimidade do progresso técnico na teoria do desenvolvimento econômico vem precisamente da economia ecológica original, de Nicholas Georgescu, que identifica no conceito da produtividade econômica estritamente mercantil a armadilha da alta dissipação de energia útil mais poluição planetária (alta entropia), porta de entrada que a economia ecológica irá abrir para pôr em xeque a sustentabilidade do próprio desenvolvimento, sob as bases desse progresso técnico-científico, vigente desde a primeira Revolução Industrial²¹.

18 **Friedrich August von Hayek** (1899-1992): foi um economista da escola austríaca. Hayek fez contribuições importantes para a psicologia, a teoria do direito, a economia e a política. Recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1974. Em psicologia, Hayek propôs uma teoria da mente humana segundo a qual a mente é um sistema adaptativo. Em economia, Hayek defendeu os méritos da ordem espontânea. Segundo Hayek, uma economia é um sistema demasiado complexo para ser planejado e deve evoluir espontaneamente. Hayek estudou na Universidade de Viena, onde recebeu o grau de doutor em Direito e em Ciências Políticas. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Ludwig Heinrich Edler von Mises** (1881-1973): nascido em Nova Iorque, foi economista, filósofo e grande defensor da liberdade econômica como suporte básico da liberdade individual, é um dos ícones da escola austríaca. Em um de seus livros, *Ação Humana* (*Human Action* em inglês), apresentou os fundamentos metodológicos dessa escola e integrou a teoria austríaca. Publicou ainda diversas outras obras, muitas delas se encontram em português publicadas pelo Instituto Liberal e todas elas, na versão em inglês, podem ser baixadas gratuitamente do site do Instituto Ludwig von Mises. Entre outros, ele desenvolveu uma teoria do ciclo de negócios baseada nas mudanças das relações do mercado de crédito, e uma teoria sobre a impossibilidade do cálculo econômico no socialismo (problema do cálculo econômico). (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Milton Friedman** (1912-2006): economista, estatístico e escritor norte-americano que lecionou na Universidade de Chicago por mais de três décadas. Recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1976 e é conhecido por sua pesquisa sobre a análise do consumo, a teoria e história monetária, bem como por sua demonstração da complexidade da política de estabilização. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Revolução Industrial**: foi a transição para novos processos de manufatura no período entre 1760 a algum momento entre 1820 e 1840. Esta transformação incluiu a transição de métodos de produção artesanais para a produção por máquinas, a fabricação de novos produtos químicos, novos processos de produção de ferro, maior eficiência da energia da água, o uso crescente da energia a vapor e o desenvolvimento das máquinas-ferramentas,

Uma economia contemporânea, como a brasileira do século XXI, com vários e graves problemas de desigualdade, desemprego, crise ambiental e crise do Estado democrático, precisa de inspiração para relançar seu desenvolvimento. E especificamente em relação à anti-nomia sugerida – progresso técnico e igualdade social –, alimentar-se de toda contribuição positiva dos debates – pós-keynesiano, da economia ecológica global, bem como dos novos desdobramentos das várias vertentes daquilo que a partir de Amartya Sen poderíamos chamar de uma nova Economia Humana – para a partir disso repensar o futuro próximo. Mas trazer de volta os neoliberais inimigos da igualdade ou adeptos de um estilo de idolatria do mercado em nada contribui para o desenvolvimento.

“Trazer de volta os neoliberais inimigos da igualdade ou adeptos de um estilo de idolatria do mercado em nada contribui para o desenvolvimento”

IHU On-Line — Podemos, a partir do liberalismo econômico de hoje, no Brasil e no mundo, falar em totalitarismo econômico? E quais os maiores desafios para conceber uma economia que potenciali-

além da substituição da madeira e de outros biocombustíveis pelo carvão. A revolução teve início na Inglaterra e em poucas décadas se espalhou para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

ze princípios e valores da democracia?

Guilherme Delgado — O estilo de liberalismo econômico que se afirma, por exemplo, no “Programa Econômico do PMDB” de 2016, receituário do governo de Michel Temer²², e agora ostensivamente declarado e em execução na gestão do governo atual, conspira deliberadamente contra o Estado democrático. A negativa tácita e explícita aos direitos sociais – trabalhistas, previdenciários e educacionais da Constituição de 1988 – tem por consequência a imposição de uma espécie de *estado novo* das relações sociais básicas, cuja âncora não é a ordem jurídica constitucional, mas o mito do mercado total liberado, sob a égide do sistema financeiro. E aí entramos em outro domínio – da idolatria do dinheiro, submetendo não apenas todo o sistema econômico, mas também sociedade, política, cultura, religião etc.

Essa vertente idolátrica do capitalismo global não é exclusiva do Brasil. As denúncias proféticas de várias Encíclicas, como *Laudato Si'*, *Evangelii Gaudium*²³, os discursos do papa Francisco aos Movimentos Populares²⁴ etc., são explícitos, a

²² **Michel Temer** [Michel Miguel Elias Temer Lulia] (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Foi presidente do Brasil entre 2016 e 2018 após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. Em março de 2019 foi preso durante a operação Lava Jato. Quatro dias após a prisão conseguiu um habeas corpus que lhe permitiu sair do cárcere. Segue sendo investigado. (Nota da **IHU On-Line**)

²³ **Evangelii gaudium**: a exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, publicada no dia 24 de novembro de 2013, é o documento que orienta o programa do pontificado do papa Francisco. O tema principal é o anúncio missionário do Evangelho e sua relação com a alegria cristã. Fala também sobre a paz, a homilética, a justiça social, a família, o respeito pela criação (ecologia), o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, e o papel das mulheres na Igreja. Também critica o consumo da sociedade capitalista, e insiste que os principais destinatários da mensagem cristã são os pobres. Acusa também o atual sistema econômico de ser injusto, baseado na tirania do mercado, a especulação financeira, a corrupção generalizada e a evasão fiscal. *Evangelii Gaudium*. A alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual é publicada, no Brasil, pelas Editoras Paulus e Loyola (São Paulo: 2013). (Nota da **IHU On-Line**)

²⁴ Papa Francisco discursou nos **Encontros Mundiais de Movimentos Populares**. O primeiro encontro foi realizado em 2014, no Vaticano, o discurso na íntegra está disponível em: <http://bit.ly/2HJw34d>. O segundo encontro ocorreu em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, em 2015, e o discurso está disponível em: <http://bit.ly/2WvKZvk>; o discurso do terceiro encontro, que ocorreu em Roma, no ano de 2016, está disponível em: <http://bit.ly/2Xf6ygl> (Nota da **IHU On-Line**)

que voltaremos a tratar mais adiante. Mas no Brasil, o apelo totalitário, incluindo ameaças de fechamento do Congresso e do STF caso esses Poderes cumpram seus deveres constitucionais, já não permite duvidar da relação promíscua que os arautos do livre mercado mantêm com a ditadura.

Por outro lado, o processo de promoção do totalitarismo de mercado não é apenas operação da política de governo. A implantação do ‘pensamento único’ na cobertura da grande mídia sobre as ‘reformas’ que mexem diretamente com a economia política – tributária, previdenciária e das questões de política agrária-ambiental –, é preciso que se o diga, vem crescendo com uma censura à liberdade de expressão, que dispensa o Estado para tal operação.

Há evidentemente sujeitos ocultos subjacentes a esse estilo de liberalismo totalitário, no caso brasileiro, que submetem aos ditames do mercado três bens econômicos fundamentais – terra, trabalho e dinheiro. No Brasil o poder monopolístico privado nos sistemas financeiro, agrário e trabalhista, coadjuvado pelo midiático, cumprem papéis antidemocráticos, que precisam ser colocados em pauta das verdadeiras reformas para o resgate da cidadania.

Creio que alinharei alguns desafios que estão presentes no contexto de pensar a economia como vetor da democracia. Aparentemente, pelos poderes que ora empalmam esses setores monopolísticos, seriam imbatíveis de se os derrotar. Mas não nos esqueçamos de que este sistema de alianças neoliberais não tem projeto de país, nem tampouco de desenvolvimento nos marcos da democracia como a conhecemos no mundo contemporâneo. Suas escolhas mitológicas e idolátricas vêm aprofundando situações de barbárie social, que mais dia menos dia exigirão algum governo de salvação pública. Somente então, pode-se abrir espaço para construção de projeto alternativo, que me reservo a tratar nas

questões seguintes, naquilo que é possível por ora conceber.

IHU On-Line — O Grupo Economistas pela Democracia (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia) defende uma série de mudanças na condução da política econômica nacional. Qual é a questão de fundo por trás dessas propostas? Quais os desafios para implementá-las no Brasil de hoje?

Guilherme Delgado — O Manifesto de lançamento da Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia - ABED²⁵, da qual também faço parte, tem clareza sobre os vários problemas da sociedade brasileira na atualidade e faz demarcação clara da responsabilidade dos economistas comprometidos com a democracia, para encontrar saídas políticas para a situação crítica que ora enfrentamos. As ‘mudanças na condução da política econômica’ referidas no ‘Manifesto’ vão muito além daquilo que se convencionou chamar de política econômica de curto prazo, porque o que se faz no imediato é desconstrução cega do Estado nacional para entrega do espólio aos mercados globais.

Uma proposta de reestruturação do Estado democrático e de relançamento do desenvolvimento em novas bases de equidade, sustentabilidade e progresso técnico, para citar três desafios agravados nos últimos quatro anos, é um empreendimento que somente pode se iniciar com a remoção do entulho totalitário-neoliberal que ora governa o país. E para isso acontecer se requer consciência e mobilização política, por um lado, e algum projeto econômico alternativo, por outro. Creio que esse segundo ponto é o que faz a ABED, de maneira oportuna e pertinente.

Mas não podemos nos esquecer que a situação de crise que ora vivemos, a ingovernabilidade e a ausên-

cia de projeto de país que se geram no vazio, e toda sorte de iniquidades que são propostas sob a etiqueta de ‘reformas’, têm nome e endereço em alianças espúrias de setores que usufruem de todos os privilégios financeiros – proprietários da riqueza financeira e fundiária, ávidos por vender o país e liquidar de vez a democracia.

Por outro lado, mesmo sabendo que haverá longa transição, até que possamos ‘atravessar o mar e chegar a terra prometida’, não podemos nos omitir de fazer sugestões imediatas. A questão do desemprego e do desalento no mercado de trabalho, pelas proporções que já atingiu, não pode esperar por muito tempo. Temos hoje ao redor de 15% da População Economicamente Ativa - PEA ou em situação de desemprego aberto ou de desalento. Isto significa que mais de 15 milhões de pessoas estão procurando emprego ou desistiram de fazê-lo por nada encontrar (desalento), situação que se prolonga por anos e não apenas meses.

Há um rol de políticas de transição que poderiam dar respostas necessariamente transitórias – da infraestrutura, do mercado de trabalho, do meio ambiente, da geração de energia, do progresso técnico etc. –, que ora estão paralisadas, mas que poderiam ser objeto de planejamento, obviamente de governos não comprometidos com o desmantelamento de tudo isso.

Por sua vez, a sociedade civil nas condições de apatia governamental tende a cumprir papéis de autoproteção social e mesmo de implementar agendas de ação pública, tendo em vista corrigir os graves problemas de perda da coesão social em ambiente de desemprego agudo. Mas é claramente a partir do Estado que se espera a adoção de ações contracíclicas para enfrentar o desemprego e o desalento; e nunca o seu inverso, como na agenda do ministro Paulo Guedes.

Felizmente, até os economistas liberais, sem vícios antidemocráticos, a exemplo do André Lara Resende²⁶,

desperta para o verdadeiro real e se soma aos neokeynesianos, apontando caminhos muito parecidos àqueles que a ABED denuncia e propõe também política de reativação do emprego.

“Não nos esqueçamos de que este sistema de alianças neoliberais não tem projeto de país, nem tampouco de desenvolvimento nos marcos da democracia como a conhecemos no mundo contemporâneo”

IHU On-Line — É possível uma outra fundamentação ético-teológica da economia humana, ora enunciada na perspectiva da ‘economia de Francisco’, suscetível de enfrentar os graves problemas de instabilidade econômica, desigualdade social e insustentabilidade planetária do

²⁵ A íntegra do Manifesto de lançamento da Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia - ABED foi publicada no sítio do IHU, nas Notícias do Dia de 4-5-2019, disponível em <http://bit.ly/2YtALH6>. (Nota da IHU On-Line)

²⁶ André Lara Resende (1951): é economista e banqueiro,

phD em Economia pela Massachusetts Institute of Technology - MIT. Foi diretor do Banco Central do Brasil, integrou a equipe econômica que elaborou o Plano Real, foi assessor especial da Presidência para Assuntos Econômicos no governo de Fernando Henrique Cardoso, e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, entre abril e novembro de 1998, pedindo demissão após as revelações dos grampos telefônicos instalados no BNDES. Em uma conversa divulgada, André Lara Resende pressionava FHC em favor a grupos de pensão privada no leilão de privatização da Telebrás. Em 2014 voltou à cena política como conselheiro econômico da candidata à presidência Marina Silva. (Nota da IHU On-Line)

capitalismo contemporâneo?

Guilherme Delgado — O papa Francisco tem dito em diversas ocasiões que a economia global contemporânea é uma ‘economia que mata’. Pistas às motivações do homicídio estariam no caráter de idolatria do dinheiro (*Evangelii Gaudium*, parágrafos 55-58), como também no paradigma tecnológico que se impõe a partir dos mercados e que estariam na ‘Raiz Humana da Crise Ecológica’! (*Laudato Si'*, capítulo III). Isto posto, o que se pode deduzir é que a economia convencional não apresenta fundamentação ética universalmente reconhecível, tese por sinal sustentada com grande radicalidade pelo papa Bento XVI na Encíclica *Caritas in Veritate*²⁷.

Por sua vez, a ideia de “Economia de Francisco” é um tema em aberto à reflexão ética, teológica, e das ciências sociais em geral sobre economia, em busca de um paradigma do serviço aos pobres e oprimidos do mundo e do convívio amigável com a natureza, que são as grandes inspirações e opções de Francisco de Assis. Há uma mística em tudo isso, que transcende a discussão puramente acadêmica da economia e que permite uma comunicação muito mais ampla às pessoas de todos os credos, que no mundo contemporâneo tematizam o serviço aos pobres e à causa ecológica como perspectiva de vida digna à humanidade.

Trazendo o tema da ‘Economia de Francisco’ às questões gerais desta entrevista, creio que podemos abordá-lo de dois ângulos: 1) das pré-elaborações críticas à corrente principal da economia, como sejam, por exemplo, economia ecológica, economia humana (Amartya Sen), e estruturalista (Celso Furtado, por ex.); 2) de uma fundamentação ético-teológica da economia humana.

Da primeira abordagem, vale lembrar os conceitos de proteção so-

cial da economia do bem-estar e o resgate de capacidades humanas, da teoria do desenvolvimento de Amartya Sen, esta última explicitamente ligando o desenvolvimento à liberdade. Esses conceitos contêm significativos precedentes nas abordagens bíblicas, podendo ser desenvolvidos com fecundidade para fundamentação teológica de uma economia humana.

Ainda aproveitando as pistas do pensamento crítico, temos da economia ecológica o conceito de inovação econômica de baixa entropia, ou baixa ‘pegada ecológica’, relacionadas à produtividade natural, com mínima dissipação de energia útil, poluição planetária e consumo de estoques finitos de bens da natureza. Creio também útil e necessária uma fundamentação teológica dessa economia ecológica, tarefa que a *Encíclica Laudato Si'* sugere com todas as linhas. Na economia de serviços é relevante recuperar o conceito de atendimento de necessidades básicas, pondo destaque à promoção dos cuidados interpessoais. Na economia monetária e financeira, conceituar os critérios para tratamento das dívidas e da guarda e gestão de tesouros humanos, superando o cassino global em que se converteu a economia financeira.

Esses temas contêm rica precedência na abordagem bíblica, como também na teologia latino-americana, que o papa Francisco recupera.

Uma fundamentação teológica de uma economia humana ou a reflexão da economia humana partilhada com muitas pessoas de boa vontade, cientes da necessidade de atualização histórica dos problemas da vida humana à luz dos critérios da fé cristã, não tem a pretensão de mudar a situação do império em decadência, pondo em seu lugar soluções preestabelecidas.

A pretensão da iniciativa papal sobre o Encontro em Assis (março de 2020), creio eu, é reunir várias contribuições, que possam nos abrir caminhos à construção de nova mentalidade econômica, superando as idolatrias econômicas que ora nos constroem, dentro e fora das Igrejas.

Em certo sentido, a reflexão sobre economia humana, fundamentada em critérios ético-teológicos, constrói simbolicamente novos argumentos e inspirações para mover desde já projetos em nível local, susceptíveis de apresentar respostas aos graves problemas do desemprego, das migrações forçadas e das mudanças climáticas, para citar três exemplos significativos. Mas a partir da mudança de orientação dos Estados nacionais e do sistema empresarial, principalmente financeiro, bases do império do capital e do dinheiro mundiais, parecem estar absolutamente imunizados para a lógica da ‘Economia de Francisco’ e navegam de crise em crise para o sem rumo da idolatria e do mito.

IHU On-Line — Como encerrar, na atualidade, as questões concretas de política social que ora se põem na agenda nacional, a exemplo dos sistemas de saúde, educação e previdência, e de que maneira enfocá-las na perspectiva do desenvolvimento humano?

Guilherme Delgado — Essa questão permite fazer no debate político uma clara demarcação sobre diretrizes do neoliberalismo em choque com o projeto de Estado Social da Constituição de 1988. Os direitos sociais estabelecidos no Sistema de Seguridade Social e na Educação Básica vêm sendo sistematicamente desmantelados pela ação dos governos Temer e Bolsonaro²⁸ de os elimi-

27 *Caritas in Veritate*: Terceira encíclica do papa Bento XVI, publicada no dia 7 de julho de 2009, “sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade”. Foi a primeira encíclica de Bento XVI que versa sobre vários temas socioeconômicos, após a profunda crise econômica e financeira das últimas décadas, disponível em <http://migre.me/4mY6b>. (Nota da **IHU On-Line**)

28 **Jair Bolsonaro** (1955): militar da reserva e deputado federal nascido em Campinas (SP). De orientação política de extrema direita, conservadora e nacionalista, cumpre sua sétima legislatura na Câmara Federal. Em janeiro de 2018, anunciou sua filiação ao Partido Social Liberal - PSL, o nono partido político de sua carreira. Em 2018, foi eleito o 38º presidente da República Federativa do Brasil. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições gerais de 2014. Ficou conhecido pela luta contra os direitos LGBT, pela defesa da ditadura e da tortura. Seus embates contra os direitos humanos são constantes. Suas declarações controversas já lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais, desde que foi eleito deputado em 1989. Documentos produzidos pelo Exército Brasileiro na década de 1980 mostram que os superiores de Bolsonaro o avaliaram como dono de uma “excessiva ambição em realizar-se financeira e economicamente”. Segundo o superior de Bolsonaro na época, o coronel Carlos Alfredo Pellegrino, “[Bolsonaro] tinha permanentemente a intenção de liderar os oficiais subalternos, no que foi sempre repellido, tanto em razão do tratamento agressivo dispensado a seus camaradas, como pela falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos”. É notório o seu machismo, como evidenciam as agressões e ofensas direcionadas a

nar dos orçamentos públicos. Essas ações continuadas, haja vista que a Emenda Constitucional do teto de gastos primários - EC 95/2016²⁹ já

suas colegas parlamentares. Seu desrespeito à condição feminina não poupou nem a filha. Em abril de 2017, em um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro fez uma menção à caçula, então com seis 6 anos: "Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher". Em uma entrevista para a revista Playboy, em junho de 2011, sua agressividade dirigiu-se aos gays: "Seria incapaz de amar um filho homossexual". Ainda disse preferir que um filho "morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí". Em abril de 2017, durante um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, afirmou que acabará com todas as terras indígenas e comunidades quilombolas do Brasil caso seja eleito presidente em 2018. Também disse que terminará com o financiamento público para ONGs: "Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou pra quilombola". (Nota da **IHU On-Line**)

29 **Emenda Constitucional nº 95**: a EC 95 limita por 20 anos os gastos públicos. Os senadores aprovaram a proposta (PEC 241/16) em 13/12/2016. Foi encaminhada pelo presidente Michel Temer – quando ele ainda estava na condição de interino – ao Legislativo com o objetivo de equilibrar as contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos. Chamada de PEC do Teto dos Gastos, determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). É considerada uma das maiores mudanças fiscais em décadas. Uma das principais críticas refere-se ao fato de que a PEC limita gastos que historicamente crescem todos os anos acima da inflação, como educação e saúde. Outra crítica incide no congelamento dos gastos com programas sociais. Especialistas e entidades setoriais avaliam que a medida prejudica o alcance e a qualidade dos serviços públicos oferecidos. A EC pode resultar na redução de R\$ 12 bilhões em repasses para a área da saúde em dois anos. Para saber mais sobre a PEC

congelou o gasto social em três orçamentos, de 2017 a 2019, avançam agora para dismantlar totalmente o Regime Geral de Previdência Social. E em quase todos os casos o sujeito oculto é o sistema financeiro, que viria ocupar o espaço público com seus Planos de Saúde e Previdência privados. O caso da educação é mais grave, porque, contaminado por profunda irracionalidade da 'caça às bruxas', não revela sentido palpável de economia política.

Do ponto de vista dos conceitos de Estado Social, Economia Humana ou "Economia de Francisco", essas 'reformas' estão absolutamente invertidas. Ampliam desigualdade social, submetem os mais pobres e desprotegidos da sociedade às normas estritas do mercado, transformam o espaço da natureza em um 'monte de lixo' e apostam todas as fichas na idolatria do dinheiro. E se a este rol

241, acesse a entrevista com Grazielle David, intitulada *PEC 241/16: Uma afronta à saúde, aos direitos sociais e à Constituição*, publicada nas Notícias do Dia de 11-7-2016, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2aZEQgl>. (Nota da **IHU On-Line**)

acrescentarmos a política agrária e ambiental do governo atual, a inversão é muito mais radical, sepultando completamente quaisquer vestígios de atenção com a economia ecológica ou com as inspirações de São Francisco de Assis³⁰. Tudo isso se faz com muito cinismo e ainda invocando o manto sagrado do nome de Deus.

Pessoas autodeclaradas de fé cristã que subscrevem esta agenda ora em execução, não mais podem ser absolvidas pela desculpa da ingenuidade e desinformação. Cometem, a meu juízo, o mais grave dos erros de avaliação política, de consequências sobre a vida humana semelhantes ao que na teologia se classifica o chamado "pecado contra o Espírito Santo". ■

30 **São Francisco de Assis** (1181-1226): frade católico, fundador da "Ordem dos Frades Menores", mais conhecidos como Franciscanos. Foi canonizado em 1228 pela Igreja Católica. Por seu apreço à natureza, é mundialmente conhecido como o santo patrono dos animais e do meio ambiente. Sobre Francisco de Assis confira a edição 238 da **IHU On-Line**, de 1-10-2007, intitulada *Francisco. O santo*, disponível para download em <http://bit.ly/1NLAtI7> e a entrevista com a medievalista italiana Chiara Frugoni, intitulada *Uma outra face de São Francisco de Assis*, na revista **IHU On-Line** número 469, de 3-8-2015, disponível em <http://bit.ly/2erAzUq>. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

Reforma da Previdência. Projeto conspira simultaneamente contra a justiça social e o equilíbrio das finanças públicas. Entrevista especial com Guilherme Delgado, publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 28-03-2019, disponível em: <http://bit.ly/2YUYguJ>.

Três projetos de país em disputa e as incertezas da governabilidade. Entrevista especial com Guilherme Delgado, publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 05-09-2018, disponível em: <http://bit.ly/2wrwOIS>.

"A corrupção número um, feita pelo sistema financeiro, está incólume". Entrevista especial com Guilherme Delgado, publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 02-10-2017, disponível em: <http://bit.ly/2wwPrek>.



Acompanhe os tweets do IHU diariamente

Tweets 131 mil	Seguindo 4.232	Seguidores 16,4 mil	Curtidas 175	Listas 8
--------------------------	--------------------------	-------------------------------	------------------------	--------------------



@_ihu

Seguir

Tweets
Tweets e respostas
Mídia



A incrustação do tecido social na economia. Karl Polanyi e a reconstrução do pensamento econômico contemporâneo

José Garlipp revisita o pensamento do economista e filósofo húngaro

Patrícia Fachin

Nas críticas do economista político e filósofo Karl Polanyi ao liberalismo econômico e à não regulação do mercado e na sua defesa de que a sociedade democrática requer uma economia orientada pela demanda social, é possível encontrar elementos para a reconstrução do pensamento econômico contemporâneo. Um deles é “a necessidade de ‘subordinar deliberadamente a economia enquanto meio aos fins da comunidade humana’”, diz o economista José Rubens Damas Garlipp à **IHU On-Line**.

Autor da tese de doutorado intitulada “Economia Desregrada — Marx, Keynes e Polanyi e a Riqueza no Capitalismo Contemporâneo” (2001), Garlipp explica que o conceito de “incrustação” é fundamental para compreender tanto as críticas de Polanyi ao neoliberalismo, quanto sua defesa de uma economia que esteja a serviço da vida social. “Seu intuito é mostrar que, ‘normalmente, a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida’”, menciona. Para explicitar esse ponto, Polanyi “formula o conceito de ‘incrustação’ (*embeddedness*), com o que busca mostrar a impossibilidade de separar mentalmente a economia de outras atividades sociais — algo que só encontra registro histórico com o advento da sociedade moderna, uma vez que, até então, fins do século XVIII, o sistema econômico encontra-se incrustado no sistema social”, diz.

A noção de “incrustação”, esclarece, está diretamente relacionada ao modo como o economista compreendia a economia: como um sistema de relações sociais entre atores individuais e coletividades. “Ele busca demonstrar que as instituições econômicas se encontram incrustadas em outras instituições de

natureza não econômica, e que a presença destas últimas é de importância decisiva”. Na avaliação de Garlipp, “a originalidade” de Polanyi está “em apontar como, sob o capitalismo, se estabelece a ‘desincrustação’ da economia em relação ao tecido social, fruto da mercantilização das ‘mercadorias fictícias’, processo que se afigura um ‘moinho satânico’, porque correspondente aos mecanismos implacáveis do mercado, moendo a vida das vítimas inevitáveis, em seu afã de acumular riqueza abstrata”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail para a **IHU On-Line**, o economista reflete sobre a organização do sistema econômico contemporâneo e sobre a crise brasileira. Segundo ele, “sob a nova fase da internacionalização do capital, emergem ‘oligopólios mundiais’ que delimitam entre si o espaço da concorrência, cada vez mais protegido contra a entrada de novos concorrentes”. Já no cenário brasileiro, pontua, “a diferença é que os donos do poder, seus asseclas e os crédulos seguem surdos e cegos quanto à incapacidade das políticas de austeridade cumprirem o prometido, em franco desprezo ou desconhecimento acerca das experiências internacionais que conduziram países ao caos social e político”. Para o país do futuro, diz, “o desafio é de dupla ordem: (a) sem crescimento não há desenvolvimento; (b) crescimento sem transformação social não conduz ao desenvolvimento”.

José Rubens Damas Garlipp esteve no Instituto Humanitas Unisinos — IHU na noite do dia 22-05-2019, ministrando a palestra “As contribuições de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico contemporâneo”. O evento integra o V Ciclo de Estudos

Repensando os Clássicos da Economia. Acesse a íntegra da conferência em <http://bit.ly/2K7S7YG>.

José Rubens Damas Garlipp é graduado em Ciências Econômicas e em Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas. É ex-presiden-

te (1995-1999) e atual secretário-geral da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas – ANGE. Atualmente leciona na Universidade Federal de Uberlândia.

A entrevista também foi publicada nas Notícias do Dia de 23-05-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wKIYwu>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são os principais elementos que caracterizam o capitalismo contemporaneamente e o pensamento econômico contemporâneo, segundo Polanyi?

José Rubens Damas Garlipp - Sob um enfoque institucional, Polanyi¹ discute a economia como processo instituído, o mercado como realidade teórica e histórica, de modo que a originalidade de sua contribuição está em apontar como, sob o capitalismo, se estabelece a “desincrustação” da economia em relação ao tecido social, fruto da mercantilização das “mercadorias fictícias”, processo que se afigura um “*moinho satânico*”, porque correspondente aos mecanismos implacáveis do mercado, moendo a vida das vítimas inevitáveis, em seu afã de acumular riqueza abstrata. Daí que entendo pertinente a contribuição de Polanyi, autor que se debruçou sobre os fundamentos da riqueza capitalista com vistas a estabelecer firme contraposição ao ideário liberal-conservador, ao mesmo tempo que sublinha a artificialidade do mercado autorregulado e suas perversas consequências: “o *laissez-faire*, imposto pelo Estado, não era o método para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida”. É de notar que a história econômica do capitalismo contemporâneo é, igualmente, a de um mundo que perde as suas referências e resvala para a instabilidade e crises recorrentes, na exata

medida em que o desaparecimento das regras e das fronteiras deixa o capital entregue às suas próprias leis de movimento. Com efeito, a atualidade do pensamento de Polanyi reside naquilo que pode ser expresso como viabilidade e urgência de subordinar a economia à política.

Com o dismantelamento do consenso keynesiano e a ressurgência do ideário liberal conservador, assistimos, desde os anos setenta do século XX, a uma outra “grande transformação”, expressa na construção de circuitos internacionais produtivos e, principalmente, financeiros de valorização do capital, a qual propõe o dismantelamento do “padrão” global de desenvolvimento herdado do pós-guerra. Daí que as consequências perversas da *economia desregulada* não serem mais mitigadas, exclusiva e principalmente, pela ação e por políticas públicas, dado que é da sua própria natureza continuar a gerar e regenerar contradições internas que não pode superar. Com efeito, hoje não estão mais disponíveis os instrumentos para disciplinar o capital, e é preciso notar que as transformações em curso favorecem uma nova realidade organizacional, mais coesa e centralizada, dos grandes conglomerados protagonistas da financeirização da riqueza. Cada vez mais, as grandes opções políticas são submetidas aos imperativos do setor financeiro, e a marcha da economia é confiscada por um pequeno número de atores que escapam a todo e qualquer controle. Como sabemos, Polanyi compreende a natureza e o alcance da cristalização do novo pensamento, que se transformaria

em pensamento único do pós-Guerra. Em sua crítica ao liberalismo da etapa 1880-1945, responsável pela catástrofe, ataca de frente o núcleo duro da utopia capitalista. Mostra que o trabalho, a terra e o dinheiro só podem ser tratados como mercadorias se se paga o preço da alienação humana e da sua degradação, da negação da relação de poder Estado-moeda em benefício da especulação financeira. Vale notar que os três fundamentos da irracionalidade do liberalismo ressurgem a partir do esgotamento do consenso keynesiano, e desde então caracterizam a quadra histórica contemporânea.

IHU On-Line - Como Polanyi compreende o funcionamento da economia?

José Rubens Damas Garlipp - Polanyi considera a economia como um sistema de relações sociais, interna e externamente, entre atores individuais e coletividades. Ele busca demonstrar que as instituições econômicas se encontram incrustadas em outras instituições de natureza não econômica, e que a presença destas últimas é de importância decisiva. Para Polanyi, “toda tentativa de esclarecer o lugar que a economia ocupa na sociedade deve partir do fato de que o termo *econômico*, tal como habitualmente usado para descrever um tipo de atividade humana, contém dois significados, com raízes distintas e independentes uma da outra”. O sentido formal emerge do “caráter lógico da relação meios-fins”, ao passo que o substantivo denota “os meios de subsistência

¹ **Karl Polanyi** (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é *A Grande Transformação - as origens de nossa época* (Rio de Janeiro: Campus, 2000), escrita nos Estados Unidos de 1940 a 1943. Sobre o economista a IHU On-Line 147, de 27-06-2005, dedicou o tema de capa *A grande transformação. As origens da nossa época. Os 60 anos da obra clássica de Karl Polanyi*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon147>. (Nota da **IHU On-Line**)

do homem”. Com efeito, enquanto o formal resulta da lógica, o substantivo resulta dos fatos; as regras do primeiro são as da mente, as do segundo são as da natureza. Por conta disso, investigar a subsistência humana requer o estudo da economia no sentido substantivo do termo, único significado capaz de oferecer os conceitos requeridos pelas ciências sociais para uma investigação de todas as economias do passado e do presente.

O estudo da economia deve estar referido ao contexto histórico e às instituições sociais para não incorrer na *falácia economicista* — o erro lógico em identificar toda a economia humana com sua forma de mercado, cuja generalização embaça o entendimento da questão da organização sócio-histórica de cada sistema econômico em seu tempo e lugar. Daí Polanyi discutir a atipicidade da economia capitalista de mercado, a qual contrasta com outros sistemas econômicos baseados em reciprocidade, solidariedade e hierarquia. Polanyi chama a atenção para o impacto da economia — enquanto subsistema de relações sociais — sobre o conjunto da sociedade. Uma vez que a economia capitalista se propõe a subsumir a sociedade, então o “*moinho satânico*” se revela particularmente nocivo e destrutivo das solidariedades sociais mais gerais; e a dinâmica do mercado tende a entrar em choque com o bem-estar social e com a democracia.

IHU On-Line - Pode nos explicar a frase de Polanyi: “[...] a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida”?

José Rubens Damas Garlipp - Polanyi se recusa a tomar a economia em seus termos absolutos, tal como apregoam a ciência econômica então hegemônica e a sua versão atual (*economics*). Recorre aos temas fundantes da antropologia, da sociologia, da história, da filosofia política, da ciência política, e adota o conceito aristotélico de “indivíduo societário”. Seu argumento, influenciado pela filosofia cristã, é que, em

essência, cada indivíduo é social. Entretanto, em contraste com a ideia de indivíduo atomístico movido pelo egoísmo, um artifício próprio da razão instrumental, em Polanyi a ênfase recai sobre os elementos constitutivos que definem o indivíduo como ser social. Seu intuito é mostrar que, “normalmente, a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida”, ou ainda, “a primeira razão para a ausência de qualquer conceito de economia é a dificuldade de identificar o processo econômico debaixo de condições onde está incrustado em instituições não econômicas”.

Com vistas a superar tal dificuldade, formula o conceito de “incrustação” (*embeddedness*), com o que busca mostrar a impossibilidade de separar mentalmente a economia de outras atividades sociais — algo que só encontra registro histórico com o advento da sociedade moderna, uma vez que, até então, fins do século XVIII, o sistema econômico encontra-se incrustado no sistema social. Por conta disso, o desenraizamento da esfera econômica das demais dimensões da vida social deve, pois, ser apanhado em perspectiva histórica. Daí o contraponto por ele proposto, no sentido de capturar a incrustação da economia nas demais esferas institucionais. Para tanto, Polanyi recorre a três princípios de integração para analisar as sociedades concretas: **reciprocidade, redistribuição e domesticidade** (*oeconomia*, ou seja, o próprio mercado), capazes de assegurar o funcionamento do sistema econômico e, por isso, se efetivarem, à medida que a organização das sociedades conta com a ajuda de padrões institucionais, tais como **simetria, centralidade e autarquia**. Recorrendo a tais princípios, o autor busca mostrar que não necessariamente o mercado subsume os dois primeiros — não associados basicamente à economia —, a não ser em período histórico determinado, quando se instaura a crença de que o mercado é um sistema autorregulado e quando consiste na *hypóstasis* do mercado com atributos de agente autônomo.

IHU On-Line - Por que, para Polanyi, o liberalismo econômico é utópico?

José Rubens Damas Garlipp - Polanyi procura desvendar a gênese da economia capitalista em um movimento de desmistificação do caráter natural e eterno atribuído ao mercado pelo liberalismo econômico. Ao denunciar o princípio da produção visando o lucro como não natural, apontando para o seu ponto crucial — a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais —, Polanyi refuta o universalismo do cálculo econômico voltado para a acumulação de riqueza que caracteriza a economia de mercado. Ao mesmo tempo, sublinha ter sido o liberalismo econômico o princípio organizador dessa sociedade engajada na criação do *sistema de mercado*. Um princípio que “passou a representar”, nas primeiras décadas do século XIX, “os três dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático e os bens deveriam circular livremente de país a país, sem empecilhos ou privilégios. Em resumo, um mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre comércio” [e] “esses três pilares formavam um todo indivisível”, de modo que “eram inúteis os sacrifícios para atingir qualquer um deles a menos que os outros dois fossem igualmente garantidos. Era tudo ou nada”. Ao assinalar a extrema artificialidade do sistema de mercado, mostra que esse mecanismo é tudo, menos evidente por si mesmo, pois “nenhuma sociedade”, adverte, “poderia resistir aos efeitos de um sistema de ficções grosseiras como este” (considerando trabalho, terra e dinheiro como mercadorias) “mesmo por um período mínimo de tempo, a não ser que suas substâncias humanas e naturais, assim como sua organização de negócios, fossem protegidas contra as devastações desse *moinho satânico*”.

Polanyi agrupa seu relato do movimento autoprotetor da sociedade não em torno de interesses de classe, mas em torno das “substâncias sociais ameaçadas pelo mercado”. O mercado de trabalho competitivo atingiu o possuidor da força de

trabalho, isto é, o homem; o livre comércio internacional se traduziu, basicamente, em uma ameaça ao maior empreendimento dependente dos recursos naturais, a agricultura; e o padrão-ouro ameaçou as organizações produtivas que dependiam do movimento relativo dos preços para seu funcionamento. O desenvolvimento e a expansão dos mercados em cada uma dessas áreas implicaram em ameaça latente para a sociedade em seus aspectos vitais. Dizer isso é defender a tese de que “as origens da catástrofe repousam na tentativa utópica do liberalismo em erguer um sistema de mercado autorregulado, uma instituição que não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade”.

IHU On-Line - Que respostas e alternativas Polanyi oferece ao liberalismo econômico?

José Rubens Damas Garlipp - Podem ser traçadas as raízes do seu pensamento, como apontado, na necessidade de “subordinar deliberadamente a economia enquanto meio aos fins da comunidade humana”, destacando-se no desenvolvimento das ideias de Polanyi a preocupação com a liberdade, a celebração da cultura das pessoas comuns e a procura de um socialismo humano como única expressão verdadeira da democracia. Em outros termos, o socialismo constitui a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado autorregulável, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática e livre.

IHU On-Line - Quais são os fundamentos da riqueza capitalista, segundo Polanyi?

José Rubens Damas Garlipp - A análise de Polanyi busca sublinhar que é apenas na *sociedade de mercado* que o objetivo precípua é o acúmulo de ganhos monetários, posto que, segundo sua investigação sobre formas pretéritas de organização econômica e social (economias não mercantis), o que se busca é a reprodução material da própria vida e não o lucro

monetário. Seria apenas no *sistema de mercado* que o intercâmbio prevalece como a “forma de integração”, apenas assim o mercado se transforma em instituição específica responsável pela sociabilidade. Quando a atividade econômica é orientada para o lucro monetário, passa a seguir normas próprias, sua própria “racionalidade”. Por conta disso, Polanyi critica o conceito de escassez, tão caro ao pensamento econômico clássico, para então apontar a diferenciação entre riqueza e valor. Conforme se consolida a Economia enquanto disciplina autônoma, progressivamente a noção de riqueza vai sendo abandonada e substituída pelas noções de valor e preço, uma vez que, em uma economia mercantil, a realidade do valor é que comanda as possibilidades de reprodução das riquezas. Uma *sociedade de mercado* é uma sociedade voltada para a acumulação dos valores de troca, o que explicaria o pensamento econômico clássico ter se enredado na confusão entre riqueza e valor: “a teoria econômica dos economistas clássicos era essencialmente confusa. O paralelismo entre riqueza e valor gerou os mais nefastos pseudoproblemas em quase todas as áreas da economia ricardiana”. Uma confusão alimentada pela simultânea ambiguidade entre dinheiro (signo da riqueza) e riqueza. Isso se deve ao fato de o dinheiro ser condição de manutenção do nexo social instituído: a divisão mercantil do trabalho. Ao afirmar que é o valor que cresce com a escassez — e não a riqueza —, Polanyi ataca o dogma da escassez, e discorda de que o “princípio da escassez” seja o organizador da atividade econômica, com o que deve ser considerado pelo que é: um axioma do pensamento clássico e, em alguma medida, responsável por subverter a natureza da Economia enquanto ciência da riqueza social, com o propósito de enquadrá-la no rol das ciências naturais.

Em contraponto, para Polanyi, a subsistência do homem depende da natureza e de seus semelhantes, e o intercâmbio com seu meio natural e social se dá na medida em que isso resulta no provimento dos meios para atender sua necessidade material. É apenas na *sociedade de mer-*

cado, historicamente datada, afirma Polanyi, que a economia “mudou de lugar” na sociedade e, com ela, o dinheiro torna-se motivo e objetivo da atividade dessa atividade, posto que passa a ser empregado para a aquisição de mais dinheiro, comprando o uso do trabalho no mercado de trabalho, de modo que “o princípio do ganho e do lucro” se estabelece como “força organizadora da sociedade”. Com efeito, Polanyi resgata a indagação de Marx sobre a natureza do capital, para apontar que “sob o atual sistema econômico, o capital é o fator dominante na vida econômica e que o fluxo de capital determina as condições de criação de riqueza”. [ver *Christianity and Economic Life* (sd), in: Karl Polanyi Archive, pp. 19-22].

IHU On-Line – Como Polanyi trata a ideia de autorregulação do mercado? Como ele sugere que o capitalismo e o mercado sejam regulados?

José Rubens Damas Garlipp - Ao enfatizar o caráter arbitrário das estruturas do mundo da produção e da distribuição de mercadorias, Polanyi demonstra ter claro que a ontologia do *homo economicus* é a expressão de um capitalismo emergente que demanda a instituição do econômico como instância distinta, dirigindo e determinando a vida social: “um mercado autorregulado exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política” e, no plano histórico, “a sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta”. A economia, em Polanyi, está assim referida ao paradigma do *sistema de mercado*, que é o que ele analisa criticamente, em contraposição a uma noção genérica e generalista de economia como toda e qualquer forma de organização da produção e distribuição de bens. O conceito de mercado, igualmente, não é uma referência a formas variadas que assumem os mercados ao longo da história, mas uma demarcação clara

a respeito do *sistema de mercado* ou *economia de mercado*: “é justamente esse sistema autorregulado de mercado o que queremos dizer com economia de mercado... uma economia dirigida pelos preços do mercado”, observa o autor. Trata-se, então, de algo historicamente datado, instauração dramática do paradigma do interesse próprio, do mercado autorregulado, cuja implantação se dá sob a égide das *mercadorias fictícias*: terra, trabalho e dinheiro.

É, pois, por meio do processo de mercantilização das mercadorias fictícias que as normas de funcionamento do mercado autorregulado submetem as condições de vida da sociedade a processos abstratos e impessoais, cujo mote e desiderato é o lucro. Daí sua afirmação de que a verdadeira crítica à sociedade de mercado não reside no fato dela se basear na economia — num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que se basear na economia —, mas que a sua economia se baseava no autointeresse. Dizer isso é dizer que “uma tal organização de vida econômica é inteiramente antinatural, no sentido estritamente empírico de excepcional”. Para Polanyi, uma sociedade verdadeiramente democrática requer uma economia planejada e orientada pela demanda social, em uma democracia ampliada. A *reincrustação* da economia significa que ela deveria ser controlada pela sociedade, no sentido de subordiná-la deliberadamente enquanto meio aos fins da comunidade humana. Não se trata, certamente, de um retorno a formas primitivas de sociabilidade, mas sim a forma moderna, assentada na vida social moderna, diferenciada, aberta e dinâmica, por meio de instituições políticas conducentes à liberdade dos indivíduos, na medida em que sejam democraticamente instituídas. Em suma, controle social dos processos econômicos, com o intuito de preservar e desenvolver as liberdades modernas, em contraponto à limitação institucional forjada e instituída pelo *sistema de mercado*. Afinal, a democracia não pode sobreviver com um sistema de mercado, de sorte que conter o mercado é tarefa da política.

Desdenhar isso é cortejar o fascismo, também uma resposta ao problema do mercado desenfreado, mas que, para tanto, leva a uma ruptura com a democracia.

IHU On-Line - Que contribuições as teorias econômicas de Polanyi poderiam dar para a reconstrução do pensamento econômico contemporâneo?

José Rubens Damas Garlipp - São inúmeras e registro, aqui, algumas que julgo irrecusáveis. Polanyi nos ensina que o mecanismo do mercado criou a ilusão do determinismo econômico como lei geral para toda a sociedade humana, quando a sua validade se circunscreve apenas à economia de mercado. Em sua leitura antropológica do mercado, Polanyi toma a economia como uma disciplina que, ao invés de ‘descrever’ o mercado autorregulado, na verdade o executa, na medida em que o produz por imposição, mais ou menos violenta, daquilo que ele deve ser. Nesse sentido, afirma que a ciência econômica não descobre as leis da natureza social, e sim oferece uma interpretação em que se baseiam suas prescrições: “é o mito da conspiração antiliberal que, sob uma ou outra forma, é comum a todas as interpretações, de 1870 a 1890... É assim que a doutrina liberal hipostasia o funcionamento de alguma lei dialética da sociedade moderna que torna vãos os esforços do pensamento esclarecido, ao passo que, em sua visão grosseira, ela se reduz a um ataque contra a democracia política, suposta como o principal reduto do intervencionismo. O testemunho dos fatos contradiz decisivamente a tese liberal. A conspiração antiliberal é pura invenção. A variedade das formas tomadas pelo contramovimento ‘coletivista’ não é devida a alguma preferência pelo socialismo ou pelo nacionalismo de parte dos interesses implicados, mas exclusivamente ao registro mais amplo dos interesses sociais vitais atingidos pelo mecanismo de mercado em expansão”. Ele ainda nos mostra que a doutrina clássica não reconhecia a importância constitutiva da mo-

eda junto ao estabelecimento da nação como unidade decisiva: “o ponto cego da mentalidade de mercado era igualmente insensível aos fenômenos da nação e do dinheiro”.

Em sua crítica à teoria econômica clássica, afirma que ela ignorou em vão a diferença de *status* existente entre os vários países, segundo a sua diferente capacidade de produzir riquezas, não reconhecendo que a unidade da sociedade se afirmou por intermédio da intervenção política suplementando a autorregulação imperfeita do mercado, inclusive do ponto de vista internacional. Não poderia ser diferente, posto que a autorregulação não só não foi capaz de evitar o colapso do sistema econômico internacional como, ao contrário, conduziu à crise, deflagrada a partir da primazia da moeda — que aparece como pivô da política nacional — e da estabilidade do dinheiro como necessidade suprema da sociedade. Ao registrar a insensibilidade ao ponto cego da mentalidade de mercado, o autor estabelece uma crítica de fundo à pretensa universalidade da economia, tal como advogada pela teoria clássica. Com efeito, as contribuições de Polanyi abarcam várias dimensões, posto que apontam para a necessidade de uma concepção mais ampla do comportamento humano, que supere a estreita definição do “*homo economicus*” como ser autônomo, racional e maximizador da utilidade, considerado a margem de questões-chave que moldam a psicologia econômica das pessoas como o instinto, os hábitos, o gênero, ou a condição social. Também nos auxilia a reconhecer a importância da cultura — integrada por todo um conjunto de instituições e sistemas de valores sociais, políticos e morais — como raiz dos fenômenos sociais, nas quais encontram-se as atividades econômicas. Para Polanyi, não há análise consequente dos processos econômicos sem recurso à história. Uma vez que a realidade econômica e social é dinâmica, a análise histórica deve constituir um instrumento fundamental na metodologia da ciência econômica. Enfim, Polanyi contribui igualmente para que reconheçamos a impor-

tância da ampliação dos métodos de análise como requisito para avançar na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais, recorrendo ao diálogo interdisciplinar.

IHU On-Line - Na sua tese de doutorado, o senhor busca identificar como o desaparecimento das regras e das fronteiras deixa o capital entregue às suas próprias leis de movimento. Pode nos explicar essa ideia, isto é, como o capitalismo tem operado, que regras e fronteiras deixaram de controlá-lo e quais são as consequências disso?

José Rubens Damas Garlipp - Com o intuito de apanhar o substrato do capitalismo contemporâneo, proponho que um quadro aproximativo pode ser desenhado por meio do conceito de *economia desregulada*, emoldurado pelos desdobramentos de duas 'revoluções', a da tecnologia da informação e a dos mercados financeiros, cuja interação dinâmica responde pelos contornos da "mundialização" do capital e dos mercados. O argumento explorado é o de que a construção de circuitos internacionais produtivos e, principalmente, financeiros de valorização do capital responde pelo dismantelamento do 'padrão' global de desenvolvimento herdado do pós-guerra. Assim é que a financeirização da riqueza, expenciada pelas inovações dos instrumentos financeiros e desregulação dos mercados que caracterizam as políticas econômicas ocidentais das últimas décadas, ao tempo em que preside a lógica de valorização do capital, não faz mais que tornar claro o objetivo precípua do capitalismo: a expansão da riqueza abstrata. A significativa estruturação de redes interempresariais favorece a concentração da concorrência mundial em um número cada vez mais reduzido de grupos empresariais. A expansão das transnacionais não ocorre nos moldes anteriores, mas por acordos e alianças que privilegiam, sob o ponto de vista tecnológico, antes o domínio sobre ativos estratégicos que o controle sobre produtos específicos.

As empresas têm recorrido a novas combinações entre investimentos internacionais, comércio e cooperação internacional para assegurarem sua expansão internacional e racionalizar suas operações. Desse modo, as estratégias internacionais do passado, fundadas principalmente sobre as exportações, ou as estratégias multidomésticas, assentadas sobre a produção e venda ao exterior, dão lugar a novas estratégias que combinam toda uma gama de atividades transfronteiras: exportações e aprovisionamentos ao estrangeiro, investimentos externos e alianças internacionais.

Nesse sentido é que as novas estratégias diluem fronteiras entre indústrias e setores, tal como demonstram a ampliação de serviços e o processo de terceirização, alterando o escopo da competição internacional, de mercados nacionais segmentados para níveis mais amplos de competitividade. Com o crescimento do grau de interpenetração entre capitais de diferentes nacionalidades, o investimento internacional 'cruzado' e os movimentos de fusões e aquisições transfronteiras engendram uma estrutura de oferta mais concentrada a nível mundial. Dizer isso é dizer que, sob a nova fase da internacionalização do capital, emergem "oligopólios mundiais" que delimitam entre si o espaço da concorrência, cada vez mais protegido contra a entrada de novos concorrentes tanto no tocante a barreiras à entrada do tipo industrial quanto barreiras comerciais. Ao impulsionarem a mundialização, é preciso notar, as novas tecnologias também geram reações, expressas na emergência de blocos regionais. De sua parte, mas não à parte, a esfera financeira representa, sem dúvida, a ponta avançada do movimento de mundialização do capital, em que as operações atingem o grau mais elevado de mobilidade. Não é por menos que o investimento externo direto do setor financeiro responde por uma maior interpenetração patrimonial nas economias capitalistas. Com isso, acentua-se o caráter financeiro dos grupos industriais e tem lugar uma lógica financeira do capital investido, inclusive na manufatura e em serviços.

Desde o início dos anos 1980, a imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização se manifesta sob novas formas. Ela se expressa pelos mecanismos novos e variados que as instituições financeiras colocam à disposição dos grupos para suas operações internacionais de aquisições e de fusões. Na medida em que avança a desintermediação financeira, os grandes grupos passam a colocar os títulos diretamente nos mercados financeiros internacionais e, desde o início dos anos 1990, tem lugar um notável crescimento da importância das operações puramente financeiras dos grandes conglomerados transnacionais, crescentemente financeirizados. A desregulação — ou liberalização monetária e financeira —, a desintermediação e a descompartimentação dos mercados financeiros agem de forma interativa, constituindo as bases da transformação do regime monetário-financeiro internacional. Uma importante consequência está na crescente asfixia imposta aos Estados nacionais em sua capacidade de manejar políticas domésticas, ainda que continue sendo requerido para acordar as novas formas de convivência e o ordenamento societário interno às fronteiras, bem como o poder disciplinador do trabalho e da intervenção nos fluxos de mercados financeiros.

IHU On-Line - Que regras poderiam ser estipuladas para regular o capitalismo hoje?

José Rubens Damas Garlipp - Em minha tese discuto as diferentes propostas de reordenamento da arquitetura financeira internacional, centro nevrálgico do sistema. Na medida em que as operações financeiras fogem de qualquer controle, o risco sistêmico torna-se mais elevado, como bem o demonstram os mercados derivativos livres, cuja 'exuberância irracional' não faz mais que traduzir a racionalidade própria da lógica especulativa de valorização do capital, mais que demonstrada na crise de 2007-2008. E, uma vez que os mercados não têm capacida-

de de autorregulação, fazem-se necessários o controle e a regulação de caráter público sobre os mercados financeiros. Nesse sentido, discuto as propostas segundo sua orientação maior, qual seja, aquelas orientadas pelos mesmos princípios (autorregulação) e aquelas orientadas por novos princípios. Chego a apontar os vetores que a instituição de uma nova arquitetura financeira internacional poderia comportar, não sem antes destacar a presença de importantes estrangulamentos impostos por uma realidade marcada pela supremacia das finanças liberalizadas e desreguladas.

Primeiro e mais geral, o inescapável paradoxo estabelecido pela liberalização das finanças depois de Bretton Woods: a dimensão gigantesca assumida pelos mercados de capitais mundialmente integrados em contraste com o caráter nacional das instituições reguladoras (exceto as instituições multilaterais – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e BIS [Banco de Compensações Internacionais]) e seu porte e capacidade de intervenção limitados. Segundo, as discussões acerca das questões-chave em torno do regime monetário encontram-se circunscritas aos interesses das economias do núcleo orgânico capitalista e, em toda e qualquer definição com vistas ao reordenamento do sistema monetário-financeiro internacional, não há como desconsiderar uma realidade concreta composta de diferentes visões políticas de cada uma das economias e ou blocos econômicos. Terceiro, trata-se de uma ‘mundialização’ financeira hierarquizada a partir do sistema financeiro americano. Quarto, ainda que os organismos multilaterais reconheçam as profundas mudanças na dinâmica financeira internacional, reorientando e ou qualificando suas propostas de prevenção e resolução das crises financeiras, a bem da verdade busca-se evitar medidas de maior alcance, tais como o controle dos movimentos de capitais e a organização de um credor de última instância mundial. Quinto, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, em conjunto com o

Banco de Compensações Internacionais - BIS, mantêm-se como o principal *locus* de elaboração de proposições para reordenar a arquitetura do sistema financeiro internacional, as quais passam antes pelo mercado, e não por um fortalecimento de instâncias efetivamente supranacionais. Sexto, como desdobramento do anterior, na discussão mais ampla em torno do reordenamento monetário-financeiro internacional, levada a cabo pelas instituições multilaterais, a problemática dos países ‘em desenvolvimento’ segue sendo tratada a partir da concepção predominante, isto é, se enfatiza a política econômica ortodoxa e orientada para o mercado, na esteira da proclamada austeridade.

IHU On-Line - Outro ponto da sua tese consiste no mapeamento das falhas estruturais do sistema erigido em Bretton Woods. Quais são as falhas desse sistema? Pode nos dar alguns exemplos dessas falhas?

José Rubens Damas Garlipp - Em uma quadra histórica marcada pelos destroços da Segunda Guerra Mundial, Bretton Woods confere aos Estados Unidos a possibilidade de impor uma ordem monetária mundial que fosse a projeção da sua concepção sobre as futuras relações entre as nações, especialmente com a Europa e o Japão. É erigido como ‘sistema de equilíbrio’, congelando a relação de forças políticas e econômicas para manter as demais nações como caudatárias dos interesses dos Estados Unidos, já a caminho de consolidar sua hegemonia. Os princípios e regras estabelecidos abarcam duas ordens de preocupações: a definição do padrão monetário internacional; e a questão do equilíbrio internacional e políticas de ajustes dos balanços de pagamentos. Ao institucionalizar um padrão monetário assentado no padrão dólar-ouro, Bretton Woods consolida, no plano monetário-financeiro, a hegemonia dos Estados Unidos, e contribui para acentuar contradições que, posteriormente, levariam à crise do sistema monetário internacional. A

contradição insuperável de Bretton Woods se revela na exata medida em que se trata de um sistema monetário internacional baseado em uma moeda nacional, com o dólar no papel de moeda nacional e meio de pagamento e ativo de reservas internacionais, o que leva à transferência de reservas líquidas dos Estados Unidos para o resto do mundo, à posterior desconfiança em relação ao dólar e à consequente aceleração dos fluxos internacionais de divisas.

Neste múltiplo papel, o dólar acen-tua ainda uma segunda assimetria básica do sistema: em contraste com outras economias, a norte-americana não poderia desvalorizar o dólar em relação às outras moedas para incrementar sua posição comercial e de balanço de pagamentos, posto que qualquer desvalorização do dólar buscando aumentar a posição competitiva por parte dos Estados Unidos poderia imediatamente ser eliminada por desvalorizações paralelas de outras moedas. Do contrário, o conflito político latente, próprio de um sistema monetário internacional baseado em taxas de câmbio fixas, logo se expressaria em todo o seu vigor. A conversibilidade-ouro do dólar amarra logicamente o sistema, ao submeter as reservas oficiais em dólares à confiança dos bancos centrais que as detinham. O *leit motiv* de Bretton Woods reside, justamente, na regulação do montante global e da repartição das reservas oficiais. O sistema convive com a ambiguidade da superposição de procedimentos discricionários dos ajustes de balanço de pagamentos e a tentativa de manter o automatismo financeiro da época precedente à primeira Guerra Mundial. Em decorrência, as taxas de câmbio adquirem uma rigidez excessiva e o sistema desaba em uma armadilha mortal para uma organização monetária internacional fundada sobre alto grau de institucionalização, pois não prevê nenhum tipo de mecanismo ou dispositivo para criar uma oferta de liquidez internacional.

Assim, uma das fragilidades mais acentuadas dos dispositivos de Bretton Woods é que eles deixaram de fornecer explicitamente meios sis-

temáticos pelos quais as reservas mundiais pudessem aumentar com o comércio e com a economia mundiais. Em lugar dessa sistematização, ocorrem práticas *ad hoc* — débeis, do ponto de vista estrutural — que levam os déficits dos Estados Unidos a assumirem o papel, não especificado no Acordo, de banco central do sistema internacional, com todas as consequências daí advindas. Em que pese perseguir a elaboração de novas regras de funcionamento da economia mundial reconstituída e a criação das instituições econômicas internacionais — encarregadas de assegurar a sua vigência e capazes de reduzir tensões políticas e sociais —, e com isso procurar evitar os erros do Tratado de Versalhes (desordens monetárias, instrumentos ociosos e riqueza mal empregada, que geraram o fascismo e a Guerra), Bretton Woods se revela um sistema assimétrico e contraditório, eivado de tensões disruptivas. Nesse sentido, ainda que os trinta anos de forte crescimento na economia do pós-guerra, de 1946 a 1975, tenham sido vistos como uma afirmação, posto que combinavam o capitalismo igualitário e a democracia restaurada, e ainda que tenham contribuído para reiniciar o comércio, criando condições para cada nação-membro administrar suas economias de pleno emprego, vale a observação de Polanyi, que considerou o sistema como uma extensão da influência do capital.

IHU On-Line - Como avalia a iniciativa da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia - ABED?

José Rubens Damas Garlipp - Em tempos de interdição do debate, assume especial relevância a criação da ABED. Trata-se de um esforço coletivo, de abrangência nacional, que conchama economistas profissionais afins e estudantes de Economia a se engajarem na luta por uma nação mais igual, justa e democrática, resgatando o debate econômico em sua pluralidade, em prol de um projeto de desenvolvimento nacional popular inclusivo, dinâmico e sustentável.

IHU On-Line - Que alternativas econômicas existem ao atual regime fiscal sugerido pelo governo Bolsonaro?

José Rubens Damas Garlipp - Atravessamos uma quadra histórica, mundo afora, marcada pela desintegração dos “padrões” acordados de relacionamento social, pelo desmantelamento dos mecanismos de sociabilidade e proteção social e esvaziamento da cidadania. Trata-se do resultado último de uma franca submissão dos governos às políticas de austeridade, tomadas como capazes de superar a crise econômica, retomar o crescimento econômico e a prosperidade.

No Brasil, a diferença é que os donos do poder, seus asseclas e os crédulos seguem surdos e cegos quanto à incapacidade das políticas de austeridade cumprirem o prometido, em franco desprezo ou desconhecimento acerca das experiências internacionais que conduziram países ao caos social e político.² A crise brasileira, também ela, não é apenas econômica. É multifacética: econômica (recessão, baixa taxa de investimento, alto desemprego); política (deslegitimação do mundo da política em geral — e não apenas da política partidária); e institucional (estresse entre as esferas de poder, judicialização da vida e ativismo judicial), para citar suas expressões mais claras. Crise que também não será superada, sequer em sua dimensão econômica, via aprofundamento das políticas de austeridade, tão caras à ortodoxia, como as que o governo (desde Temer e agora com Bolsonaro) se empenha em promover e anunciar como antídoto para a superação da crise e retomada do crescimento econômico — quando, em verdade, tais políticas são o próprio veneno a espalhar-se pelas artérias da sociedade.

É nesse contexto que devem ser apreciados os perversos efeitos e desdobramentos: a) da recente am-

pliação (de 20% para 30%) da desvinculação de recursos constitucionais assegurados ao gasto social; b) da aprovação da Lei do Teto de Gastos, que estabelece, para os próximos vinte anos, severo limite aos gastos públicos primários (todas as despesas, exceto as financeiras); e c) as Reformas Trabalhista, da Previdência e Tributária; além de outras medidas que se articulam ao pretendido “Novo Regime Fiscal”.

Reformas

A Reforma Trabalhista conduz a uma ainda mais grave terceirização do trabalho, ao incluir as atividades-fim e a prevalência de negociações sobre o disposto na CLT. A redução de custos parece prevalecer sobre a necessidade de incorporar a parcela da força de trabalho submetida à precarização, hoje 1/3 dos empregos formais, não bastasse o expressivo contingente de trabalhadores sob o manto da informalidade. A Reforma da Previdência não se propõe a provisionar o sistema de recursos mediante taxação de setores historicamente desonerados e a cumprir o objetivo de universalização. Sob o pretexto de se ajustar às tendências demográficas, a Reforma contém premissas equivocadas e é manifestamente excludente, na medida em que impõe restrições de direitos básicos. Da Reforma Tributária, em tempos de consolidação fiscal, não é de se esperar mudanças substantivas, e sim a preservação ou mesmo exacerbção da sua natureza injusta e desigual, posto que não há interesse em corrigir o seu caráter regressivo e concentrador de renda e riqueza.

A propósito, a Reforma Tributária pode ser uma alternativa à Reforma da Previdência, como mostra o estudo coordenado pelo Professor Eduardo Fagnani (Unicamp), demonstrando como mudanças no atual sistema tributário podem aumentar mais a receita do governo federal do que o que se pretende alcançar com a proposta da Reforma Previdenciária, mas cuja orientação vai no sentido de taxar renda e transações financeiras, bem como

2 David Stuckler e Sanjay Basu, em *A Economia Desumana: porque mata a austeridade*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2014, apoiados em centenas de estudos, trazem as evidências, histórias reais de vidas humanas perdidas em virtude de escolhas econômicas desumanas. (Nota do entrevistado)

diminuir a tributação de impostos sobre bens e serviços. Mas isso requer disposição do governo em submeter as propostas de Reformas ao crivo do debate com a sociedade, o que não tem ocorrido, em aberto rechaço ao suplemento democrático. São anunciadas como medidas indesejáveis para se ajustar aos ‘novos tempos’, mas que ao cabo carregam em seu substrato uma ideia muito particular da democracia, que, sob muitos aspectos, deriva de um antidemocratismo, com veladas pretensões de se livrar do povo e da política. Um tipo de política que sempre se apoiou na ideia de que é necessário diminuir o gasto público, inclusive enquadrando seu crescimento em regras constitucionais (como no caso da Lei do Teto de Gastos e seus desastrosos cortes na Saúde, Educação, Defesa, Polícia Federal, Cultura, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, ademais o engessamento da política fiscal); transferir as empresas e as responsabilidades públicas para o setor privado e restringir a proteção social.

É justamente por meio da crescente desoneração das responsabilidades do Estado que se incentiva a criação de instituições que não são Estado, são fomentadas as privatizações e concessões de serviços públicos e se abre mão de setores e ativos nacionais estratégicos. São despolitizados os assuntos públicos e é declarada a guerra ao ainda tímido *Estado Social* brasileiro, cuja pretensa liquidação não deve ser, enganosamente, tomada como o recuo ou o ocaso do Estado. Trata-se de uma redistribuição, entre a lógica capitalista e a gestão estatal, de instituições e funcionamentos que se interponham entre as duas. Reverter o que está em curso, essa a condição inescapável - ainda que insuficiente - para que o Brasil volte a ser uma nação e tenha um projeto de desenvolvimento econômico, mas também político, social, cultural e ambiental.

O desafio é de dupla ordem: (a) sem crescimento não há desenvolvimento; (b) crescimento sem transformação social não conduz ao desenvolvimento — pode, até mesmo, aprofundar a já exorbitante e histórica concentração de renda e riqueza. Deter o processo de desin-

dustrialização a que o país está submetido passa pelo reconhecimento das bem-sucedidas experiências históricas (Alemanha, Japão, EUA, China, Coreia, por exemplo), as quais evidenciam a importância da ação do Estado para a constituição de um sistema nacional de inovação, particularmente nesses tempos de indústria 4.0. Isso significa, em lugar de políticas de austeridade, outras políticas, comprometidas com educação, ciência e tecnologia, P&D e inovação, mas articuladas e suportadas por adequadas modalidades de financiamento. Somente com clara determinação em superar a atual inserção externa subordinada e dependente é que se pode vislumbrar resultados promissores em termos de políticas comerciais, bem como um reposicionamento menos desfavorável nas cadeias produtivas globais e na divisão internacional do trabalho. Políticas de fomento à indústria de base, ao agronegócio e agricultura familiar sustentáveis, construção civil e infraestrutura, com elevação do gasto público que fomenta o investimento privado e deflagre efeitos multiplicadores que resultam em recuperação de receita fiscal pelo crescimento econômico. Políticas e ações, setoriais e subsetoriais, capazes de despertar o potencial de inovação e crescimento, informadas por uma visão estratégica de longo prazo, a mesma a orientar as políticas macroeconômicas de curto prazo, que almejem câmbio competitivo e estável, para frear o desmantelamento da produção e dos empregos; compatível taxa real de juros, com vistas a diminuir a punção de recursos via dívida pública; crédito (público e privado) acessível, para incentivar o investimento e ampliar a propensão a consumir; e política fiscal com efeitos distributivos. É necessária profunda mudança de orientação do sistema tributário, com vistas a reverter a sua natureza injusta e desigual e corrigir seu caráter regressivo e concentrador de renda.

Por seu turno, os gastos públicos são fundamentais para a ampliação da oferta de bens e serviços públicos,

via transferência de renda, para se buscar a redução da desigualdade social e, por decorrência, o crescimento da atividade econômica. Soma-se aos desafios a certeza de que os donos do poder resistem à mudança e propõem o retrocesso, ainda que revestido e apresentado como o novo. Daí a relevância de efetiva pressão da sociedade, para se fazer ouvida, considerada em suas demandas e propostas, para fazer frente ao aprofundamento das políticas de austeridade, e evitar o retrocesso da verdadeira interdição do caminho pactuado — e ainda a ser desbravado — na Constituição Federal de 1988 em direção a uma sociedade mais igual, justa e democrática.

IHU On-Line - O papa Francisco tem defendido em seus pronunciamentos que é preciso pensar uma nova economia. Em 2015, no Encontro Mundial dos Movimentos Populares, em Santa Cruz de la Sierra, disse que é preciso dizer “não a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir”. Nesta semana, o papa disse que os jovens economistas precisam “estudar e praticar uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a depreda”. Como o senhor avalia o discurso do papa acerca da economia?

José Rubens Damas Garlipp - Um discurso crítico, certamente, e que recorre aos fundamentos comunitários do cristianismo para execrar o individualismo exacerbado que marca a atualidade desumanizada e fetichista, essa mesma realidade que idolatra o dinheiro na exata medida em que se espalha a mercantilização de todas as esferas da vida. Nesse sentido, e não por menos, avalia criticamente o capitalismo autorreferencial, cuja organização econômica da sociedade mostra-se excludente e promotora da desigualdade, no mesmo diapasão em que, enaltecendo o *auri sacra fames*, esvazia a dignidade humana. ■

Aglietta e a Escola Francesa de Regulação: chaves para compreender a resistência do capitalismo

O professor João Ildebrando Bocchi analisa o pensamento do economista francês Michel Aglietta

Patricia Fachin | Edição: João Vitor Santos

38

A metamorfose do capitalismo tem chamado atenção de muitos especialistas. Nem mesmo os rápidos e avassaladores avanços tecnológicos de nosso tempo têm sido capazes de impor uma derrocada a esse sistema econômico gestado a partir do século XVII. Para o professor João Ildebrando Bocchi, compreender as perspectivas da Escola Francesa da Regulação - EFR pode ser um dos caminhos possíveis para apreender como se dá essa fagocitose capitalista. “O objetivo central da EFR é entender a permanência do modo de produção capitalista, apesar das enormes crises econômicas e sociais que periodicamente o atingem”, define.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Bocchi explica essa vertente teórica a partir da formulação de Michel Aglietta na década de 1970. “Aglietta afasta-se do referencial marxista e volta-se cada vez mais às questões monetárias e suas crises”, observa. “A crise 2007/8 vai intensificar ainda mais estas preocupações. Atualmente, dedica-se à discussão das possibilidades de novos acordos como o de Bretton Woods em busca de uma estabilidade monetária que pressupõe um Banco Central Mundial. Dentre as suas pesquisas, destacam-se aquelas voltadas às possibilidades de uma moeda mundial, que pudesse substituir o dólar, como o euro ou o renminbi, a moeda chinesa”, completa.

O professor ainda destaca que essa escola regulacionista também se dispõe a pensar a realidade brasileira. “Dentre os autores regulacionistas próximos à realidade brasileira, destaca-se Alan

Lipietz, embora o conjunto dos autores regulacionistas sempre manteve proximidade com pesquisadores brasileiros”, destaca. E aprofunda: “Lipietz desenvolveu o conceito de fordismo periférico para analisar sociedades e economias como a brasileira, caracterizadas por uma industrialização tardia dependente de capitais estrangeiros e uma distribuição de renda profundamente desigual. Lipietz e outros autores, ao analisar a economia norte-americana da atualidade, falam em ‘brazilianização’ dos EUA, considerando o aumento da desigualdade naquele país”.

João Ildebrando Bocchi possui graduação em Engenharia Civil pelo Instituto Mauá de Tecnologia, mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas-SP e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. É professor do Departamento de Economia da PUC-SP. Organizou o livro *Desafios para o Brasil: Como retomar o crescimento econômico nacional* (São Paulo: Saraiva, 2007).

O professor esteve no Instituto Humanitas Unisinos - IHU no dia 28 de maio, proferindo a palestra “Michael Aglietta e a Escola da Regulação: uma revisão crítica da economia política”, dentro do V Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. Acesse o vídeo com a íntegra da palestra em <http://bit.ly/2wEhfxw>.

A entrevista também foi publicada nas Notícias do Dia de 05-06-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2MCO2oW>.

Confira a entrevista.

“O objetivo central da EFR é entender a permanência do modo de produção capitalista, apesar das enormes crises econômicas e sociais que periodicamente o atingem”

IHU On-Line – Como, em que contexto e por que Aglietta¹ formulou a teoria da regulação?

João Ildebrando Bocchi – A Escola Francesa da Regulação - EFR² tem como marco fundador a tese doutoral de Michel Aglietta defendida em 1974 e a publicação, em 1976, de *Régulation et crises du capitalisme*. A tese de Aglietta será discutida em seminários no Institut national de la statistique et des études économiques - INSEE (1974-75) e no Centre pour la recherche économique et ses applications - CEPREMAP (1976-77), onde será desenvolvida uma pesquisa sobre a inflação e a crise econômica na França no início dos anos 1970. Esta pesquisa terá a participação de nomes que, com Aglietta, formarão o núcleo mais representativo da EFR, como Ro-

bert Boyer³, Alain Lipietz⁴, Jacques Mistral⁵, J. P. Benassy⁶, J. Muñoz e C. Ominami⁷.

Em resumo, trata-se de dar conta teoricamente da chamada estagflação (estagnação mais inflação), que atingiu os países capitalistas desenvolvidos em 1973/74. A volta das crises econômicas capitalistas, após os “trinta gloriosos anos” de crescimento econômico norte-americano e dos outros países desenvolvidos pós-II Guerra, recoloca em discussão o caráter cíclico do capitalismo, que parecia ter sido eliminado pelo manejo eficiente das políticas econômicas keynesianas. Em outras palavras, o objetivo central da EFR é entender a permanência do modo de produção capitalista, apesar das enormes crises econômicas e sociais que periodicamente o atingem.

IHU On-Line – Quais são as principais teses dessa teoria formulada por Michel Aglietta?

João Ildebrando Bocchi – A Escola da Regulação - ER é um ambicioso programa de pesquisas, que

tem como ponto de partida a certeza de que o modo de produção capitalista torna-se ininteligível e inexplicável a partir, unicamente, das leis de desenvolvimento elaboradas por Marx⁸. Assim, a evolução do capitalismo deve ser analisada em termos de uma sucessão de distintas *formas estruturais*, historicamente construídas. Estas formas estruturais dependem de características microeconômicas e macroeconômicas de cada época, além da evolução histórica específica, e das próprias características das crises estruturais da época. “Sinteticamente, a ER apreende a história do modo de produção capitalista como uma série de *modos de desenvolvimento* historicamente determinados e temporalmente limitados, com suas características principais dadas pelo *modo de regulação* vigente, que governa um *regime de acumulação* associado, historicamente definido” (Brenner & Glick, 1989).

A partir dessas obras fundantes da EFR, foram elaboradas pesquisas em muitos países sobre aspectos ge-

1 **Michel Aglietta** (1938): economista marxista francês, atualmente professor de Economia da Universidade de Paris X (Nanterre). É consultor científico do Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales (CEPII) e foi membro do Institut Universitaire de France, de 2000 a 2005. Sua tese de doutorado, *Régulation du mode de production capitaliste dans la longue période - Prenant exemple des États-Unis* (1870-1970), apresentada à Universidade Paris I (Panthéon-Sorbonne) em 1974, lançou os fundamentos da escola da regulação. Com Robert Boyer, Aglietta é considerado um dos fundadores da escola. Aglietta é especialista em economia monetária internacional e conhecido por sua contribuição ao estudo das funções do mercado financeiro. (Nota da IHU On-Line)

2 **Escola da regulação**: também conhecida como teoria da regulação, é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa. No centro de sua teoria está a ideia de regulação econômica. Nasceu em meados da década de 1970 de uma crítica severa à economia neoclássica, que procurou ultrapassar através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales. A obra de Michel Aglietta, *Régulation et crises du capitalisme* (1976), vale como fundadora desta corrente. Sobre o tema confira a edição 78 dos Cadernos IHU ideias, intitulada *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à violação da moeda*, de autoria de Octavio Augusto Camargo Conceição, disponível para download em <http://bit.ly/2dkZeP2> (Nota da IHU On-Line)

3 **Robert Boyer** (1943): economista francês formado pela École Polytechnique (Promoção X 1962), diretor de estudos da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). Ele é conhecido como um dos principais arquitetos da escola de regulação. (Nota da IHU On-Line)

4 **Alain Lipietz** (1947): engenheiro francês, economista e político, ex-membro do Parlamento Europeu e membro do Partido Verde francês. Ele, no entanto, foi suspenso do partido desde 25 de março de 2014 e é um político local eleito em Val de Bièvre, Paris, França. (Nota da IHU On-Line)

5 **Jacques Mistral** (1947): economista e professor francês. É membro do Conselho de Análise Econômica (Conseil d'analyse économique) da França, membro do Cercle des économistes e, a partir de outubro de 2009, membro do conselho científico do centro de estudos de esquerda Fondation pour l'politique da inovação. (Nota da IHU On-Line)

6 **Jean-Pascal Benassy** (1948): macroeconomista francês, um dos pioneiros da escola de regulação. (Nota da IHU On-Line)

7 **Carlos Octavio Ominami Pascual** (1950): economista e político chileno, ex-parlamentar e ex-ministro de Estado chileno. (Nota da IHU On-Line)

8 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173IFhO>. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYkKw>. A entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da **IHU On-Line**, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. A revista **IHU On-Line**, edição 525, intitulada *Karl Marx, 200 anos - Entre o ambiente fabril e o mundo neural de redes e conexões*, em celebração aos 200 anos do nascimento do pensador, está disponível em [ihuonline.unisinos.br/edicao/525](http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/525). (Nota da IHU On-Line)

rais e parciais da reprodução do capital. Há inúmeras pesquisas sobre a questão dos Estados nacionais, sobre as relações salariais e a organização do processo de trabalho, sobre políticas sociais e sobre crises monetárias.

IHU On-Line – Qual é a influência das teorias marxistas na elaboração da escola da regulação proposta por Aglietta? Que aspectos da teoria marxista são incluídos e desconsiderados na elaboração da teoria da regulação?

João Ildebrando Bocchi – Esta nova crise representará um duro golpe sobre o consenso keynesiano dominante, abrindo espaço no campo conservador para o renascimento dos autores neoclássicos, especialmente a escola das expectativas racionais. Para o pensamento crítico se trata de repensar as crises a partir de Marx, mas dando conta das especificidades desta nova crise, que apresenta características diferentes das crises clássicas: agora, ocorre a queda no nível da atividade econômica, mas não há deflação, pois os preços continuam a subir.

Este será exatamente o objetivo dos autores mais representativos que analisaremos dentro da EFR: Aglietta, Boyer e Lipietz. Estes autores buscarão através de uma análise histórica do capitalismo, apreender sua permanência apesar dos conflitos e das crises, desconsiderando as leis gerais desenvolvidas por Marx e buscando dar conta das especificidades das economias nacionais.

No início da construção da EFR, Aglietta explicita em sua tese de doutorado a sua vinculação a Marx e à teoria do valor-trabalho, centrando a sua elaboração teórica na análise de longo prazo da economia dos EUA da segunda metade do século XIX até meados de 1970. Além disso, Aglietta dará importância fundamental às chamadas relações interdepartamentais, isto é, como se articulam o D I, departamento da indústria produtor de bens de produção (Bens de capital e bens intermediários) e o D II, departamento

produtor de bens de consumo. Este último departamento é o responsável pelo barateamento da reprodução social dos trabalhadores.

Por isso a EFR também é conhecida como Escola da Regulação Salarial. É a relação entre os departamentos, que deverão manter níveis de produtividade próximos, que permitirá a reprodução das relações de produção capitalista, apesar de instáveis e conflitivas. Aglietta em *Régulation et Crises*⁹ parte da Lei da queda tendencial da taxa de lucro, e, seguindo um percurso muito similar a Hilferding¹⁰, trata da desproporcionalidade departamental e do subconsumo, terminando em uma análise monetária das crises capitalistas.

Em *A Violência da Moeda*¹¹ escrito com André Orléan (1982)¹², Aglietta abandona a teoria do valor-trabalho e amplia os seus referenciais teóricos, considerando os trabalhos de Girard¹³, antropólogo, e Prigogine¹⁴, Prêmio Nobel de Química. A partir de então o autor volta-se cada vez mais às questões monetárias.

IHU On-Line – Como Aglietta, a partir da teoria regulacionista, analisa a economia capitalista?

9 EUA: Verso, 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Rudolf Hilferding** (1877-1941): foi um economista austríaco marxista, importante teórico revisionista e destacado líder da social-democracia alemã durante a República de Weimar e médico. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **André Orléan** (1950) economista francês, diretor de estudos da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), é dos teóricos da Escola da Regulação. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **René Girard** (1923-2015): filósofo e antropólogo francês. Partiu para os Estados Unidos para dar aulas de francês. De suas obras, destaca-se *La Violence et le Sacré* (*A violência e o sagrado*), *Des Choses Cachées depuis la Fondation du Monde* (*Das coisas escondidas desde a fundação do mundo*), *Le Bouc Émissaire* (*O Bode expiatório*). Todos esses livros foram publicados pela Editora Bernard Grasset, de Paris. Ganhou o Grande Prêmio de Filosofia da Academia Francesa, em 1996, e o Prêmio Médicis, em 1990. O seu livro mais conhecido em português é *A violência e o sagrado* (São Paulo: Perspectiva). Sobre o tema desejo e violência, confira a edição 298 da revista **IHU On-Line**, de 22-6-2009, disponível em <https://goo.gl/KaiUzL>. Leia, também, a edição especial 393 da **IHU On-Line**, de 21-5-2012, sobre o pensamento de Girard, intitulada *O bode expiatório, o desejo e a violência*, disponível em <https://goo.gl/UiW4TW>. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Ilya Prigogine** (1917-2003): foi um químico russo naturalizado belga. Recebeu o Nobel de Química de 1977, pelos seus estudos em termodinâmica de processos irreversíveis com a formulação da teoria das estruturas dissipativas. Estudou química na Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica. Em 1959, foi indicado diretor do Instituto Internacional Solvay, em Bruxelas. Foi professor da Universidade Livre de Bruxelas e da Universidade do Texas, Austin, onde, em 1967, foi cofundador do atual Centro para Sistemas Quânticos Complexos. (Nota da **IHU On-Line**)

João Ildebrando Bocchi – Cada modo de regulação, segundo Boyer, é constituído por uma forma estrutural historicamente desenvolvida, um conjunto relativamente integrado de instituições que reproduz as relações de propriedades fundamentais do capitalismo, dirige o regime de acumulação dominante e torna compatíveis as inúmeras decisões descentralizadas das unidades econômicas, potencialmente contraditórias e conflitantes. Este conjunto de instituições está relacionado às seguintes questões: 1) a natureza da relação capital-trabalho assalariado; 2) o tipo de concorrência intercapitalista; 3) o caráter das relações monetárias e de crédito; 4) a forma de adesão entre as empresas da economia nacional com a economia internacional; 5) e, por último, a forma de intervenção do Estado na economia.

Historicamente, e considerando-se o conjunto das formas estruturais, o modo de regulação pode ser concorrencial, característico das fases iniciais do capitalismo, ou monopolista, já na fase mais avançada do modo de produção capitalista. Aqui, há um sistema oligopolista de formação de preços e, especialmente, a determinação dos salários através de um complexo sistema de instituições mediadoras das relações capital-trabalho e governamentais.

O regime de acumulação, segundo Boyer, apesar de bastante determinado pelo modo de regulação, possui sua própria dinâmica econômica, derivada das características internas das unidades produtivas, bem como da tecnologia por elas utilizada. “Portanto, estudar as possibilidades de acumulação de longo prazo significa tentar encontrar as diferentes regularidades sociais e econômicas referentes a: 1) um tipo de evolução da organização da produção e da relação dos assalariados com os meios de produção; 2) um horizonte temporal de valorização do capital a partir do qual podem ser definidos os princípios de gestão; 3) uma composição de demanda social que reafirme a evolução tendencial das capacidades de produção; 4) uma divisão do valor que permita a repro-

dução dinâmica das diversas classes ou grupos sociais; 5) e, por último, uma modalidade de articulação com as formas não-capitalistas, quando elas ocupam um lugar determinante na formação econômica estudada” (Boyer, 1990, p. 71). A partir daí, Boyer define o regime de acumulação como “o conjunto de regularidades que asseguram uma progressão geral e relativamente coerente de acumulação de capital, ou seja, que permitam absorver ou repartir no tempo as distorções e desequilíbrios que surgem permanentemente ao longo do próprio processo” (Boyer, 1990, p. 71-2).

Historicamente, o regime de acumulação pode ser extensivo, com o crescimento caracterizado pela aplicação de métodos para o incremento da mais-valia absoluta, ou intensivo, caracterizado por métodos voltados ao incremento da mais-valia relativa. O caráter do processo histórico de desenvolvimento é definido pela combinação de um dado modo de regulação com um dado regime de acumulação, cada um funcionando com uma autonomia relativa com relação ao outro. Cada combinação de um modo de regulação com um regime de acumulação determina um único *modo de desenvolvimento*, um caminho distinto de crescimento econômico, marcado por distintos tipos de crises cíclicas, suaves e autorreguladas.

Esgotamento e crise estrutural

A continuidade de um modo de desenvolvimento acaba por provocar o seu próprio esgotamento, pelo incremento de suas contradições. O resultado é uma crise estrutural, que é acompanhada pela ação conflitual e necessariamente desregulada das classes, grupos e governos. O resultado desse processo de interações e disputas econômicas e políticas é a emergência de um novo modo de regulação, determinado historicamente, que associado a um novo regime de acumulação, historicamente desenvolvido, torna possível um novo

modo de desenvolvimento (Brenner & Glick, 1989).

Assim, o desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos pode ser interpretado através de três sucessivos modos de desenvolvimento, cada um significando a combinação de um dos modos de regulação com um dos regimes de acumulação. Inicialmente, na maior parte do século XIX, um modo de regulação concorrencial predominava e governava um regime de acumulação extensivo. Posteriormente, com a pressão da luta de classes e o progresso técnico, nasce, em função de várias circunstâncias históricas, no final do século XIX, um novo modo de desenvolvimento, baseado, ainda, no modo de regulação concorrencial e no regime de acumulação intensivo. Este modo de desenvolvimento revelou-se instável, porque o velho modo de regulação concorrencial mostrou-se inadequado para controlar o novo regime de acumulação. Objetivamente, este regime de acumulação foi incapaz de institucionalizar a expansão do mercado consumidor de massas, que era requerido pela crescente expansão da produção em massa, possível com a acumulação intensiva. O resultado foi uma grave crise de subconsumo, com a Grande Depressão dos anos 1930 (Lipietz, 1986).

Novo modelo de regulação

Finalmente, em consequência das lutas de classes nos anos 1930, emergiu um novo modo de regulação, que permitiu o pleno florescimento da acumulação intensiva. O modo de regulação monopolista resolveu as contradições dos modos de desenvolvimento anteriores, essencialmente através do crescimento do consumo de massas e, desse modo, constituindo um novo modo de desenvolvimento, o fordismo. Isto possibilitou o extraordinário crescimento do pós-II Guerra, mas a continuidade deste modo de desenvolvimento tornou-se problemática, com a exaustão de sua capacidade de desenvolver as forças produtivas

e aumentar a produtividade. “A conclusão foi a crise estrutural do modo de desenvolvimento fordista — entendido acima de tudo como uma crise de produtividade — que nós estamos vivenciando hoje” (Brenner & Glick, 1989, p. 93).

A partir da crise do modo de desenvolvimento fordista, as grandes questões teóricas e práticas passam a ser as condições técnicas e políticas que permitiriam a configuração de um novo modo de desenvolvimento. Este será o foco das discussões dos vários projetos e modelos pós-fordistas, elaborados por um amplo conjunto de autores, especialmente aqueles ligados à EFR. Enquanto François Chesnais¹⁵ já em 1997 fala em um modo de desenvolvimento com predominância financeira, Boyer e Lipietz nos anos 2000 vão conceituar o modo de desenvolvimento baseado na acumulação extensiva (extração da mais-valia absoluta) com o aprofundamento das desigualdades como o modo de desenvolvimento que sucedeu o fordismo nos EUA.

IHU On-Line – Que propostas Michel Aglietta sugere para enfrentar as crises do capitalismo?

João Ildebrando Bocchi – Inicialmente, a EFR procura analisar as crises da economia capitalista, especialmente a crise do modo de desenvolvimento fordista. Com a permanência da crise caracterizada pelo baixo desenvolvimento, alto desemprego e alta inflação, as pesquisas passam a propor medidas para superar a crise do fordismo.

Enfim, a participação direta de vários autores regulacionistas como assessores do Governo Mitterrand¹⁶

¹⁵ **François Chesnais**: é professor francês de economia internacional na Universidade de Paris XIII. É um grande crítico do neoliberalismo, sendo seu livro *A mundialização do capital*, publicado no Brasil em 1996, uma de suas obras de maior repercussão no Brasil. Em 2005, a Editora Boitempo publicou outro importante trabalho organizado por Chesnais sobre a financeirização da economia: *A finança mundializada*. (Nota da IHU On-Line)

¹⁶ **François Maurice Adrien Marie Mitterrand** (1916-1996): foi um político francês, foi presidente da França, de 1981 até 1995. Detém atualmente o recorde de longevidade (14 anos) na presidência da República Francesa. Foi o primeiro presidente da república e um dos dois únicos (junto com François Hollande) oriundos do partido Socia-

(1981/1995) vai aprofundar de vez a separação teórica e política entre os seus nomes mais representativos e críticos, como Alain Lipietz. Como afirma Husson, trata-se de uma escolha de campo de atuação, voltado a “avaliar os consensos socioeconômicos de uma nova regulação, adaptada à fase de recessão prolongada” (HUSSON, s. e., p. 162).

Na verdade, a análise fordista e, especialmente, pós-fordista vai claramente avançando de um enfoque crítico do capitalismo e de suas crises, para uma posição cada vez mais gerencial, configurando o que Simon Clarke (1990)¹⁷ chama de fantasias pós-fordistas para a resolução das contradições da produção capitalista. É a mesma posição que John Lovering (1990) analisa como o “novo realismo” inglês, que reconduziu os trabalhistas ao governo, sob a liderança de Tony Blair (1997/2007).

IHU On-Line – Qual é a atualidade da teoria regulacionista de Aglietta para tratar o desenvolvimento do capitalismo contemporaneamente?

João Ildebrando Bocchi – No decorrer dos anos, Aglietta afasta-se do referencial marxista e volta-se cada vez mais às questões monetárias e suas crises. A crise 2007/8 vai intensificar ainda mais estas preocupações. Atualmente, dedica-se à discussão das possibilidades de novos acordos como o de Bretton Woods¹⁸ (1943) em bus-

ca de uma estabilidade monetária que pressupõe um Banco Central Mundial. Dentre as suas pesquisas, destacam-se aquelas voltadas às possibilidades de uma moeda mundial, que pudesse substituir o dólar, como o euro ou o renminbi, a moeda chinesa.

Outros importantes autores regulacionistas como Boyer e Lipietz atualmente defendem a possibilidade de um modo de desenvolvimento pós-fordista assemelhado ao existente na Alemanha e Japão, em contraponto ao modo de desenvolvimento anglo-saxão baseado na acumulação extensiva (Extração da mais-valia absoluta) com o aprofundamento da desigualdade.

IHU On-Line – Que contribuições a teoria da regulação poderia oferecer para enfrentar a crise econômica brasileira?

João Ildebrando Bocchi – Dentre os autores regulacionistas próximos à realidade brasileira, destaca-se Alan Lipietz, embora o conjunto dos autores regulacionistas sempre manteve proximidade com pesquisadores brasileiros, inclusive com participação em congressos e seminários em nosso país.

Lipietz desenvolveu o conceito de fordismo periférico para analisar sociedades e economias como a brasileira, caracterizadas por uma industrialização tardia dependente de capitais estrangeiros e uma distribuição de renda profundamente desigual. Lipietz e outros autores, ao analisar a economia norte-americana da atualidade, falam em “brazilianização” dos EUA, considerando o aumento da desigualdade naquele país. Assim, pode-se dizer que Lipietz tenha como referência para o Brasil o modelo menos liberal, que preserve

os interesses dos trabalhadores, ao invés do modelo de desenvolvimento neo-taylorista, flexível ou liberal produtivista. Infelizmente, esse é o modelo que avança velozmente no Brasil desde o início do governo Temer.

IHU On-Line – As teorias de Aglietta podem ser consideradas uma revisão crítica da economia política? Por quê?

João Ildebrando Bocchi – Voltando ao início, a EFR reitera com insistência suas vinculações com a abordagem marxista, mesmo quando se afasta dela. Ao mesmo tempo procura a partir de Marx, Keynes¹⁹, Kaleck²⁰ e Minsky²¹ desenvolver instrumentos para a análise do capitalismo contemporâneo que sem sombra de dúvidas não é o mesmo do século XIX. Por outro lado, Aglietta e outros pesquisadores da EFR, ao mesmo tempo em que se afastam de Marx, vão ampliar os seus referenciais teóricos especialmente em seus estudos sobre a moeda, incorporando autores como o antropólogo René Girard e o prêmio Nobel de Química Ilya Prigogine, com seus trabalhos sobre a incerteza e o caos. O crescente distanciamento teórico de Marx leva alguns autores regulacionistas, como André Orléan, a elaborar a Teoria das Convenções, baseada no individualismo metodológico e um enfoque neoclássico inspirado em Hayek.■

lista. Sob sua presidência foi abolida a pena de morte na França, em 1981. Seu mandato presidencial encerrou-se em maio de 1995, quando foi sucedido por Jacques Chirac. Morreu de câncer seis meses depois, em 8 de janeiro de 1996. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Simon Clarke** (1946): sociólogo britânico especializado em teoria social, economia política, relações de trabalho e história da sociologia. Ele tem um interesse particular nas relações de emprego na China, no Vietnã e nas antigas nações soviéticas. É professor emérito de sociologia na Universidade de Warwick. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Conferência de Bretton Woods**: nome com que ficou conhecida a Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos EUA, em julho de 1944. Representantes de 44 países participaram da conferência. Nela foi planejada a recuperação do comércio internacional depois da Segunda Guerra Mundial e a expansão do comércio através da concessão de empréstimos e utilização de fundos. Os representantes dos países participantes concordaram em simplificar a transferência de dinheiro entre as nações, de forma a reparar os prejuízos da guerra e prevenir as depressões e o desemprego. Concordaram

também em estabilizar as moedas nacionais, de forma que um país sempre soubesse o preço dos bens importados. A Conferência de Bretton Woods traçou os planos de dois organismos das Nações Unidas – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O fundo ajuda a manter constantes as taxas de câmbio, além de socorrer países com crises nas suas reservas cambiais, como no caso do Brasil e da Rússia, em 1998. O banco realiza empréstimos internacionais a longo prazo e dá garantia aos empréstimos feitos através de outros bancos. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não comunistas. Confira o **Cadernos IHU ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihuid37>. Leia, também, a edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 6-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Michał Kalecki** (1899-1970): economista polonês, especialista em macroeconomia. Seus trabalhos de 1933 a 1935 introduziram proposições de Keynes. De suas obras, citamos *A Theory of Commodity, Income and Capital Taxation*, de 1937, e *The Last Phase in the Transformation of Capitalism*, de 1972. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Hyman Philip Minsky** (1919-1996): foi um economista americano pós-keynesiano. É conhecido por seus estudos sobre as crises financeiras e sua ligação com o ciclo econômico. Suas análises exerceram grande influência, não apenas na academia mas também nos meios financeiros. (Nota da **IHU On-Line**)

Referências bibliográficas

AGLIETTA, M. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris, Odile Jacob, 1997.

AGLIETTA, M. & L. BERREBI. *Désordres dans le capitalisme mondial*. Paris, Odile Jacob, 2007.

AGLIETTA, M; AHMED, P. O; e PONSOT, J-E. *Money: 5,000 Yers of Debt and Power*. Verso, London, 2018.

BRENNER, R. & GLICK, M. "The regulation approach to the history of capitalism". In *Économies et Sociétés, Théorie de la régulation* n. 4, novembre 1989 (*Le Colloque de Barcelone*, Juin 1988), p. 89-131.

BOCCHI, J. I. *Reprodução do capital, crises capitalistas e a escola francesa da regulação*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, 1999.

BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo, Nobel, 1990.

CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital, nouvelle édition augmentée*. Paris: Syros, 1997.

_____. (Direction). *La finance mondialisée*. Paris: La Découverte, 2004.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1994.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

LIPIETZ, A. *Crise et inflation, pourquoi?* Paris, Maspero, 1979.

_____. Por detrás da crise: a tendência à queda da taxa de lucro; a contribuição de alguns trabalhos franceses recentes. *Questões de economia política*, Porto Alegre, 2(3), 13-29, 1986.

_____. The Fortunes and Misfortunes of Post-Fordismo. In: ALBRITTON, R. Et. Al. *Phases of Capitalist Development, Boons, Crises and Globalizations*. Palgrave, New York, 2001.



Quando a economia é vista como ciência exata, saídas para crises são restritas a dados numéricos

Esther Dweck não tem dúvidas: economia é ciência social aplicada. Para ela, pensar o contrário é restringir as possibilidades de análises e abrir espaços para lógicas financeiristas

Ricardo Machado | Edição: João Vitor Santos

44

Por estar alicerçada em dados matemáticos e indicadores numéricos, a economia que vivemos na atualidade parece elementarmente ser derivada das ditas ciências exatas. Por trás dessa lógica está a de que a saída é sempre pelos números, de que é sempre possível conceber uma equação que demonstre a solução para os problemas. Esta, para a professora Esther Dweck, é uma visão estreita do campo e assumir isso é abrir espaço para um receituário neoliberal que busca curar as crises. “A economia é uma ciência social aplicada. Eu não tenho dúvidas quanto a isso”, dispara. “O objeto da teoria econômica é entender como a sociedade garante os meios materiais para sua sobrevivência e reprodução. Portanto, a economia aborda como as sociedades garantiram a produção e a distribuição desses meios materiais”, explica.

Entretanto, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, observa que desde o final do século XIX há essa tensão que puxa o campo da economia para as ciências exatas. “Naquela época, mudaram o nome da ciência de ‘Economia Política’, como era definida pelos economistas clássicos, para ‘Economics’ (em inglês) para tentar aproximar das ciências exatas. Uma das mudanças importantes desse período foi alterar a discussão de distribuição como um processo político, como visto por Smith, Ricardo e Marx, para um processo estritamente ‘econômico’”, detalha. E conclui: “a lógica passa a ser uma visão individualista, onde cada agente será remunerado de acordo com as suas capacidades”.

O que fica claro na abordagem de Dweck é que a assunção dessas perspectivas se torna terreno fértil para o emprego do que chama de “receituário neoliberal” que foi sendo imposto aos Estados. “Foram liberalização financeira, liberalização comercial, privatização, liberalização dos fluxos financeiros, desregulamentação dos mercados financeiros domésticos e uma mudança na lógica da política fiscal, que passou a ter como único objetivo, ou objetivo principal, a sustentabilidade da dívida pública”, destaca. E qual o objetivo? Para a professora, a meta é “garantir a estabilidade e o retorno esperado do capital, em consonância com abertura financeira”. Por isso, defende: “é preciso colocar no centro de um novo modelo de desenvolvimento a redução da desigualdade de renda e aumento do investimento social, ambos fundamentais para acelerar o crescimento econômico de forma mais inclusiva e ambientalmente sustentável”.

Esther Dweck é professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, possui doutorado em Economia pela UFRJ, com período-sanduíche no LEM da Scuola Sant’Anna, em Pisa, Itália. Entre 2011 e 2016, atuou no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no cargo de chefe da Assessoria Econômica e como secretária de Orçamento Federal.

A entrevista também foi publicada nas Notícias do Dia de 08-06-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/2EZQTK>.

Confira a entrevista.

“Desde o final do século XIX, há uma tentativa de equiparar a economia às ciências exatas”

IHU On-Line – Até que ponto a Economia opera como ciência social aplicada, portanto voltada ao bem-estar coletivo, e a partir de que ponto ela se converte em um sistema tecnocrático de financeirização da vida?

Esther Dweck – A economia é uma ciência social aplicada. Eu não tenho dúvidas quanto a isso. O objeto da teoria econômica é entender como a sociedade garante os meios materiais para sua sobrevivência e reprodução. Portanto, a economia aborda como as sociedades garantiram a produção e a distribuição desses meios materiais.

No entanto, desde o final do século XIX, há uma tentativa de equiparar a economia às ciências exatas. Naquela época, mudaram o nome da ciência de “Economia Política”, como era definida pelos economistas clássicos, para “Economics” (em inglês) para tentar aproximar das ciências exatas. Uma das mudanças importantes desse período foi alterar a discussão de distribuição como um processo político, como visto por Smith¹, Ri-

cardo² e Marx³, para um processo estritamente “econômico”. Nesse sentido, a lógica passa a ser uma visão individualista, onde cada agente será remunerado de acordo com as suas capacidades.

IHU On-Line – Quais foram os caminhos que levaram o debate econômico e, em certo sentido, a teoria econômica à perspectiva utilitarista como saída única?

Esther Dweck – Essa visão do final do século XIX culminou com a

definição estrita da ciência econômica, por Lionel Robbins⁴, em 1932, como: “a ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos”. No entanto, essa visão foi questionada a partir dos acontecimentos das décadas de 1930, devido à grande depressão e com o desfecho político trágico que levou à II Guerra Mundial.

As visões alternativas sobre economia, que sempre caminharam em paralelo à teoria mais convencional, ainda que marginalizadas, ganharam espaço e contribuíram para uma mudança quanto à formulação do objeto da economia. O colapso social das décadas de 1930 e 1940 levou a um consenso dentro da economia de que o sistema capitalista não era capaz de garantir a distribuição equitativa da riqueza, nem mesmo garantir a produção de forma sustentada. Mesmo dentro de uma perspectiva mais convencional, os problemas apontados por Keynes⁵

1 **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica tradicional. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para o entendimento das relações econômicas da sociedade sob a perspectiva liberal, superando os paradigmas do mercantilismo. Sobre Adam Smith, veja a entrevista concedida pela professora Ana Maria Bianchi, da Universidade de São Paulo - USP, à **IHU On-Line** nº 133, de 21-3-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>, e a edição 35 dos **Cadernos IHU ideias**, de 21-7-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível em <http://bit.ly/ihuon35>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **David Ricardo** (1772-1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. O Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010, em seu segundo módulo, fala sobre *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYkZW>. A entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da **IHU On-Line**, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. A revista **IHU On-Line**, edição 525, intitulada *Karl Marx, 200 anos - Entre o ambiente fabril e o mundo neural de redes e conexões*, em celebração aos 200 anos do nascimento do pensador, está disponível em <http://ihuonline.unisinos.br/edicao/525>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Lionel Charles Robbins**, Barão Robbins (1898-1984): foi um economista britânico que propôs uma das primeiras definições contemporâneas de economia e por muitos a mais aceita: “A economia é a ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos”. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não comunistas. Confira o **Cadernos IHU ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihuon37>. Leia, também, a edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 6-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Ke-*

ao final da Teoria Geral – incapacidade de garantir o pleno emprego e a tendência à concentração de renda – ganharam destaque nas proposições de política econômica depois da II Guerra Mundial.

A constituição de Estados de Bem-Estar Social e outras políticas ativas de redução das flutuações econômicas passaram a fazer parte das recomendações de muitos economistas como forma de enfrentar esses problemas. Sabemos que, enquanto essas políticas foram adotadas, o mundo passou pela chamada “Era de Ouro do Capitalismo”, com crescimento econômico e redução das desigualdades.

Rompimento

No entanto, esse consenso teórico e político foi rompido a partir da década de 1970. Como ressaltam Dardot⁶ e Laval⁷, a partir dos governos conservadores de Reagan⁸ e Thatcher⁹ houve um questionamento sobre a regulação keynesiana macroeconômica,

a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados – embora a primeira experiência mundial dessa nova visão tenha sido o Chile, no governo Pinochet¹⁰, ainda no início dos anos 1970.

“A política fiscal deixa de ter como objetivo a estabilidade do crescimento e a distribuição da renda e passa a ser a fiadora do espaço de valorização do capital”

IHU On-Line – De que forma o neoliberalismo e a financeirização transformaram, ao mesmo tempo, a economia em uma ciência mais complexa – no sentido de que ninguém entende bem seus mecanismos de funcionamento – e a teoria econômica em uma ciência mais vulgar, pobre intelectualmente – no sentido de que há cada vez menos senso crítico?

Esther Dweck – As políticas que foram sendo impostas aos países a partir desse receituário neoliberal

foram liberalização financeira, liberalização comercial, privatização, liberalização dos fluxos financeiros, desregulamentação dos mercados financeiros domésticos e uma mudança na lógica da política fiscal, que passou a ter como único objetivo, ou objetivo principal, a sustentabilidade da dívida pública, de forma a garantir a estabilidade e o retorno esperado do capital, em consonância com abertura financeira. Assim, a política fiscal deixa de ter como objetivo a estabilidade do crescimento e a distribuição da renda e passa a ser a fiadora do espaço de valorização do capital.

Nesse sentido, há uma mudança na correlação de forças internas a cada país, os Estados vão aos poucos perdendo a capacidade de coordenar os investimentos públicos e privados, perdem capacidade de fomentar o crescimento e a geração de emprego e há uma maior suscetibilidade das economias nacionais a crises internas e externas. A consequência, por um lado, é de uma perda de autonomia nas políticas econômicas, as economias nacionais ficam mais sujeitas às flutuações nos mercados internacionais e aumenta a complexidade na administração das economias nacionais, dos países emergentes.

Por outro lado, desde o governo Thatcher, procura-se passar a ideia de que não há alternativa econômica a essa visão, o que ficou conhecido como TINA (There is no alternative). No entanto, países como China, e mesmo outros asiáticos, demonstraram que esse caminho proposto nas décadas de 1980 e 1990 não era o único. Depois da crise asiática, em 1997, houve alguma reversão dos processos de abertura dos países asiáticos, que passaram a se proteger mais. Aqui no Brasil, a partir de 2003, aproveitamos o período de forte liquidez internacional para acumular reservas e paramos o caminho de maior abertura e integração aos países centrais. Adotamos uma estratégia mais centrada no mercado interno, por meio de políticas de redistri-

ynes, disponível para download em <http://bit.ly/iuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Pierre Dardot**: filósofo e pesquisador da universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense, especialista no pensamento de Marx e Hegel. Desde 2004, com Christian Laval, coordena o grupo de estudos e pesquisa Question Marx, que procura contribuir com a renovação do pensamento crítico. Publicou no Brasil, juntamente com Christian Laval, o livro *A nova razão do mundo* (Boitempo, 2016). (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Christian Laval**: pesquisador e professor de sociologia da universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense. É autor de *L'Homme économique: Essai sur les racines du néolibéralisme* (Gallimard, 2007) e também de um volume de história da sociologia, *L'ambition sociologique* (Gallimard, 2012). Publicou no Brasil, juntamente com Pierre Dardot, o livro *A nova razão do mundo* (Boitempo, 2016). (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Ronald Reagan** (1911-2004): ator norte-americano formado em economia e sociologia. Foi eleito governador da Califórnia em 1966, e se reelegeu em 1970 com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Irã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em *The Killers*, único filme em que atuou como vilão. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Margaret Hilda Thatcher** (1925-2013): política britânica, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990. Ao liderar o governo do Reino Unido, Thatcher estava determinada a reverter o que via como o declínio nacional de seu país. Suas políticas econômicas foram centradas na desregulamentação do setor financeiro, na flexibilização do mercado de trabalho e na privatização das empresas estatais. Sua popularidade esteve baixa em meio à recessão econômica iniciada com a crise do petróleo de 1979. No entanto, uma rápida recuperação econômica, além da vitória britânica na Guerra das Malvinas, fizeram ressurgir o apoio necessário para sua reeleição em 1983. Devido ao fato de Thatcher ter sobrevivido a uma tentativa de assassinato em 1984, de sua dura oposição aos sindicatos e de sua forte crítica à União Soviética, foi alcunhada de “Dama de Ferro”. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Augusto Pinochet** (1915-2006): general do exército chileno, governante do Chile após chegar ao poder em 11 de setembro de 1973, pelo Decreto Lei Nº 806 editado pela junta militar (Conselho do Chile), que foi estabelecida para governar o Chile após a deposição e suicídio de Salvador Allende, e posteriormente tornado senador vitalício de seu país, cargo que foi criado exclusivamente para ele, por ter sido um ex-governante. Governou o Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar a junta militar que derrubou o governo de Salvador Allende. (Nota da **IHU On-Line**)

buição de renda, e demos um forte impulso aos investimentos públicos e à coordenação dos investimentos pelo Estado. Infelizmente, depois de 2016, mesmo com os resultados positivos dessa estratégia, voltamos a uma total submissão aos preceitos neoliberais.

“Assim como ocorreu em outras partes do mundo, principalmente após 2010, essas políticas levam à recessão econômica e ao caos social”

IHU On-Line – De que forma a Emenda Constitucional 95, que restringe os recursos orçamentários, a reforma trabalhista e a proposta de reforma da Previdência impactam e geram restrições às políticas econômicas de Estado em diferentes níveis?

Esther Dweck – Essas três grandes reformas são um exemplo dessa nova submissão. Na realidade, são uma destruição do que ainda tínhamos de uma estrutura institucional que permitia pensar em um projeto mais inclusivo para o Brasil. Vejamos, como apresentamos no livro *Economia para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil*¹¹, que organizei em conjunto com Pedro Rossi¹² e

Ana Luiza Matos de Oliveira¹³, a EC 95/2016 é uma destruição da Constituição de 1988. A EC 95/2016 institui uma política de austeridade permanente. Ao impedir um crescimento real dos gastos primários (aqueles que incluem benefícios sociais, saúde, educação, justiça, cultura, segurança pública, entre outros), ela impõe um corte permanente em termos dos gastos por cidadão e como proporção do PIB. Além disso, é uma política recessiva, que acentua o quadro de estagnação econômica por que estamos passando.

A emenda retira o poder do congresso e da sociedade de moldar o tamanho do orçamento público e provoca um acirramento do conflito distributivo dentro do orçamento. Assim, impõe outro projeto de país, incompatível com aquele almejado pela Constituição de 1988. Da forma como está, será muito difícil cumprir o limite de gastos estipulado pela EC, mas vai permitir um projeto permanente de ajuste liberal, pois exige diversas outras reformas. Na própria emenda, já foram reduzidos os mínimos constitucionais de saúde e educação. Isso já está causando uma redução do financiamento da atenção básica, com consequências trágicas, como o aumento da mortalidade infantil e materna.

No livro, os diversos artigos apresentam os resultados desastrosos que já estão ocorrendo e os que ainda vão acontecer nas mais diversas áreas. Dentre as reformas impostas pela EC 95, a reforma da Previdência foi a que veio na sequência. A proposta de reforma apresentada pelo governo Bolsonaro, assim como a de Temer, com o discurso falacioso de corte dos privilégios, na verdade é

um ataque ao regime solidário e de repartição atual brasileiro. O Regime de Previdência Social brasileiro é um dos importantes instrumentos de transferências sociais e quase 70% dos benefícios se concentram em um salário mínimo. Ao aumentar o tempo mínimo de contribuição, alterar as regras da aposentadoria rural e mudar o critério para o direito Benefício de Prestação Continuada - BPC, a proposta atinge os mais pobres e desmonta um importante colchão de prevenção de crise social no Brasil.

Finalmente, a reforma trabalhista procura retirar todo o poder de barganha dos trabalhadores, ao procurar igualar o mercado formal ao informal. Isso acaba desprotegendo os trabalhadores e beneficiando os patrões.

IHU On-Line – Quais são as consequências sociais do aprofundamento das políticas neoliberais? O que a experiência em outros países tem a nos ensinar?

Esther Dweck – O resultado é muito claro e já estamos vendo no Brasil. Assim como ocorreu em outras partes do mundo, principalmente após 2010, essas políticas levam à recessão econômica e ao caos social. Na Europa e nos Estados Unidos, depois do retorno às políticas de austeridade em 2010, diversos trabalhos têm apontado como isso gerou três resultados claros: 1) a recuperação mais lenta de uma crise econômica na história; 2) um forte aumento da desigualdade com piora de diversos indicadores sociais; 3) piora nos resultados fiscais, o que vem sendo chamado de ajuste fiscal autodestrutivo, ou seja, o ajuste fiscal acaba contribuindo para uma recuperação lenta ou para uma acentuação da crise e isso reduz ainda mais a arrecadação tributária. Como sabemos, esses resultados estão presentes no Brasil, portanto essas políticas trazem impactos negativos nas três esferas: econômica, social e fiscal.

IHU On-Line – Como superar a recessão econômica sem cair em um desenvolvimentismo, não raro assassino e ambiental-

11 São Paulo: Autonomia Literária, 2018. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Pedro Rossi**: professor do Instituto de Economia da

Unicamp, trabalha com os aspectos macroeconômicos do desenvolvimento brasileiro, com os impactos sociais da política fiscal e com o tema da taxa de câmbio e da política cambial. Formado em economia na UFRJ com mestrado e doutorado na Unicamp, hoje é pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon) da Unicamp e coordenador do conselho editorial do *Brasil Debate*. Na edição número 535 da **IHU On-Line**, ele concedeu a entrevista “As três irmãs do apocalipse social contra o Estado de Bem-Estar”, disponível em <http://bit.ly/2QG2Av7>. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Ana Luiza Matos de Oliveira**: economista, formada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, mestra e doutora em Desenvolvimento Econômico, pela Universidade de Campinas – Unicamp, integrante do Grupo de Trabalho sobre Reforma Trabalhista IE/Cesit/Unicamp e colaboradora do *Brasil Debate*. (Nota da **IHU On-Line**)

mente devastador? Qual nossa perspectiva de futuro?

Esther Dweck – Na conclusão do livro que mencionei acima, apresentamos um esboço de um projeto social de desenvolvimento econômico sustentável. Em um livro lançado recentemente pela Cepal¹⁴, *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: Novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade*¹⁵, há um conjunto de textos que apontam nessa direção. O meu texto com o Pedro Rossi nesse livro, “Políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural”, avança na ideia que desenvolvemos antes. Nesse texto apontamos que é preciso colocar no centro de um novo modelo de desenvolvimento a redução da desigualdade de renda e aumento do investimento social, ambos fundamentais para acelerar o crescimento econômico de forma mais inclusiva e ambientalmente sustentável.

A lógica que queremos demonstrar é que esse é um projeto que não apenas garante maior justiça social e reparação histórica à enorme desigualdade brasileira, como também tem enorme potencial de dinamizar a economia dada a enorme concentração de renda e a carência de infraestrutura social. Nesse sentido, há um potencial de décadas de investimentos sociais a serem executados para que possamos atingir níveis adequados, e há um longo caminho redistributivo para que os níveis de desigualdade sejam aceitáveis.

Enfim, é cada vez mais importante repensar o modelo de desenvolvimento e deixar de lado a falsa dicotomia entre a questão social e ambiental e a questão econômica

se quisermos garantir de fato uma mudança estrutural com igualdade. Nesse livro também tem um texto da Camila Gramkow¹⁶ muito interessante sobre a questão ambiental: “De obstáculo a motor do desenvolvimento econômico: o papel da agenda climática no desenvolvimento”, que eu acho que vale a pena como forma de repensar o papel da agenda ambiental no Brasil.

“A EC 95/2016 é uma destruição da Constituição de 1988”

IHU On-Line – O papa Francisco vem defendendo a constituição de uma nova lógica econômica, concebendo uma “economia que não mata”. Como a senhora apreende essas críticas de Bergoglio ao atual sistema econômico? E qual a viabilidade, do ponto de vista do campo econômico, da implementação de uma economia eticamente responsável, como proposto por ele nos debates que devem ocorrer em Assis no ano que vem?

Esther Dweck – Acho que há diversos economistas dispostos a se engajar nessa agenda de “estudar e praticar uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a depreda”. Infelizmente, não é por onde têm caminhado as políticas econômicas adotadas pelos dirigentes das principais

economias mundiais, mas há sim diversos economistas dispostos a repensar a economia. Acho que a iniciativa do Institute for New Economic Thinking - INET¹⁷ é uma dessas aberturas para tentarmos repensar a forma de ensinar e praticar economia.

Caso contrário, continuaremos nessa trajetória de um mundo cada vez mais polarizado, com as desigualdades crescentes e incapaz de garantir o mínimo para sobrevivência para grande parte da população. A consequência desse descaso por parte das autoridades, como podemos ver no Brasil, é um aumento da violência e o fim de qualquer empatia entre as pessoas. O fato de que muitos acham normal o Estado estar autorizado a fazer uma verdadeira guerra aos jovens negros e pobres brasileiros é um sintoma de que a nossa sociedade está doente.

IHU On-Line – Quais são os desafios para construir uma economia eticamente responsável, capaz de defender de forma irrestrita as vidas humanas, animal e do meio ambiente?

Esther Dweck – Existem muitos grupos interessados no avanço do projeto neoliberal Brasil, um projeto que acaba com os mecanismos de proteção social e de redistribuição de renda. Não é à toa que as elites brasileiras se uniram em torno de um projeto de destruição do tecido social, de venda dos ativos nacionais, perda de soberania e ambientalmente irresponsável. Infelizmente, ainda não há uma consciência por grande parte da população dos efeitos dessa política sobre a vida da grande maioria da população e esses grupos estão conseguindo garantir o seu projeto de uma economia para poucos, para muito poucos. ■

¹⁴ **Cepal**: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 44 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe, fazem parte da Cepal Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e Estados Unidos da América. A atual secretária-executiva da Cepal é a economista mexicana Alicia Bárcena. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ Disponível em <http://bit.ly/2Kmt1Vr>. (Nota da entrevistada)

¹⁶ **Camila Luciana Gramkow**: possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo, mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado pela University of East Anglia, Reino Unido. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia do Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: inovação ambiental, crescimento verde, economia do meio ambiente, inserção externa, política fiscal verde e modelagem integrada economia-energia-meio ambiente. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ **Institute for New Economic Thinking**: Instituto para o Novo Pensamento Econômico, em tradução livre, é uma organização sem fins lucrativos com sede em Nova York. Foi fundado em outubro de 2009 como resultado da crise financeira global de 2007–2012 e administra uma variedade de programas afiliados nas principais universidades, como o Instituto Cambridge-INET da Universidade de Cambridge. Saiba mais em ineteconomics.org. (Nota da **IHU On-Line**)



A emergência da inversão: menos glorificação dos bilionários e mais bem-estar das famílias

Ladislau Dowbor acredita que já dispomos de recursos financeiros e tecnológicos para assegurar uma reconversão econômica. Falta apenas capital político para fazer frente às corporações

João Vitor Santos e Wagner Fernandes de Azevedo

O mundo está em tamanha transformação que tudo parece ter um novo modo de ser, um novo lugar. Nem mesmo o capitalista de hoje é como foi o de antigamente, aquele que “explorava os trabalhadores, mas produzia, gerava produto e pagava impostos”. A assertiva do economista Ladislau Dowbor parece irônica, mas é real. As transformações têm descentrado até lógicas econômicas que, por mais perversas que pareciam ser, ainda tinham um mínimo de geração de bem-estar social. “A fragilidade do atual sistema dominante consiste precisamente no fato de ser economicamente, socialmente e ambientalmente disfuncional”, observa.

Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Dowbor detalha que, na atualidade, o grande vilão não é nem mesmo o capitalismo em si, mas o capitalismo rentista, pois o patrão “de mão no bolso, vê o seu dinheiro crescer de maneira exponencial. Ele ganha com juros altos, pois os recebe. Mas a massa da população, a pequena e média empresa e o Estado pagam juros sobre a dívida. Pagam esses juros, precisamente, para os que vivem de aplicações financeiras”. O resultado é que “a população perde capacidade de compra, a empresa capacidade de investir, e o Estado capacidade de prover políticas públicas e infraestruturas”. Por isso, defende

uma inversão: “a economia precisa se recentrar no bem-estar das famílias e na sustentabilidade do planeta. A visão de sucesso econômico precisa se deslocar da glorificação dos bilionários, que souberam como arrancar um pedaço maior, para o reconhecimento de quem mais contribui”.

Dowbor ainda destaca que já há saída para essa situação. “Trata-se, de um lado, de reduzir os impactos destrutivos. Por outro lado, trata-se de promover o acesso gratuito, público e universal a um conjunto de bens essenciais”. Ações que, nesse nosso tempo de avanços tecnológicos, já têm a possibilidade de implementar essa reconversão. “Mas não temos poder político sobre as corporações que geram o desastre”, acrescenta.

Ladislau Dowbor é economista e professor titular de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Foi consultor de diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, além de várias organizações do sistema “S”. Formado em economia política pela Universidade de Lausanne, na Suíça, também é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, na Polônia.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Podemos afirmar que a economia do nosso tempo assumiu tamanha centralidade a ponto de pôr

a sociedade a seu serviço, invertendo a lógica para a qual o campo econômico foi concebido? Por quê?

Ladislau Dowbor – No mundo, a produção de bens e serviços aumentou em média 2% ao ano. É que produzir é trabalhoso. Mas as aplicações

financeiras rendem em média, nas últimas décadas, entre 7% e 9% ao ano. O dinheiro – não o nosso, que serve para pagar as contas, mas o dos ricos – vai para onde rende mais.

Isso gera as fantásticas fortunas financeiras de quem não produz, mas drena os processos produtivos em seu proveito. Hoje o 1% mais rico tem mais do que os 99% seguintes, o que deformou radicalmente a economia. O PIB cai, e os lucros dos bancos e dos rentistas se expande. A economia real, que é o que nos interessa, perde espaço.

IHU On-Line – De que forma o mercado e, conseqüentemente, as corporações assumem a capacidade de drenar recursos e esvaziar o papel das políticas públicas?

Ladislau Dowbor – O mecanismo é o que se chama de efeito bola de neve. Um bilionário que aplica o seu bilhão em papéis que rendem modestos 5% ao ano está ganhando 137 mil por dia. No dia seguinte o seu rendimento será sobre o bilhão mais 137 mil e assim por diante. De mão no bolso, vê o seu dinheiro crescer de maneira exponencial. Ele ganha com juros altos, pois os recebe.

Mas a massa da população, a pequena e média empresa e o Estado pagam juros sobre a dívida. Pagam esses juros, precisamente, para os que vivem de aplicações financeiras. A população perde capacidade de compra, a empresa capacidade de investir, e o Estado capacidade de prover políticas públicas e infraestruturas. O volume dos nossos impostos transferidos para os bancos e a classe média alta rentista foi de 310 bilhões de reais em 2018, é tanto a menos para políticas públicas. Equivalem a 10 vezes o Bolsa Família.

IHU On-Line – Como o relatório do Roosevelt Institute¹, divulgado recentemente, põe

em xeque a perspectiva de que faltam recursos para financiar políticas públicas? E que outra economia se pode conceber a partir do que revela o relatório?

Ladislau Dowbor – O relatório está centrado em dois conjuntos de medidas: restringir o poder das corporações e recuperar a capacidade de ação do Estado. Hoje, temos essencialmente um Estado apropriado por grandes corporações, que ditam políticas como, por exemplo, a lei do teto de gastos, a apropriação da previdência pelos bancos, a liberação dos agrotóxicos proibidos em outros países, o desmatamento da Amazônia, a entrega da Embraer, a venda de terras aos grupos internacionais, a entrega do petróleo e assim por diante.

Assim, as corporações agem indiretamente, por meio do Estado, que perdeu a sua função de defesa dos interesses públicos. Trata-se de enquadrar as corporações e de promover ações diretas do Estado, em particular no fornecimento de bens públicos como saúde, educação e semelhantes. Veja as principais propostas em <http://bit.ly/2JNCCoR>.

IHU On-Line – O esvaziamento da perspectiva política da economia pode ter contribuído para a resignação do campo a lógicas tecnocráticas? Por quê? E de que forma a economia política é capaz de frear a centralidade do mercado e a imposição de suas lógicas ao campo da economia?

Ladislau Dowbor – Não se trata de lógicas tecnocráticas, mas de narrativas pseudotécnicas destinadas a obscurecer os mecanismos de apropriação de dinheiro por meio de sistemas financeiros deformados. Agiotagem, na maioria dos países, é crime. Mas os caminhos para se recolocar a economia nos rumos construtivos são evidentes e bem conhecidos. O dinheiro que vai para a base social dinamiza a demanda, o que estimula a produção, o que por sua vez amplia o emprego, gerando mais demanda e um ciclo ascendente de desenvolvimento. Não gera inflação,

pois temos uma grande capacidade ociosa das empresas.

O aumento da produção e do consumo de massa também amplia a receita tributária, o que permite financiar as políticas governamentais e ampliar o outro eixo de bem-estar da população que é o acesso aos bens e serviços públicos, como saúde e educação, gerando uma prosperidade que se amplia. Assim temos desenvolvimento sem gerar déficit. O Estado, pela sua capacidade de dinamizar a demanda na base da sociedade, precisa ter um papel central na promoção dessa dinâmica. Inversamente, o dinheiro no topo da sociedade gera especulação financeira, evasão fiscal e déficit nas contas.

“Hoje o 1% mais rico tem mais do que os 99% seguintes, o que deformou radicalmente a economia”

IHU On-Line – De que forma a transição ecológica pode impactar a concepção de novas formas de trabalho e, conseqüentemente, de uma outra economia?

Ladislau Dowbor – Sabemos o que deve ser feito, e os 17 objetivos da Agenda 2030² constituem um caminho que não só é claro como aprovado pela quase totalidade dos países, Brasil inclusive. Trata-se, de um lado, de reduzir os impactos destrutivos, como o aquecimento

¹ O IHU, na seção Notícias do Dia de seu sítio, publicou artigo de Ladislau Dowbor em que aprofunda a análise do relatório, disponível em <http://bit.ly/2XggMXi>. (Nota da IHU On-Line)

² **Agenda 2030:** é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. Saiba mais em agenda2030.com.br. (Nota da IHU On-Line)

global, a perda de biodiversidade, a perda de solo fértil, a contaminação generalizada da água, a liquidação da vida nos mares e assim por diante. Envolve reconversão energética, agricultura de precisão, regulação das corporações e assim por diante. Temos os recursos financeiros e tecnológicos para assegurar esta reconversão, mas não temos poder político sobre as corporações que geram o desastre.

Por outro lado, trata-se de promover o acesso gratuito, público e universal a um conjunto de bens essenciais, e em particular à saúde, educação, água segura e semelhantes, bens e serviços que constituem bens públicos e de consumo coletivo, exigindo gestão pública. Melhoram radicalmente o bem-estar das famílias e geram muito pouco impacto ambiental, pelo contrário, em geral melhoram o nosso convívio com a natureza, além de gerar mais empregos. Não são “gastos”, como gosta de afirmar o governo, são investimentos nas pessoas. Um real investido em saneamento básico, por exemplo, reduz em quatro reais os gastos com doenças.

IHU On-Line – Ao longo dos últimos anos, o capitalismo tem revelado uma grande capacidade de transformação e superação das crises geradas por ele mesmo. Como compreender essa capacidade de transformação? E é possível conceber um sistema econômico que opere a partir das bases do capitalismo, mas que aja no sentido contrário?

Ladislau Dowbor – O capitalismo está vivendo uma dinâmica profunda de transformação, que resulta em grande parte das dinâmicas tecnológicas. O que surge tem sido caracterizado de capitalismo global, financeiro, parasitário, imaterial e outros qualificativos que tentam captar que tipo de deformação está em curso. Eu trabalho com a hipótese de que estamos vivendo uma revolução digital que é tão profunda quanto foi a transformação dos sistemas agrá-

rios pela revolução industrial. Não é uma indústria 4.0. É muito mais do que isso. Temos de parar de analisar apenas como o passado está se deformando, e pensar que novo sistema está se formando.

Apresento os principais eixos de mudança num ensaio, *Além do Capitalismo: a revolução digital*³. A borboleta é uma continuidade da lagarta, mas a natureza é qualitativamente diferente. As mudanças são sistêmicas. Precisamos deslocar o raciocínio. É a sociedade do conhecimento que precisa de outras regras.

“Temos os recursos financeiros e tecnológicos para assegurar esta reconversão, mas não temos poder político sobre as corporações que geram o desastre”

IHU On-Line – O papa Francisco está conclamando economistas a pensar noutras formas de economia. O que está na gênese dessa proposta do pontífice? Quais os desafios para se levar essas questões de fundo de suas reflexões para a prática do campo da economia?

Ladislau Dowbor – O papa Francisco está rigorosamente sintonizado com o que há de mais moder-

no nas propostas, em particular na Agenda 2030. A economia precisa se recentrar no bem-estar das famílias e na sustentabilidade do planeta. A visão de sucesso econômico precisa se deslocar da glorificação dos bilionários, que souberam como arrancar um pedaço maior, para o reconhecimento de quem mais contribui. Pasteur⁴ não precisou ser bilionário.

Na mensagem do Papa, eu vejo um profundo resgate de valores. Em termos econômicos, os caminhos são claros. O bem-estar das famílias, ao ser generalizado – como, por exemplo, no New Deal do Roosevelt, no Well-Fare State da Europa, ou nas políticas de 2003 a 2013 no Brasil, que o Banco Mundial qualificou de *Golden Decade of Brazil* –, gera uma maior demanda de massa, que por sua vez dinamiza as atividades empresariais. Ambas geram, além de empregos, mais receitas para o Estado, o que lhe permite financiar a outra dimensão do bem-estar das famílias, que é o acesso aos bens de consumo coletivo que mencionamos acima.

IHU On-Line – Hoje, no Brasil e no mundo, vivemos o ápice do liberalismo? E de que ordem é esse liberalismo?

Ladislau Dowbor – Vivemos essencialmente uma desordem econômica, política e social. A economia, e em particular o sistema financeiro, tem como palco o planeta. O dinheiro hoje é imaterial, dinheiro-papel representa apenas 3% da chamada liquidez. E dinheiro imaterial viaja pelo mundo em tempo real por meio dos computadores. Mas os governos que tentam regular o sistema financeiro estão fragmentados em 193 países membros da ONU, cada um puxando para o seu lado. Há um desajuste sistêmico entre a dimensão global da economia e a dimensão nacional dos governos.

³ Versão preliminar para discussão disponibilizada em <http://bit.ly/2MmLh3L>. (Nota do entrevistado)

⁴ **Louis Pasteur** (1822-1895): cientista francês. Suas descobertas tiveram enorme importância na história da química e da medicina. É lembrado por suas notáveis descobertas das causas e prevenções de doenças. Suas descobertas reduziram a mortalidade de febre puerperal, e ele criou a primeira vacina para a raiva. Seus experimentos deram fundamento para a teoria microbiológica da doença. (Nota da **IHU On-Line**)

Com isso se gerou a impotência das políticas públicas e o vale-tudo econômico que vemos nas fraudes dos bancos, de empresas do porte da Volkswagen, de empresas farmacêuticas, de empresas energéticas, do agronegócio, nos desastres como em Mariana e Brumadinho. No meu livro *A Era do Capital Improdutivo*⁵, disponível gratuitamente online, analiso essas transformações, inclusive com pequenos vídeos para cada capítulo. Acho vital que mais pessoas entendam os mecanismos de opressão que estão sendo gerados, bem como os caminhos que temos pela frente. Estamos funcionando no século 21 com regras do jogo de outra era. É só observar o caos político mundial que se expande.

IHU On-Line – O socialismo ainda é uma perspectiva política e econômica que pode fazer frente ao liberalismo? Por quê?

Ladislau Dowbor – Temos de requalificar o que entendemos por socialismo. Em particular, sair da simplificação de que a esquerda quer estatizar e a direita privatizar. Somos sociedades demasiado complexas para simplificações ideológicas deste tipo. Mas os objetivos são claros: temos de assegurar uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. Assim, temos um “norte”. O vale-tudo das corporações, e a opressão das populações, que é o que vivemos, não pode continuar a se cobrir de legitimidade científica com termos como liberalismo ou neoliberalismo.

Wolfgang Streeck⁶ diz que não é o fim do capitalismo, mas o fim do capitalismo democrático. O conceito de socialismo é forte no que associamos de decência no comportamento político, de visão humanista, de redução das desigualdades, de resgate do meio ambiente. É o tal do

“outro mundo possível”. Mas precisamos mostrar que uma outra forma de gestão da sociedade é possível. Trata-se de formas concretas de organização do processo decisório da sociedade. Para mim, socialismo democrático parece ótimo como horizonte político.

“Um real investido em saneamento básico, por exemplo, reduz em quatro reais os gastos com doenças”

IHU On-Line – O socialismo se construiu em diferentes sociedades, em diferentes momentos (como a Rússia de 1917 e a China de 1949). A partir desse dado, pode-se afirmar que o socialismo é um modelo que, como o capitalismo, possui uma grande capacidade de adaptação? Em que medida o(s) socialismo(s) se adapta(m) ao século XXI, atravessado pelas mudanças tecnológicas e culturais?

Ladislau Dowbor – Eu trabalho com o conceito de economia mista. Produzir sapatos, carros e cosméticos pode perfeitamente ficar no âmbito da economia privada, mas com regulação, em particular pelos impactos ambientais. Mas as grandes infraestruturas de transporte, de energia, de comunicação e de água/saneamento precisam ser planejadas e geridas em função do bem comum, na lógica de um desenvolvimento equilibrado. Aqui, o Estado e o planejamento têm de exercer papel dominante.

Já as políticas sociais, como saúde, educação, segurança e semelhantes, onde funcionam bem, são públicas, gratuitas e de acesso universal. Sai muito mais barato e é muito mais eficiente do que a indústria da doença, a indústria do diploma, sem falar das milícias privadas. Aqui o Estado é fundamental, e de forma descentralizada, com lógicas diferenciadas segundo as condições. Em outra área, temos de exercer rigoroso controle sobre os grandes sistemas de intermediação financeira, que hoje deformam todo o processo de desenvolvimento.

Isso porque as finanças não são um setor, são uma dimensão de todas as nossas atividades. Se reduzimos as políticas sociais públicas, por exemplo com o teto de gastos, as famílias são empurradas para os planos privados de saúde, hoje mecanismos de extorsão. A intermediação financeira é atividade meio, ninguém come dinheiro. Só é legítima quando canaliza os recursos para o que nós como sociedade queremos priorizar. Apresento estas novas articulações num pequeno estudo, *O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil*⁷.

A economia não é misteriosa, é só seguir o bom senso. Mas quando estão nos ferrando, querem demonstrar que é para o nosso bem, o que exige análises econométricas que realmente ninguém entende. E o objetivo deles é esse mesmo. Se você não entendeu, desconfie.

IHU On-Line – A construção do socialismo pressupõe método e disciplina por parte da classe trabalhadora. Levando em conta a característica dos movimentos de hoje, que se dão de forma descentralizada e efêmera, é possível afirmar que, nesse contexto, podem emergir “outros socialismos”?

Ladislau Dowbor – Os desafios hoje se tornaram mais complexos. Não estamos mais no tempo em que

⁵ Disponível em <http://bit.ly/2Kg8i7m>. (Nota do entrevistado)

⁶ Wolfgang Streeck (1946): é um sociólogo econômico alemão e diretor emérito do Instituto Max Planck para o Estudo de Sociedades em Colônia. A pesquisa de Streeck centra-se na análise da economia política do capitalismo, na qual ele se propõe a assumir uma abordagem dialética para a análise institucional como oposição à linha em voga das variedades de capitalismo. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Disponível em <http://bit.ly/2W4dJXq>. (Nota do entrevistado)

havia a burguesia, o proletariado e o campesinato, e a luta de classes. Há uma profunda fragmentação social, formas muito diferenciadas de inserção que dificultam as identidades e solidariedades sociais. Hoje estão se tornando mais fortes eixos de identidade em torno do gênero, raça, religião, regionalismos. E as formas de construção de laços mudam profundamente com as redes sociais e as novas tecnologias.

Mas há grandes eixos de unificação de lutas. O que estamos enfrentando é um sistema que está destruindo o nosso futuro no planeta, e no mundo todo as pessoas estão despertando e se mobilizando. E a desigualdade está atingindo bilhões de pessoas, que hoje estão conscientes de que deveriam poder ter acesso a uma saúde decente, a escolas decentes. Não há mais pobres como antigamente, eternamente conformados. O saco cheio está se generalizando, como inclusive vemos no aproveita-

mento eleitoral de uma direita que navega no ódio. E em particular, está cada vez mais evidente que este duplo drama ambiental e social é gerado por uma minoria rica, poderosa e improdutiva. O que temos em parâmetros fiscais, entre 21 e 32 trilhões de dólares, equivale a um terço do PIB mundial. Evasão fiscal, corrupção, lavagem de dinheiro, especulação financeira.

O capitalista de antigamente explorava os trabalhadores mas produzia, gerava produto e pagava impostos. A destruição do planeta é obra de uma minoria planetária que é improdutiva, desvia os recursos necessários para a reconversão das nossas economias para a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. A fragilidade do atual sistema dominante consiste precisamente no fato de ser economicamente, socialmente e ambientalmente disfuncional. Como muitos economistas importantes que nada têm de esquerda hoje pro-

clamam, de Joseph Stiglitz⁸ no Roosevelt Institute até Martin Wolf⁹ no Financial Times, este sistema perdeu a sua legitimidade.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Ladislau Dowbor – Sugiro fortemente que as pessoas peguem a minha análise nos 15 vídeos de 10 minutos que acompanham o livro *A Era do Capital Improdutivo*. Não precisamos ser economistas para entender como nos ferram, e como nos defender¹⁰. ■

⁸ **Joseph Stiglitz:** ex-vice-presidente do Banco Mundial - Bird, foi chefe dos economistas no governo Clinton, Estados Unidos, e prêmio Nobel de Economia 2001. Ele é autor, entre outros, dos seguintes livros, traduzidos para o português: *A globalização e seus malefícios* (São Paulo: Futura, 2003) e *Os Exuberantes anos 90* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003). (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Martin Harry Wolf:** jornalista britânico que se dedica à economia. Ele é editor associado e comentarista-chefe de economia do Financial Times. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ Esses e outros materiais estão disponíveis no site do professor, <http://dowbor.org/>. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- **“O Brasil tem uma economia sólida, é um país produtivo, mas sofreu um ataque do sistema financeiro. Não há economia que aguarde”.** Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas Notícias do Dia de 04-05-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/2wvEfPu>.

- **O escandaloso processo de deformação da economia pelo sistema financeiro e o silêncio da mídia, da academia e dos institutos de pesquisa.** Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas Notícias do Dia de 01-09-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/2ELdMBL>.

- **O poder do sistema financeiro e a insustentabilidade das desigualdades sociais.** Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas Notícias do Dia de 03-11-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/2We4VTI>.

- **Um dia sem carro e seus impactos ambientais e socioeconômicos.** Entrevista especial com Ladislau Dowbor e Cláudia Costa, publicada nas Notícias do Dia de 21-09-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/2Z05rSE>.

- **“Distribuir renda é uma política inteligente”.** Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas Notícias do Dia de 01-10-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/2JR5oVq>.

- **A revolução do conhecimento.** Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas Notícias do Dia de 20-08-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/2lf63g7>.

- **E se a tirania dos mercados estiver chegando ao fim?** Artigo de Ladislau Dowbor, publicado nas Notícias do Dia de 13-05-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/2XgqMXi>.

Rotas de fuga para sair de crises só serão eficazes se vierem de baixo

Camila Ugino e Patrick Andrade apontam que o capitalismo reage para superar crises, mas é ineficaz numa saída definitiva, levando sempre a um novo impasse

Wagner Fernandes de Azevedo | Edição: João Vitor Santos

54

Imagine um grupo de pessoas num labirinto que está sendo alagado. Para fugir, recebem orientações de um líder fora desse contexto. Ele os tira de corredores com água, mas não consegue tirá-los do labirinto, sendo necessário sempre uma nova estratégia. A metáfora serve para ilustrar a perspectiva dos professores Camila Ugino e Patrick Andrade acerca das crises geradas pelo sistema capitalista e as saídas concebidas dentro do próprio sistema. “Ainda que o capitalismo seja reconhecido como um sistema com alta capacidade de superação de suas crises internas, essa superação nem sempre caminha num sentido voltado para a atenção dos interesses da grande maioria da população”, observam. Assim, para eles, respostas efetivas devem vir das bases, de baixo. Ou, na metáfora, do próprio grupo que está no labirinto. “Uma série de movimentos subalternos tem se organizado, aglutinado mais pessoas e incorporado um conjunto de temas de forma transversal. Em nossa visão, é apenas daí que podem surgir ferramentas interessantes, desde que reconhecida a importância de movimentos mais tradicionais existentes nas sociedades e que compartilham desse horizonte comum”, analisam.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Camila e Patrick ainda chamam atenção para “a concorrência internacional dos trabalhadores, uma vez que as grandes empresas internacionais hoje não apresentam amarras produtivas a um país específico. Assim, mesmo que parte do desenvolvimento tecnológico se dê no país de origem do capital, esse pode e busca produzir em qualquer parte do planeta, de forma a garantir sua maximização de lucros”.

Isso explica ações em onda em todo o mundo, como a ideia de que sempre é preciso reformas para garantir a sustentabilidade do sistema. “Diante desse quadro econômico e social de maior concorrência internacional, as políticas sociais estão amplamente sendo atacadas, tanto no sentido de desregular direitos trabalhistas e previdenciários, como, principalmente nessa nova etapa, de eliminar completamente mecanismos de proteção social”, alertam.

Assim, os professores chamam atenção para o fato de que as reformas são, na verdade, apenas solução para um lado. “Ora, essas medidas, para além das cantilenas preconizadas pelos operadores políticos em cena, permitiram a preservação dos interesses objetivos dos dominantes em detrimento das classes dominadas politicamente e exploradas economicamente, com a ‘conta’ sendo debitada basicamente nas costas dos trabalhadores assalariados”, disparam. E, por isso, defendem que “o desafio maior é elaborar um modelo de desenvolvimento econômico e social que retome o pensar comum, o que é de todos e para todos. E, para isso, é preciso refletir sobre novas práticas sociais, um conjunto de valores e normas que reflitam essa comunhão”.

Camila Kimie Ugino é graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, mestra em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Atualmente realiza doutoramento em Ciências Sociais na PUC-SP. Ainda atua como professora na PUC-SP e na Universidade Paulista, onde desenvolve pesquisa na área de economia, principalmente, em economia política.

Patrick Rodrigues de Andrade é doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia Política, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Atua como pro-

fessor do Departamento de Economia da PUC-SP, onde trabalha com temas relacionados à economia política contemporânea.

Confira a entrevista.

IHU On-Line — Quais as possibilidades de se sustentar um modelo econômico capitalista que não necessite da exploração da natureza, nem da pessoa humana?

Camila Ugino e Patrick Andrade – De maneira bastante direta, não há qualquer possibilidade de se sustentar uma economia capitalista sem exploração da natureza ou de pessoas. Contudo, apesar do que essa resposta mais breve pode sugerir, ela não está relacionada simplesmente a algum princípio político radical, o qual limitaria imediatamente o campo de possibilidades para a reprodução material das sociedades capitalistas. Para uma discussão mais precisa (analiticamente), como também mais profícua (para o debate público), talvez seja interessante reposicionarmos nossa reflexão no seguinte sentido: qual é o propósito da produção em sociedades nas quais a riqueza é geralmente produzida na forma de mercadorias?

Desde a organização da economia política como um campo específico do conhecimento científico moderno, cujo ápice foi alcançado com a publicação d'*A Riqueza das Nações*¹ por Adam Smith², o propósito da produção capitalista é, via de regra, assumido como sendo a satisfação de “necessidades” humanas, reali-

zadas através do consumo. Como afirma o próprio Smith³ (1996, p. 146): “o consumo é o único objetivo e propósito de toda a produção [...]. O princípio é tão óbvio que seria absurdo tentar demonstrá-lo”.

Um problema que se abrirá posteriormente no pensamento econômico, e que inclusive pode ser lido como um dos elementos de diferenciação entre escolas de pensamento, é justamente que esse objetivo óbvio apresentado por Smith exige sim ser demonstrado e analisado na prática. Karl Marx⁴, em sua crítica da economia política, argumenta que, no capitalismo, o objetivo das trocas não é simples e obviamente a satisfação de necessidades humanas; essas necessidades seriam, na verdade, meios para a valorização de uma forma social específica de riqueza, *i.e.*, o consumo é um meio para a acumulação de capital. Também no pensamento de John Maynard Keynes⁵ tem-se

que, ainda que a “função-objetivo” das pessoas que vivem de rendas do trabalho seja a satisfação de suas necessidades (e desejos), as empresas, por sua vez, têm funções-objetivo diferentes, cujo propósito é a maximização de “poder de compra” em forma abstrata (maximização de lucros em termos monetários).

As possibilidades de se sustentar um modelo econômico capitalista que não necessite da exploração da natureza ou de pessoas, mesmo antes de discutirmos o que se entende por exploração, exige uma reflexão mais precisa sobre qual é o propósito da própria produção de riqueza no capitalismo, especialmente em sua fase atual, e a relação desse propósito com as necessidades humanas e de reprodução sustentável do nosso planeta. Essa reflexão pode nos direcionar a um conjunto de medidas voltadas para uma reorientação dos padrões de acumulação ou para apostas mais desafiadoras, as quais envolvem reflexões mais profundas sobre as condições de desenvolvimento de novas formas de interação entre seres humanos e a natureza.

IHU On-Line — O capitalismo é um sistema que se reinventa para superar as crises que constrói. Neste sentido, em 2008 tivemos a última grande crise desse sistema. Quais as ferramentas que têm sido construídas nessa década para a reinvenção do sistema?

transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. Confira o **Cadernos IHU ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihuon276>. Leia, também, a edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 6-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

1 São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica tradicional. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para o entendimento das relações econômicas da sociedade sob a perspectiva liberal, superando os paradigmas do mercantilismo. Sobre Adam Smith, veja a entrevista concedida pela professora Ana Maria Bianchi, da Universidade de São Paulo - USP, à **IHU On-Line** n. 133, de 21-3-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>, e a edição 35 dos **Cadernos IHU ideias**, de 21-7-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível em <http://bit.ly/ihuon35>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. Volume 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Nota dos entrevistados)

4 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173IFhO>. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYkWZ>. A entrevista Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da **IHU On-Line**, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpG5>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. A revista **IHU On-Line**, edição 525, intitulada *Karl Marx, 200 anos - Entre o ambiente fabril e o mundo neural de redes e conexões*, em celebração aos 200 anos do nascimento do pensador, está disponível em ihuonline.unisinos.br/edicao/525. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro

Camila Ugino e Patrick Andrade –Do ponto de vista de respostas político-econômicas à crise de 2008, com exceção de uma maior flexibilidade na condução da política monetária nos Estados Unidos e algumas poucas propostas de regulação de mercados, os avanços são quase nulos. Mesmo de um ponto de vista extremamente limitado, com foco em medidas para se evitar a eclosão de crises semelhantes, o cenário que vem se materializando começa a levantar preocupações inclusive de organismos “multilaterais” como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Internacional de Compensações (BIS), uma vez que os determinantes mais superficiais da crise não foram enfrentados.

Ainda que o capitalismo seja reconhecido como um sistema com alta capacidade de superação de suas crises internas, essa superação nem sempre caminha num sentido voltado para a atenção dos interesses da grande maioria da população. É importante recuperar que o ordenamento internacional que se estruturou após as crises dos anos 1970, tanto nos países centrais quanto na periferia do sistema, onde nos localizamos, significou a imposição de uma agenda que, de forma mais prosaica, foi profundamente concentradora de riquezas, e articulada sob uma lógica de gestão mínima da miséria reproduzida, numa oposição declarada aos pequenos avanços alcançados no pós-guerra.

Olhando especialmente para a realidade brasileira, ainda que essa ofensiva tenha chegado tardiamente, não só o desenvolvimentismo conduzido pela ditadura militar significou uma concentração tremenda de renda, como a agenda política conduzida na redemocratização se deu numa chave de integração completamente subordinada à dinâmica internacional capitalista.

Desigualdades de renda e exclusão social

Para além das ferramentas capitalistas típicas, a crise de 2008 acabou atuando como um gatilho para o re-

posicionamento dos debates sobre desigualdades de renda e exclusões sociais (raciais, étnicas, de gênero etc.). É importante destacar que, ao invés de respostas concretas aos problemas evidenciados pela crise, a agenda dos 1% (para nos atermos à semântica de movimentos como Occupy Wall Street⁶) foi de tentar cooptar essa insatisfação, dirigi-la para objetivos geopolíticos particulares ou anulá-la através da violência (direta ou mediada pelo aparato repressivo organizado em torno da burocracia judiciária – muitas vezes confundida com “justiça” ou um “poder” à parte de todo esse sistema).

A despeito dessa nova volta no parafuso da dominação, que se tem mostrado cotidianamente incapaz de responder a demandas bastante concretas, uma série de movimentos subalternos tem se organizado, aglutinado mais pessoas e incorporado um conjunto de temas de forma transversal. Em nossa visão, é apenas daí que podem surgir ferramentas interessantes, desde que reconhecida a importância de movimentos mais tradicionais existentes nas sociedades e que compartilham desse horizonte comum.

IHU On-Line — Hoje, existe um sistema alternativo ao capitalismo?

Camila Ugino e Patrick Andrade – Caso pensemos um sistema alternativo como um conjunto de propostas articuladas, baseadas em princípios diferentes daqueles que orientam os padrões vigentes de acumulação de capital e riquezas e que, ao mesmo tempo, disponham de força social capaz de promover

transformações, infelizmente, não temos ainda essa situação.

Isso não significa desconsiderar ou não reconhecer a importância do debate que tem sido posto por uma série de movimentos provenientes das classes dominadas e os avanços que têm sido alcançados, mesmo que os pensemos somente no campo do debate público. Contudo, ainda não há força social organizada capaz de se apresentar politicamente como alternativa concreta.

“Contudo, ainda não há força social organizada capaz de se apresentar politicamente como alternativa concreta”

IHU On-Line — Como a financeirização, ou sua intensificação a partir da década de 1970, aparece hoje nos ataques às políticas sociais, mais especificamente nas reformas trabalhistas e previdenciárias ao redor do mundo?

Camila Ugino e Patrick Andrade – A partir de meados dos anos 1970, houve um avanço de novas formas de acumulação financeira no processo de desenvolvimento capitalista global. É preciso acrescentar que isso ocorreu sem que houvesse uma alteração radical na relação social de subordinação e expropriação dos trabalhadores, ou seja, estamos diante de um sistema que necessita, para manter o processo de acumulação e crescimento, da apropriação de lucro por parte de uma minoria, a

⁶ **Occupy Wall Street** (Ocupe Wall Street): é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento ainda continua, denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente surgiram outros movimentos Occupy por todo o mundo. As manifestações foram a princípio convocadas pela revista canadense Adbusters, inspirando-se nos movimentos árabes pela democracia, especialmente nos protestos na Praça Tahrir, no Cairo, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011. (Nota da **IHU On-Line**)



classe dominante. Considerando que essa financeirização ultrapassa os limites regionais de uma nação, o desenvolvimento capitalista se tornou mais competitivo mundialmente, pois uma das características desse fenômeno foi a eliminação total ou parcial, a depender do país, das barreiras às transações financeiras e ao comércio internacional.

Outro ponto importante a destacar é a concorrência internacional dos trabalhadores, uma vez que as grandes empresas internacionais hoje não apresentam amarras produtivas a um país específico. Assim, mesmo que parte do desenvolvimento tecnológico se dê no país de origem do capital, esse pode e busca produzir em qualquer parte do planeta, de forma a garantir sua maximização de lucros.

Diante desse quadro econômico e social de maior concorrência internacional, as políticas sociais estão amplamente sendo atacadas, tanto no sentido de desregulamentar direitos trabalhistas e previdenciários, como, principalmente nessa nova etapa, de eliminar completamente mecanismos de proteção social. Segundo estudo publicado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (2015), entre 2008 e 2014, 110 países realizaram reformas legislativas laborais e de mercado de trabalho, e praticamente todos sob a justificativa de superar a estagnação econômica e o elevado desemprego, de recuperar a competitividade da economia e criar vagas de trabalho.

Esse estudo aponta que a maior parte das reformas trabalhistas ocorreu em países com problemas fiscais, flexibilizando a proteção ao trabalho frente a choques econômicos. Ora, essas medidas, para além das cantilenas preconizadas pelos operadores políticos em cena, permitiram a preservação dos interesses objetivos dos dominantes em detrimento das classes dominadas politicamente e exploradas economicamente, com a “conta” sendo debitada basicamente nas costas dos trabalhadores assalariados.

Privatização do regime de previdência

Outro estudo publicado pela OIT (2018) aponta que, entre 1981 e 2014, dos trinta países – da Europa oriental e América Latina – que privatizaram total ou parcialmente seus regimes de previdência pública, dezoito tiveram que reverter a privatização dos seus sistemas previdenciários. De acordo com o estudo, isso ocorreu por diversos motivos: custo fiscal e administrativo elevado, baixa cobertura e pouco benefício, incorporação de riscos de mercado à renda dos idosos. Como nestes casos a privatização significa a oferta desses serviços, (antes prestados pelo Estado) pelas instituições bancárias e financeiras, a partir de produtos financeiros como seguros, previdência privada, capitalização, a consequência mais evidente foi a ampliação da insegurança social, diante dos riscos e volatilidades inerentes ao mercado financeiro.

As expectativas de retomar a capacidade de crescimento econômico após essas reformas não foram concretizadas em diversos países, o que exigiu, em alguns casos, a reversão dessas medidas. O que os estudos apontam é que houve uma piora nos mecanismos de proteção social, gerando um quadro de insegurança. Esse resultado é ainda pior em muitos países periféricos que, antes mesmo de completar a formação ou consolidar seus sistemas de seguridade social, passaram por reformas de desmonte.

IHU On-Line — Quais os desafios para se pensar o desenvolvimento econômico de forma que não haja uma agressão à pessoa humana e ao meio ambiente?

Camila Ugino e Patrick Andrade – O desafio maior é elaborar um modelo de desenvolvimento econômico e social que retome o pensar comum, o que é de todos e para todos. E, para isso, é preciso refletir sobre novas práticas sociais, um conjunto de valores e normas que reflitam essa comunhão. Decerto, isso passa

por procurar entender a economia e o progresso por um prisma diferente da lógica de acumulação.

“Diante desse quadro econômico e social de maior concorrência internacional, as políticas sociais estão amplamente sendo atacadas”

IHU On-Line — A velha dicotomia entre o neoliberalismo, no modelo austriaco ou de Chicago, e o keynesianismo pode ser superada na teoria econômica? Quais as possibilidades que se apresentam?

Camila Ugino e Patrick Andrade – No pensamento econômico contemporâneo, um aspecto interessante que começa a adquirir contornos cada vez mais fortes diz respeito justamente à atualização dessa aparente dicotomia entre liberais e keynesianos. Não poucos economistas mais críticos dos mitos e utopias liberais apostaram que, com a crise de 2008, o consenso macroeconômico que havia se consolidado nos anos anteriores ruiria. E, claro, não faltaram razões para se sustentar essa hipótese, afinal, como uma crise daquelas proporções não era sequer reconhecida como possível nos sistemas teóricos mais liberais? E pior, as bases teóricas do pensamento macroeconômico dominante não apresentavam quaisquer medidas de combate à crise.

Agora, curiosamente, o resultado não foi, pelo menos em boa parte dos países centrais, o restabelecimento prático de proposições oriundas de Keynes ou de um pensamento pós-keynesiano (com raras exceções). O que se pôde observar foi um deslocamento, no interior do pensamento dominante, entre visões neoclássicas/ortodoxas mais responsáveis (politicamente com o sistema) e alguma coisa baseada em algumas proposições derivadas da escola austríaca (o que mimetiza um pensamento econômico estruturado).

Nossa hipótese (que certamente exige demonstrações mais robustas, mas que extrapola o objetivo aqui colocado) é que a “velha dicotomia” entre neoliberais e keynesianos se complexificou após a crise de 2008. Se, do ponto de vista econômico, ainda seja possível encontrar correspondências práticas entre as ideias da escola austríaca e as abordagens neoclássicas, do ponto de vista político parece estar ocorrendo uma cisão interna ao neoliberalismo (pensado aqui de forma bastante restrita apenas como um conjunto de proposições relacionadas à condução de políticas estatais). Ao nosso ver, essa discussão é porque foi justamente após a crise de 2008 e suas repercussões (2010 na Europa, 2013 no Brasil etc.) que uma “nova direita” começa a demonstrar uma capacidade de articulação muito mais forte, baseada em teses libertarianas, anarcocapitalistas e/ou simplesmente ultraliberais. No caso brasileiro, parece ter ocorrido algo como uma vingança do ultraliberalismo (articulado em bases “protofascistas”).

Desafios intelectuais

Todos os sinais apontam para uma ampliação dos desafios intelectuais e políticos atualmente. A necessidade de economistas (e outras categorias profissionais) organizarem associações cujo ponto de interseção básico é a defesa da democracia é apenas mais uma das muitas evidências da deterioração de nosso quadro político. Novamente, as notícias não são boas. As possibilidades para a supe-

ração dos mitos e cantilenas ultraliberais implementados na base da violência e dos ataques a instituições e organizações políticas exigem, antes de tudo, uma articulação social mais ampla e que seja justamente capaz de dialogar com necessidades objetivas da grande massa da população, cotidianamente alijada dos processos de decisões e dos debates sobre como conduzir a economia.

IHU On-Line — Como vocês percebem o debate econômico dentro da esquerda hoje? Existe algum projeto econômico para além do desenvolvimentismo?

Camila Ugino e Patrick Andrade – As esquerdas têm realizado debates e balanços sobre a experiência desenvolvimentista recente no Brasil já há algum tempo, iniciados muito antes do golpe de 2016 ou das manifestações políticas de 2013. Um ponto que merece destaque nesse debate diz respeito justamente à relação entre desenvolvimento econômico capitalista e seus impactos sobre as condições de sustentabilidade ambiental e também sobre as classes e grupos sociais subalternos.

Dentre os desafios colocados para o debate, pelo menos dois merecem destaque, uma vez que eles acabam se colocando como obstáculos a um avanço qualitativo das discussões. O primeiro diz respeito ao fato de que, com o golpe de 2016, a experiência histórica da estratégia de desenvolvimento implementada durante os governos presididos pelo Partido dos Trabalhadores acabou sendo interrompida abruptamente. Isso cria uma série de obstáculos para se estabelecer um bom debate sobre os possíveis avanços alcançados por essa experiência e seus limites. O outro ponto se refere à própria base teórica e conjuntos de elementos que deveriam ser mobilizados no debate; se, por um lado, é possível reconhecer que sempre existiram limites à incorporação rigorosa de condicionantes socioambientais nas teorias e análises sobre desenvolvimento nos séculos XX e XXI (tipicamente capitalistas ou não), há uma já vasta pro-

dução no pensamento latino-americano que não consegue ainda furar os bloqueios intelectuais existentes no Brasil – que vão desde a noção de “bem viver” até uma discussão mais profunda sobre as condições de desenvolvimento soberano e minimamente popular numa formação social periférica e dependente.

De um ponto de vista mais pragmático, a questão da organização, sustentação e difusão de um projeto econômico alternativo, não só ao neoliberalismo cínico, mas que seja também capaz de avançar para além das experiências desenvolvimentistas recentes, é um dos maiores desafios postos para as esquerdas não neoliberais hoje.

IHU On-Line — A economia é capaz de ressignificar a democracia? Por quê?

Camila Ugino e Patrick Andrade – Nesse contexto de desafios postos no presente, um esforço teórico e prático importante é buscar descompartmentalizar a economia do restante da vida social. Principalmente em períodos de crise econômica, quando os problemas sociais se intensificam, o debate público se volta às questões econômicas como a grande alternativa. Ocorre que, isoladamente, a economia não é algo neutro e as chamadas políticas econômicas afetam de maneira distinta uma sociedade de classes sociais. E há, historicamente, inúmeras alternativas para o desenvolvimento econômico e social, assim o que deveria ser debatido é qual o projeto político e econômico de desenvolvimento em cada nação.

Nesse sentido, a construção de uma sociedade democrática passa pela questão econômica, por exemplo, quando a reivindicação é por igualdade socioeconômica e de renda, mas não se restringe a ela. Sem dúvida que é preciso avançar no debate sobre condições de emprego, renda, mas é tão importante quanto questionar o nível da participação da classe trabalhadora, sendo esta a maioria social, na direção do Estado. Nas sociedades mais democráticas,

houve maior participação popular nas reivindicações dos seus direitos, mesmo em momentos em que a situação econômica não era favorável.

IHU On-Line — O papa Francisco convocou economistas de todo o mundo a construir uma economia que “inclui, e não exclui”. Nos governos petistas, muitos críticos apontam que houve uma “inclusão social via consumo”, que não se sustenta com a atual crise econômica. Nesse sentido, qual política econômica é viável para promover uma inclusão social sustentável, sobretudo em países em desenvolvimento?

Camila Ugino e Patrick Andrade – No processo de desenvolvimento econômico capitalista, a demanda

é uma variável importante, pois estimula outros componentes da economia capitalista como investimento e mesmo a geração de empregos. Ocorre que, além de ser um processo limitado em termos de inclusão social, quando o cenário se reverte, as perdas sociais são significativas. Ademais, a alta dependência da inclusão pelo consumo, apesar de inicialmente estimular o crescimento econômico, não garante a sustentação ideológica da política de um governo.

Dessa forma, sobretudo em países periféricos, a política econômica deveria priorizar a geração de emprego e renda, a distribuição da riqueza, tornando essas economias menos dependentes dos países centrais. No caso específico do Brasil, que já conta novamente com a maior parte dos empregados no mercado informal de trabalho, as condições la-

borais foram se precarizando. Isso, somada à extrema má distribuição da riqueza, promove um país com grande capacidade de geração de riqueza, pois somos a oitava maior economia do mundo, mas com uma desigualdade enorme.

No sentido de garantir sustentabilidade, é preciso construir uma sociedade em que a prioridade seja democratizar os recursos, porém, para isso, é necessário romper a lógica de acumulação individual. E, por recursos, precisamos pensar nos naturais e humanos, considerando toda a diversidade e as necessidades de inclusão. A política econômica não garante esse processo, é parte disso. É preciso um conjunto de mudanças que exige anteriormente uma avaliação estrutural da sociedade, com isso a sociedade precisa se mobilizar e reivindicar essa mudança.■

Newsletter IHU

Cadastre-se na Newsletter através do sítio do IHU (ihu.unisinos.br), e receba diariamente notícias, entrevistas, e informações sobre publicações e eventos

ENTREVISTAS

“A reforma tributária é a mais importante para o Brasil superar a desigualdade social”. Entrevista especial com Rosa Angela Chieza

NOTÍCIAS



Contra neoliberalismo, economistas propõem modelo soberano e inclusivo. Entrevista especial com Adroaldo Quintela e Antonio Corrêa de Lacerda

NOTÍCIAS



Seu celular está manchado de sangue, avisa a rede de ONGs 'Enlázate por la Justicia'

A rede de ONGs que inclui Cáritas, CEDIS, CONFER, Justicia y Paz, Manos Unidas e REDES denuncia

NOTÍCIAS



Igreja e Estado: da sodomia à criminalização da LGBTfobia

"Muitas vezes não é fácil para a pessoa homossexual assumir a sua condição, pois os preconceitos [...]"

Novo desenvolvimentismo e “raposa fora do galinheiro”: estratégias para saída das crises

Bresser-Pereira aponta que a teoria econômica neoclássica não dá conta dos desafios atuais e por isso insiste numa teoria econômica pós-keynesiana e num Estado forte com controle no mercado

João Vitor Santos

O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira é taxativo: “os neoliberais têm uma solução para tudo: o ajuste fiscal. Quando este é praticado no quadro de uma recessão, como está acontecendo no Brasil desde 2015, quando a política macroeconômica se torna, assim, procíclica, estamos diante da austeridade neoliberal que realmente pode ser chamada de autoterrorismo”. É por isso que, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, vai insistir numa tese em que vem trabalhando há algum tempo: o novo desenvolvimentismo como alternativa a esse liberalismo que vem sendo posto. “Verifiquei que faltava aos desenvolvimentistas clássicos uma macroeconomia, enquanto faltava aos pós-keynesianos uma teoria do desenvolvimento. Por isso, desde 2001, venho procurando criar uma economia política e uma macroeconomia do desenvolvimento de caráter novo-desenvolvimentista”, explica. A proposta defende o desenvolvimentismo associado ao Estado de bem-estar social.

Além disso, argumenta que “o sistema financeiro precisa ser regulado de forma muito cerrada pelo Estado”. Isso porque os grandes bancos têm centralidade no capitalismo e, ao conceder crédito, estão “criando dinheiro”. “Ele cria um ativo líquido, sem uma real base na produção, que está sujeito à especulação e à fraude financeira, e está na base das crises financeiras”, acrescenta. Por isso defende um Estado forte que regule essas relações. “Além de o sistema financeiro ter o poder inerente ao fato que as instituições financeiras criam moeda e de seus agentes exercerem o papel de ideólogos do capitalismo ren-

tista, esses financistas passaram a ter poder político pessoal, ocupando os ministérios de finanças e os bancos centrais”. E quando ocupam esses espaços, imprimem suas lógicas, tornando esse mercado um grande predador e não gerador de riqueza, repetindo “assim, a história da raposa ser colocada para cuidar do galinheiro”.

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas - FGV e presidente do Centro de Economia Política e editor da Revista de Economia Política. Foi professor visitante de desenvolvimento econômico na Universidade de Paris I (1978), de teoria da democracia no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo - USP (2002/03), e de Novo Desenvolvimentismo na École d’Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Foi também visitante, sem dar aulas regulares, no Instituto de Estudos Avançados da USP (1989) e na Oxford University (1999 e 2001). Também foi ministro da Fazenda, da Administração Federal e Reforma do Estado, e da Ciência e Tecnologia no governo FHC. É bacharel em Direito pela USP, mestre em Administração de Empresas pela Michigan State University, doutor e livre docente em Economia pela USP.

Entre suas obras publicadas, destacamos *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968/2003), *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1980), *Inflação e Recessão*, com Yoshiaki Nakano (1984), *Lucro, Acumulação e Crise* (1986), *A Crise do Estado* (1992), *Reformas Econômicas em Novas Democracias*, com Adam Przeworski e José María Maravall

(1993), *Reforma do Estado para a Cidadania* (1998), *Construindo o Estado Republicano* (2004), *Macroeconomia da Estagnação* (São Paulo: Editora 34, 2007), *Globalização*

e *Competição* (Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2009) e *Em busca do desenvolvimento perdido* (Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que a ciência econômica parece se reduzir a lógicas tecnocráticas?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – A escola de pensamento econômico dominante chama-se “teoria econômica neoclássica”. Não é uma teoria tecnocrática, mas uma teoria expressa em termos matemáticos, que, não obstante, acaba por ser uma simples justificação ideológica para o neoliberalismo – para uma ideologia reacionária baseada em um individualismo feroz e em um liberalismo econômico radical.

Essa escola foi dominante entre 1890 e 1929, entrou em colapso juntamente com o liberalismo econômico a partir da Grande Depressão dos anos 1930,¹ abrindo espaço para uma teoria econômica desenvolvimentista keynesiana, mas no final dos anos 1970, depois de uma crise muito menos grave da social-democracia nessa década, voltou a ser dominante conjuntamente com a ideologia neoliberal.

¹ **Grande Depressão:** também chamada de Crise de 1929, foi uma grande depressão econômica que teve início em 1929 e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século 20. Este período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como na produção industrial, nos preços de ações e em praticamente todo medidor de atividade econômica, em diversos países no mundo. O dia 24 de outubro de 1929 é considerado popularmente o início da Grande Depressão, mas a produção industrial americana já havia começado a cair a partir de julho do mesmo ano, causando um período de leve recessão econômica que se estendeu até 24 de outubro, quando valores de ações na bolsa de valores de Nova York, a New York Stock Exchange, caíram drasticamente, desencadeando a Quinta-Feira Negra. Assim, milhares de acionistas perderam, literalmente da noite para o dia, grandes somas em dinheiro. Muitos perderam tudo o que tinham. Essa quebra na bolsa de valores de Nova York piorou drasticamente os efeitos da recessão já existente, causando grande deflação e queda nas taxas de venda de produtos, o que levou ao fechamento de inúmeras empresas comerciais e industriais, elevando as taxas de desemprego. (Nota da **IHU On-Line**)

Esse domínio, caracterizado por baixa taxa de crescimento, alta instabilidade e grande aumento da desigualdade, terminou novamente como uma grande crise em 2008. Entretanto, não se consolidou ainda uma alternativa clara como foi a macroeconomia keynesiana nos anos 1930.

IHU On-Line – Como compreender a centralidade que o mercado financeiro assume no campo da economia na atualidade?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – O setor financeiro, principalmente os grandes bancos, tem um papel estratégico no capitalismo, porque, ao conceder crédito, ele cria dinheiro. Ele cria um ativo líquido, sem uma real base na produção, que está sujeito à especulação e à fraude financeira, e está na base das crises financeiras. Por isso o sistema financeiro precisa ser regulado de forma muito cerrada pelo Estado.

O pensamento keynesiano-desenvolvimentista, dominante de meados dos anos 1930 para meados dos anos 1970, estava baseado em uma ampla coalizão de classes desenvolvimentista da qual participavam empresários industriais, trabalhadores, a tecnoburocracia emergente, e a burocracia pública. Esse acordo desenvolvimentista compreendeu o caráter público do setor financeiro e sua tendência à especulação e à formação de bolhas de ativos, e, em consequência, fortaleceu o papel dos bancos centrais e a regulação bancária, ao mesmo tempo que exercia uma política monetária contracíclica que reduzia a demanda nos momentos de forte

crescimento e aumento da inflação, e a aumentava quando o país entra ou ameaça entrar em recessão. Ao mesmo tempo, usou o Estado para formular e implementar um projeto nacional de desenvolvimento.

Nos anos de 1980, porém, os neoliberais e seus economistas neoclássicos voltaram ao poder, enquanto a coalizão de classes deixou de ser desenvolvimentista para ser liberal – passou a ser uma coalizão financeiro-rentista. Os rentistas – herdeiros e bem-sucedidos especuladores – substituíram os empresários na propriedade das empresas, enquanto jovens financistas formados em escolas de economia e de administração de empresas onde aprenderam a teoria neoclássica passaram a ser os gestores da riqueza dos rentistas e os ideólogos orgânicos do neoliberalismo.

Rentistas com poder político

Desta forma, além de o sistema financeiro ter o poder inerente ao fato que as instituições financeiras criam moeda e de seus agentes exercerem o papel de ideólogos do capitalismo rentista, esses financistas passaram a ter poder político pessoal, ocupando os ministérios de finanças e os bancos centrais. Dessa maneira, de sistema a ser regulado, o sistema financeiro e seus financistas passaram a ser reguladores do sistema econômico, desregulando-o, privatizando-o e liberalizando-o. Repetiu-se, assim, a história da raposa ser colocada para cuidar do galinheiro.

IHU On-Line – Qual a importância da perspectiva política da economia? E que autores e pós-keynesianos o senhor con-

sidera importantes para recuperar reflexões de maior fôlego acerca da economia política no Brasil?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

– A principal alternativa à teoria econômica neoclássica é a teoria econômica pós-keynesiana que eu estou procurando tornar novo-desenvolvimentista. Eu me formei como economista sendo desenvolvimentista e pós-keynesiano. Verifiquei, porém, que faltava aos desenvolvimentistas clássicos uma macroeconomia, enquanto faltava aos pós-keynesianos uma teoria do desenvolvimento. Por isso, desde 2001, venho procurando criar uma economia política e uma macroeconomia do desenvolvimento de caráter novo-desenvolvimentista. O interesse pelo novo desenvolvimentismo vem aumentando muito. Há um número crescente de economistas que adota as teses básicas dessa nova escola de pensamento econômico.

No plano da economia política, que há apenas duas formas de organização econômica do capitalismo, a desenvolvimentista e a liberal; que o capitalismo nasceu sempre desenvolvimentista desde que a Inglaterra realizou sua revolução industrial no quadro do mercantilismo (o primeiro desenvolvimentismo); que, no após a Segunda Guerra Mundial, os regimes social-democráticos foram o segundo desenvolvimentismo.

No plano da macroeconomia do desenvolvimento, primeiro, que existem cinco preços macroeconômicos que o mercado é incapaz de coordenar satisfatoriamente; segundo, que nos países de renda média, indisciplina fiscal recorrente, déficits em conta-corrente elevados, taxa de inflação elevada, tentativas equivocadas de atrair capitais para crescer com endividamento externo, falta de neutralização da doença holandesa e o poder político da coalizão financeiro-rentista causam uma elevada taxa de juros (1º preço) e uma taxa de câmbio (2º preço) sobreapreciada, e, em consequência, as empresas industriais perdem

sua competitividade. Ou seja, sua taxa de lucro (3º preço) torna-se insatisfatória e elas não investem, daí decorrendo desindustrialização, baixo crescimento e relativa estagnação do salário médio (4º preço). Ao mesmo tempo, as empresas e as famílias se endividam, este fato mais a taxa de câmbio sobreapreciada dando origem a crises financeiras, forte desvalorização da moeda nacional e aumento da inflação (5º preço).

“Governo brasileiro, na contramão da história, desde 2015, vem adotando uma política macroeconômica procíclica que apenas agravou a recessão e agora impede a recuperação”

IHU On-Line – Qual a questão de fundo para compreender o chamado “estado de crises” em que o Brasil e o mundo parecem estar mergulhados?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – Desde 2008, o capitalismo neoliberal, financeiro-rentista, está em crise econômica, e desde 2016, com o Brexit² e a eleição de Donald Trump

para a presidência dos Estados Unidos, está em crise política. O Brasil, por sua vez, está quase-estagnado desde 1980, seu PIB per capita crescendo menos de 1 por cento ao ano, porque sua nação se enfraqueceu muito desde os anos 1980, e, a partir de 1990, adotou plenamente as políticas neoclássicas e neoliberais recomendadas pelo Império Ocidental, caindo no ciclo cambial descrito na resposta à pergunta anterior.

A esta crise de longa duração somou-se, desde 2014, grave recessão e uma crise fiscal. Diante deste fato, o governo brasileiro, na contramão da história, desde 2015, vem adotando uma política macroeconômica procíclica que apenas agravou a recessão e agora impede a recuperação.

IHU On-Line – Austeridade fiscal tem sido bradada como a alternativa para superação das crises. Por que se insiste nesta perspectiva? Como conceber saídas para além do “austericídio”?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – Os neoliberais têm uma solução para tudo: o ajuste fiscal. Quando este é praticado no quadro de uma recessão, como está acontecendo no Brasil desde 2015, quando a política macroeconômica se torna, assim, procíclica, estamos diante da austeridade neoliberal que realmente pode ser chamada de austericídio. Para o desenvolvimento com estabilidade a disciplina fiscal é essencial, mas políticas fiscais que agravam a recessão em curso não constituem indisciplina fiscal, mas a política certa. Quando o governo enfrenta um

² **Brexit**: a saída do Reino Unido da União Europeia é apelidada de Brexit, palavra-valise originada na língua inglesa resultante da fusão das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). A saída do Reino Unido da União Europeia tem sido um objetivo político perseguido por vários indi-

viduos, grupos de interesse e partidos políticos, desde 1973, quando o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia, a precursora da UE. A saída da União é um direito dos estados-membros segundo o Tratado da União Europeia. A saída foi aprovada por referendo realizado em junho de 2016, no qual 52% dos votos foram a favor de deixar a UE. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU, na seção Notícias do Dia de seu site, vem publicando uma série de análises sobre o tema. Entre elas, *A alma da Europa depois do Brexit*, artigo de Roberto Esposito, publicado no jornal La Repubblica e reproduzido nas Notícias do Dia de 1-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2gazMuF>; e *O Brexit e a globalização*, artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo, publicado por CartaCapital e reproduzido nas Notícias do Dia de 12-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2eY4F68>. Confira mais textos em ihu.unisinos.br. (Nota da IHU On-Line)

quadro como aquele que se formou em 2004 e se tornou claro em 2015 (crise fiscal e recessão), a política correta é cortar a despesa corrente e aumentar o investimento público.

IHU On-Line – Quais os desafios para se conceber uma outra economia, que preserve

os valores humanos e a diversidade ambiental, sem a redução absoluta à centralidade do mercado?

Luiz Carlos Bresser-Pereira
– O mercado é uma instituição excelente para coordenar atividades econômicas competitivas. É incapaz, porém, de coordenar os setores não

competitivos e os cinco preços macroeconômicos, e é cego em relação à desigualdade e ao desrespeito à natureza. É incapaz, portanto, de garantir a estabilidade econômica, uma distribuição de renda mais equitativa, e a proteção do ambiente. Estas são atividades políticas para as quais as nações necessitam de um Estado capaz e democrático.■

Leia mais

- O novo desenvolvimentismo. Uma proposta para a crise econômica brasileira. Entrevista especial com Luiz Carlos Bresser-Pereira, publicada nas Notícias do dia de 26-05-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wpZmCr>.

Confira entrevistas diariamente em **ihu.unisinos.br**

63



STAS
orma tributária é a mais
ante para o Brasil
r a desigualdade
. Entrevista especial
ps...
19



ENTREVISTAS
Mina Guaíba: um
empreendimento de altíssimo
impacto ambiental e lobby da
indústria dos combustíveis
fósseis. Entrev...
10/06/2019



ENTREVISTAS
Quando a economia é vista
como ciência exata, saídas
para crises são restritas a
dados numéricos. Entrevista
especi...
08/06/2019



ENTREVISTAS
“A Agência Nacional de
Mineração terá capacidade
resistir ao lobby do setor
mineral?” Entrevista esp
com Br...
07/06/2019



STAS
n alternativas ao
risco de mercado.
ista especial com
me Delgado
19



ENTREVISTAS
A resistência do capitalismo e
sua fagocitose. A Escola
Francesa da Regulação e suas
chaves de compreensão.
Entrevi...
05/06/2019



ENTREVISTAS
Tensionar continuamente as
relações sociais e
institucionais. Um estilo de
governo inspirado no
chavismo. Entrevist...
04/06/2019



ENTREVISTAS
As transformações do E
Brasileiro e as tensões e
identidade militar e as
influências do mundo civ
02/06/2019

A ebulição do mundo moderno e a reação da Igreja. 150 anos depois do Concílio Vaticano I

John O'Malley analisa como as transformações pós-Revolução Francesa impactam a sociedade e de que forma repercutem na Igreja, a qual responde com um concílio que tenta ajustá-la aos Estados Modernos

João Vitor Santos | Tradução: Moisés Sbardelotto

A Revolução Francesa pode ser considerada como um dos marcos que incrustaram o pensamento da Modernidade na sociedade. Na gênese desse pensamento, está a ideia de liberdade e a destituição da soberania absolutista do Antigo Regime. Toda autoridade é questionada, o súdito quer ser cidadão e a república é imposta como alternativa à monarquia. A Igreja, como grande catalisador social desde a Idade Média, não poderia passar ilesa por esse processo. Não só a autoridade do Papa, mas da própria Igreja são postos em xeque e essa instituição, já milenar, é forçada a compreender e responder a um mundo que se transforma. “Mais difundida nessa nova situação cultural era a crença do Iluminismo de que a raça humana estava se movendo em um caminho implacável de progresso e, portanto, jogando fora o passado e, especialmente, as superstições da religião, especialmente como manifestadas no catolicismo”, acrescenta o historiador estadunidense, o jesuíta John W. O'Malley.

Assim, o espaço da religião e especialmente da Igreja tem de se reinventar, pois “a tradição, que havia sido pensada para fornecer enriquecimento cultural e um guia para a conduta, parecia ser agora uma cadeia que amarrava a humanidade a um passado inútil”. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, O'Malley analisa essa resposta que, na Igreja, se deu na realização do Concílio Vaticano I, que em 8 de dezembro completará 150 anos de sua abertura. “Os católicos acharam essa nova situação cultural, agora encapsulada na palavra liberalismo, con-

fusa e ameaçadora, e procuraram meios para ajudá-los a lidar com ela”, diz. “Foi explicitamente para lidar com o ‘mundo moderno’ que ele [Papa Pio IX] convocou o Concílio Vaticano I”, explica.

Entretanto, por que olhar para esse concílio, por muitos até superado desde a realização do Vaticano II? “O Vaticano I foi único em pelo menos três modos importantes. Foi o primeiro concílio ecumênico da história a ter participantes da Ásia e das Américas. Estava inspirado na persuasão de que a nova situação cultural requeria uma revisão de todos os aspectos da vida e da prática católicas. Finalmente, em nenhum concílio do passado o papa desempenhou um papel proativo na tentativa de determinar o resultado”, defende o historiador.

Além disso, o Vaticano I não pode ser visto como uma tentativa de restauração do Antigo Regime e da centralidade da Igreja na sociedade, mas como uma forma de tensionar a própria experiência contraditória da Revolução, que teve como um dos frutos a tirania de Napoleão. “A decepção com a Revolução, no entanto, não ficou restrita à nobreza e à aristocracia. A destruição física de igrejas e mosteiros que ocorreu no rastro da Revolução chocou, entristeceu e desanimou as pessoas em todas as classes sociais e muitas vezes tornou os cristãos, ainda em grande parte a maioria da população, ainda mais comprometidos com a sua fé”, completa.

Para O'Malley, recuperar esse processo histórico também é importante para compreender o Vaticano II e todos os avanços que ele traz para a Igreja de hoje. Afinal, é fruto de toda experiência

do próprio João XXIII, mas também das fraturas abertas no pós-revolução. “Experiências levaram-no [o Papa João XXIII] a querer uma reunião que levasse em conta a situação do mundo e trabalhasse pela reconciliação entre todos os povos. Essa é a pauta que ele deu ao concílio”, destaca O’Malley ao reportar a fala de João XXIII na solene abertura do Vaticano II.

John W. O’Malley é doutor em História pela Universidade de Harvard. Atualmente é professor de Teologia da Georgetown University, de Washington (EUA). É membro da Fundação Guggenheim, da Academia Norte-Americana de Artes e Ciências e da Sociedade Filosófica Norte-Americana. Especialista em Concílios, com especial atenção ao Concílio de Trento e ao Concílio Vaticano II. Recentemente, publicou *Vatican I: The Council and the Making of the Ultramontane Church* [Vaticano I: O Concílio e a construção de uma Igreja ultramontana, em tradução livre] (Harvard University Press, 2019).

Também é autor de *Os primeiros jesuítas* (São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos; Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2004) e

The Jesuits: A History From Ignatius to the Present (Pennsylvania: Rowman & Littlefield Publishers, 2014), *What happened at Vatican II* [O que aconteceu no Vaticano II] (Cambridge, MA: Harvard University Press/Belknap Press, 2008) e *A history of the Popes* [Uma história dos Papas] (Lanham, MD: Sheed and Ward, 2006), *Trent: What Happened at the Council* [Trento: o que aconteceu no Concílio, em tradução livre] (Belknap Press, 2013); *When Bishops Meet – An Essay Comparing Trent, Vatican I, and Vatican II* [Quando os bispos se encontram - um ensaio comparando Trento, Vaticano I e Vaticano II, em tradução livre] (Harvard University Press, 2019); *A History of the Popes: From Peter to the Present* [Uma história dos papas: de Pedro ao presente, em tradução livre] (Sheed & Ward, 2009), entre outros.

A entrevista também foi publicada nas Notícias do Dia de 01-06-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2F3soy5>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as questões de fundo na Igreja e no mundo quando se configura a realização do Vaticano I?

John O’Malley – A Revolução Francesa² e seu rescaldo napoleôni-

co traumatizaram as classes dominantes da Europa. À medida que o apelo da Revolução pela liberdade, igualdade e fraternidade se radicalizou, ela tentou erradicar toda a hierarquia e todo privilégio. Em seus estágios iniciais, além disso, ela confiscou as propriedades da Igreja e exigiu juramentos do clero que, em essência, era uma sujeição à nova ordem das coisas e uma renúncia a qualquer relação com o papado. À medida que ela se tornou ainda mais radical no Reino do Terror³, multi-

dões saquearam e destruíram igrejas e mandaram monges, freiras, padres e bispos para a guilhotina.

Assim que Napoleão⁴ tomou posse no fim do século, ele, superficialmente e por razões políticas, perseguiu uma política de reconciliação com a Igreja, mas, por suas conquistas, ele espalhou direta e indiretamente os aspectos anticristãos da Revolução em grande parte da Europa continental. Quando, no momento da sua derrota em 1814, os membros das classes superiores, que incluíam a maioria dos bispos, olharam para trás, eles viram na liberdade, igualdade e frater-

¹ **Concílio Vaticano I** (CVI): deu-se de 8 de dezembro de 1869 a 18 de dezembro de 1870, proclamado por Pio IX (1846 a 1878). As principais decisões do Concílio foram conceber uma Constituição dogmática intitulada “Dei Filius”, sobre a Fé católica e a Constituição Dogmática “Pastor Aeternus”, sobre o primado e infalibilidade do Papa quando se pronuncia “ex-cathedra”, em assuntos de fé e de moral. E tratou-se de questões doutrinárias que eram necessárias para dar novo alento e informar melhor sobre assuntos essenciais de fé. Para além de proclamar como dogma a Infalibilidade Papal, o Concílio, ao defender os fundamentos da fé católica, condenou os erros do Racionalismo, do Materialismo e do Ateísmo. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Revolução Francesa**: nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da independência estadunidense (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Frater-*

nité), lema de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Reino do Terror**: na Revolução Francesa, o Período do Terror, ou O Terror, ou Período dos Jacobinos, foi um período compreendido entre 5 de setembro de 1793 (queda dos girondinos) e 27 de julho de 1794 (prisão de Maximilien de Robespierre, ex-líder dos Jacobinos que foi um precursor da ideia de um Terrorismo de Estado nos séculos posteriores). Durante esse período as garantias civis foram suspensas e o governo revolucionário, controlado pela facção da Montanha dentro do partido jacobino, perseguiu e assassinou seus adversários, (entre 17.000 e 40.000 pessoas foram guilhotinadas.) O Terror durou aproximadamente um ano, de meados de 1793 a meados de 1794. O número oficial de execuções foi de 16.594, das quais 2.639 ocorreram apenas em Paris. Apesar disso, há um

consenso de que o número é muito maior devido a mortes na prisão. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Napoleão III** (1808-1873): também chamado Luís Bonaparte, nasceu Charles-Louis Napoléon Bonaparte. Foi o 1º Presidente da Segunda República Francesa e, depois, Imperador dos Franceses do Segundo Império Francês. Era sobrinho e herdeiro de Napoleão Bonaparte. Foi o primeiro presidente francês eleito por voto direto. Entretanto, foi impedido de concorrer a um segundo mandato pela constituição e parlamento, organizando um golpe em 1851 e assumindo o trono como imperador no final do ano seguinte. (Nota da **IHU On-Line**)

nidade não a promessa de uma nova era gloriosa, mas sim uma receita para a carnificina e o caos.

A decepção com a Revolução, no entanto, não ficou restrita à nobreza e à aristocracia. A destruição física de igrejas e mosteiros que ocorreu no rastro da Revolução chocou, entristeceu e desanimou as pessoas em todas as classes sociais e muitas vezes tornou os cristãos, ainda em grande parte a maioria da população, ainda mais comprometidos com a sua fé. Foi fundamental para a experiência católica naqueles anos, junto com fortes sentimentos de alienação, um profundo sentimento de perda. As sementes, assim, foram semeadas para resistir ao que a Revolução tinha passado a representar.

Congresso de Viena

Com a derrota de Napoleão, os poderes vitoriosos se reuniram no Congresso de Viena⁵, de 1814 a 1815, para desfazer o que a Revolução havia feito, o que significava, concretamente, restaurar os monarcas aos seus tronos. Nesse projeto, o Congresso teve um sucesso imediato, mas superficial. Os monarcas foram restaurados, mas para tronos trêmulos, porque os ideais da Revolução continuavam fortes demais. Durante as muitas décadas seguintes, a situação política foi altamente instável, pois os monarcas foram expulsos dos seus tronos e depois devolvidos a eles.

O Congresso de Viena tentou reverter o relógio político da Europa, mas não pôde lidar diretamente com a grande mudança cultural que a Revolução havia introduzido no mundo ocidental. A mudança foi a culminação e a integração de movimentos anteriores, como a Revolução Científica⁶, que tornou irrelevantes as obras

de Aristóteles⁷ sobre os céus, a física e, portanto, a metafísica; como a revolução filosófica que começou com a “volta ao sujeito” de Descartes⁸, que erodiu ainda mais as tradições filosóficas da Grécia antiga; como a Revolução Industrial⁹ que criou um proletariado urbano e um proletariado burguês de imensa riqueza; como os novos métodos histórico-críticos que não se voltavam mais para o passado para se inspirar, mas, supostamente motivados por uma análise desapixonada, queriam simplesmente saber o que aconteceu.

Mais difundida nessa nova situação cultural era a crença do Iluminismo¹⁰

meçou no século XVI e prolongou-se até o século XVIII. A partir desse período, a Ciência, que até então estava atrelada à Filosofia, separa-se desta e passa a ser um conhecimento mais estruturado e prático. As causas principais da revolução podem ser resumidas em: renascimento cultural, a imprensa, a reforma protestante e o hermetismo. A expressão “revolução científica” foi criada por Alexandre Koyré, em 1939. (Nota da IHU On-Line)

⁷ **Aristóteles de Estagira** (384 a.C.-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira. Suas reflexões filosóficas – por um lado, originais; por outro, reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou significativas contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia e história natural. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

⁸ **René Descartes** (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesiano, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e da matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentaristas, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos 17 e 18 na Europa. (Nota da IHU On-Line)

⁹ **Revolução Industrial**: foi a transição para novos processos de manufatura no período entre 1760 a algum momento entre 1820 e 1840. Esta transformação incluiu a transição de métodos de produção artesanais para a produção por máquinas, a fabricação de novos produtos químicos, novos processos de produção de ferro, maior eficiência da energia da água, o uso crescente da energia a vapor e o desenvolvimento das máquinas-ferramentas, além da substituição da madeira e de outros biocombustíveis pelo carvão. A revolução teve início na Inglaterra e em poucas décadas se espalhou para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ **Iluminismo**: movimento intelectual surgido na segunda metade do século XVIII (o chamado “século das luzes”) que enfatizava a razão e a ciência como formas de explicar o universo. Foi um dos movimentos impulsionadores do capitalismo e da sociedade moderna. Foi um movimento que obteve grande dinâmica nos países protestantes e lenta porém gradual influência nos países católicos. O nome se explica porque os filósofos da época acreditavam estar iluminando as mentes das pessoas. É, de certo modo, um pensamento herdeiro da tradição do Renascimento e do Humanismo por defender a valorização do Homem e da Razão. Os iluministas acreditavam que a Razão seria a explicação para todas as coisas no universo, e se contrapunham à fé. (Nota da IHU On-Line)

de que a raça humana estava se movendo em um caminho implacável de progresso e, portanto, jogando fora o passado e, especialmente, as superstições da religião, especialmente como manifestadas no catolicismo. A tradição, que havia sido pensada para fornecer enriquecimento cultural e um guia para a conduta, parecia ser agora uma cadeia que amarrava a humanidade a um passado inútil.

Os católicos acharam essa nova situação cultural, agora encapsulada na palavra liberalismo, confusa e ameaçadora, e procuraram meios para ajudá-los a lidar com ela. Nenhum católico estava mais preocupado com a situação do que o Papa Pio IX¹¹ (r. 1846-1878). Foi explicitamente para lidar com o “mundo moderno” que ele convocou o Concílio Vaticano I, aberto em 8 de dezembro de 1869 e concluído em 18 de julho do ano seguinte.

IHU On-Line – De que forma o Vaticano I emerge como um caminho para a Igreja lidar com essa transformação do “mundo moderno”?

John O'Malley – O Vaticano I publicou apenas dois documentos. O mais conhecido é o *Pastor Aeternus*¹², a definição do primado e da infalibilidade papal. Os defensores desse decreto viam-no como uma reafirmação da monarquia em uma época em que a monarquia estava ameaçada. A esse respeito, é duvidoso se quão útil o decreto foi.

O decreto menos conhecido foi o *Dei Filius*¹³, uma declaração contra o “ra-

¹¹ **Pio IX** (1792-1878): nascido Giovanni Maria Mastai-Ferretti, foi Papa durante mais de 31 anos, entre 16 de junho de 1846 e a data do seu falecimento. Era Frade Dominicano. (Nota da IHU On-Line)

¹² **Pastor aeternus** (primazia papal): Primeira Constituição Dogmática sobre a Igreja de Cristo emitida pelo Concílio Vaticano I, 18 de julho de 1870. O documento define quatro doutrinas da fé católica: a primazia apostólica conferida a Pedro, a perpetuidade do primado petro nos pontífices romanos, o significado e o poder da primazia papal e a infalibilidade papal - autoridade pedagógica infalível (magistério) do papa. (Nota da IHU On-Line)

¹³ **Dei Filius**: constituição dogmática do Concílio do Vaticano I sobre a fé católica, aprovado em 24 de abril de 1870, pelo Papa Pio IX. O texto da constituição *Dei Filius* é composto de um prólogo, quatro capítulos e alguns cânones finais. O prólogo resume os principais erros que surgiram após o Concílio de Trento: o protestantismo, o racionalismo, o panteísmo, o materialismo e o ateísmo. Fala-se nela de um Deus pessoal e criador providente de tudo que indica que sua existência pode ser conhecida por meio da razão partindo do raciocínio so-

cionalismo”. Embora hoje as limitações das categorias operacionais no decreto estejam claras, a substância do decreto forneceu à Igreja uma declaração de fundamentos que foi extremamente útil na navegação dos levantes culturais do mundo moderno. Deus existe. Ele pode ser conhecido. A crença religiosa está além da razão, mas não é irracional. A crença religiosa realça a vida.

IHU On-Line – Em que aspectos o Vaticano I se distingue dos concílios realizados até então?

John O'Malley – O Vaticano I foi único em pelo menos três modos importantes. Primeiro, foi o primeiro concílio ecumênico da história a ter participantes da Ásia e das Américas. Se ecumênico significa mundial, o Vaticano I, portanto, foi o primeiro concílio verdadeiramente ecumênico. A esse respeito, ele foi um grande contraste com Trento¹⁴, cujos membros eram majoritariamente da Itália, seguidos, com uma grande distância, pela Espanha.

Em segundo lugar, o concílio estava inspirado na persuasão de que a nova situação cultural requeria uma revisão de todos os aspectos da vida e da prática católicas. Nenhum concílio anterior havia empreendido essa revisão do status quo cultural.

Finalmente, em nenhum concílio do passado o papa desempenhou um papel proativo na tentativa de determinar o resultado, como fez Pio IX no Vaticano I.

IHU On-Line – Em seu livro sobre o Vaticano I, o senhor diz que a incompatibilidade do catolicismo com aspectos do Iluminismo só se torna aguda depois de meados do século XVIII. Por quê?

John O'Malley – Houve várias razões. Os católicos, assim como

todos os outros, viam a si mesmos debatendo questões à medida que elas surgiam e não se viam debatendo com o “Iluminismo”. Isto é, eles não as viam como uma ideologia ou como uma necessária coalescência em uma ideologia. Em meados do século, eles se tornaram mais conscientes dos aspectos ameaçadores, porque esses aspectos assumiram uma espécie de codificação na publicação da *Encyclopédie*¹⁵, cujo primeiro volume apareceu em 1751.

Além disso, naquela época, uma nova geração de ministros reais imbuídos das características antieclesiais do Iluminismo se apossaram das monarquias borbônicas¹⁶ e começaram a implementar medidas agressivas em relação à Igreja.

IHU On-Line – Como observa o dogma da infalibilidade do papa, surgido nesse contexto do Vaticano I?

John O'Malley – Os teólogos têm modos diferentes de analisar esse dogma, então remeto a eles para uma resposta. No entanto, a questão surgiu de modo bastante explícito como um meio para restaurar a estabilidade política ao “mundo moderno”. O texto central a esse respeito sem dúvida é o *Du pape*¹⁷, de Joseph de Maistre¹⁸,

em 1819. Com esse livro, De Maistre, um advogado e diplomata, e não teólogo, convocou a infalibilidade do seu repouso nos claustros da academia e a enviou, pronta para a batalha, para a praça pública.

Ele via isso como o único antídoto para o caos desencadeado pela liberdade, igualdade e fraternidade. Outros acolheram o clamor, mas forneceram uma base teológica para ele. Eles viam isso como uma definição necessária para combater forças nacionalistas, relativistas e centrífugas na Igreja e na sociedade daqueles tempos. Embora uma definição de infalibilidade não estivesse na pauta original do Vaticano I, ela tornou-se uma questão tão pública e controversa que quase inevitavelmente veio à tona quando o concílio se reuniu.

IHU On-Line – No século XIX, antes do concílio, os jesuítas surgiram como defensores da autoridade papal e da definição da infalibilidade. Por quê?

John O'Malley – Em 1773, o Papa Clemente XIV¹⁹ suprimiu os jesuítas em todo o mundo. Ele fez isso sob forte pressão dos ministros das monarquias Bourbon. Em muitos lugares, os governos adotaram políticas brutais contra os membros da ordem desonrada. Quando o Congresso de Viena restaurou os monarcas, ele também restaurou o Papa Pio VII²⁰ para Roma, cuja primeira ação foi restaurar os jesuítas.

Não só os jesuítas sofreram a supressão, mas, durante a época da Revolução, as suas famílias também experimentaram o virulento anticatolicismo da época. Os jesuítas consideravam o papado como seu salvador e, como a maioria dos católicos, viam o papado como a única esperança para a restauração da ordem adequada na sociedade.

bre as coisas criadas. No entanto, a necessidade de Revelação é defendida nela e a natureza da fé é explicada como um presente. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ **Concílio de Trento**: realizado de 1545 a 1563, foi o 19º concílio ecumênico. Foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé (sagrada escritura histórica) e a disciplina eclesiástica, no contexto da Reforma da Igreja Católica e a reação à divisão então vivida na Europa devido à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado como Concílio da Contrarreforma. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ **Enciclopédia do Iluminismo**: A *Encyclopédie*, elaborada entre 1751 e 1780 por D'Alembert e Diderot compilava em 35 volumes o conhecimento das ciências naturais e humanas da época, sob a perspectiva do esclarecimento. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **Casa Real de Bourbon**: é uma família nobre e importante casa real europeia originária do centro da França. Durante o século XVI, os reis Bourbon governaram Navarra e França. Já no século XVIII, membros da Casa de Bourbon detiveram tronos em Espanha, Duas Sicílias e Parma. Também se envolveram com diversas outras casas reinantes por casamento, em especial das da Áustria, Portugal e Brasil. Espanha e Luxemburgo são atualmente duas monarquias governadas pelos Bourbon. Na Espanha, realizou as chamadas reformas borbônicas, uma série de legislações econômicas e políticas introduzida pela coroa espanhola ao longo do século XVIII. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ **Du pape**: sobre o Papa, em tradução livre. É um livro de 1819 escrito pelo filósofo da Saboia Joseph de Maistre, que muitos consideram ser sua obra-prima literária. O trabalho é dividido em quatro partes. No primeiro, ele argumenta que, na Igreja, o papa é soberano, e que é uma característica essencial de todo poder soberano que suas decisões não devem ser objeto de recurso. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁸ **Joseph-Marie**, conde de Maistre (1753-1821): foi um filósofo, escritor, advogado e diplomata saboiano de língua francesa que defendia a hierarquia social e a monarquia, no período imediatamente após a Revolução Francesa. Apesar de seus estreitos laços pessoais e intelectuais com a França, Maistre foi durante toda sua vida um assunto do rei do Piemonte-Sardenha, a quem ele serviu como membro

do Senado da Saboia (1787-1792), embaixador na Rússia (1803-1817) e ministro de estado no tribunal de Turim (1817-1821). (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁹ **Papa Clemente XIV**, o **Rigoroso** (1705-1774): sacerdote franciscano nascido na Itália, foi Papa de 1769 até sua morte. Bem visto pelos governos contrários aos Jesuítas, ficou conhecido pela emissão do breve *Dominus ac Redemptor noster*, que extinguiu a Companhia de Jesus. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁰ **Papa Pio VII** (1740-1823): Monge beneditino, nascido Barnaba Chiaramonti, foi Papa da igreja católica de 1800 até sua morte. (Nota da **IHU On-Line**)

Na Itália, os jesuítas foram particularmente ardorosos no seu apoio ao papado porque viam a ameaça da unificação da Itália pelas forças de uma nova monarquia italiana e a consequente perda dos Estados Pontifícios como o estabelecimento do liberalismo como a ideologia dominante, promovida pelo governo.

IHU On-Line – Como a perda dos Estados Pontifícios (1860-1970) incide sobre o controle da Igreja no mundo?

John O'Malley – O efeito imediato sobre a relação do papado com o mundo foi a perda de qualquer direito de agir como um poder soberano, mas, no século XIX, esse direito já não significava muito. Muito mais importante foi o efeito que ele teve sobre o controle papal da nomeação dos bispos.

Em 1860-1870, quando a nova nação italiana absorveu em si as outras unidades políticas do país, as concordatas que regulavam as relações entre elas e a Santa Sé tornaram-se letra morta. Todas essas concordatas deram aos chefes de Estado um papel importante nas nomeações episcopais. De repente, Pio IX²¹ tinha uma mão virtualmente livre. Entre outubro de 1871 e maio seguinte, ele nomeou 102 novos bispos, enchendo a metade das sedes da Itália.

O que aconteceu na Itália foi um prenúncio das coisas por vir. Em 1901, quando o governo francês revogou unilateralmente a Concordata de 1801, Pio X denunciou o ato, mas descobriu que poderia nomear quem quisesse. E assim ocorreu, enquanto a cena política continuava mudando. No terceiro trimestre do século passado, o papado, pela primeira vez em toda a história da Igreja, tinha uma influência virtualmente ilimitada sobre as nomeações episcopais em todo o mundo. Pela primeira vez na história, os leigos não tinham nenhuma voz na nomeação dos bispos.

²¹ **Pio IX** (1792-1878): nascido Giovanni Maria Mastai-Ferretti, foi Papa durante mais de 31 anos, entre 16 de junho de 1846 e a data do seu falecimento. Era Frade Dominicano. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Podemos dizer que, apesar do *Pastor Aeternus* (o decreto sobre a infalibilidade), o Vaticano I foi um processo democrático? Por quê?

John O'Malley – O Vaticano I não foi um processo democrático. O Vaticano I, como todos os concílios, foi um exercício de governança da Igreja, e a governança da Igreja desde seus primeiros séculos tem sido hierárquica e colegial. Os bispos são figuras hierárquicas. Eles exercem a supervisão sobre suas dioceses.

Ao mesmo tempo, eles têm uma relação colegial com seu clero e com outros membros de suas dioceses, o que é mais claramente operacional quando eles convocam um sínodo diocesano para que, junto com essas pessoas, possam lidar com uma questão ou problema. Eles também têm uma relação colegial com outros bispos e têm uma relação hierárquica e colegial com o papa, o bispo de Roma. Todas essas relações foram operacionais no Vaticano I.

A melhor pergunta, portanto, é se o concílio foi livre, se os bispos podiam expressar livremente suas opiniões e se o processo era justo. A questão surge por causa do papel altamente partidário que Pio IX desempenhou na tentativa de sustentar que o *Pastor Aeternus* fosse aprovado, e fosse aprovado de uma forma que desse ao papa a autoridade máxima. Embora alguns poucos estudiosos tenham sustentado que, por essa razão, ele não foi livre, a maioria corretamente defendia o oposto. Não foi posto nenhum limite de expressão sobre os bispos que se opuseram ao decreto ou que se opuseram à forma que ele finalmente assumiu. Eles não conseguiram convencer os outros bispos. O processo no Vaticano I não foi perfeito, mas poucos são os encontros em que o processo é perfeito. O Vaticano I foi “democrático” no sentido de que os bispos lá falavam livremente, votavam livremente e procediam de acordo com um processo justo.

IHU On-Line – No contexto do Vaticano II²², como podemos

²² **Concílio Vaticano II**: convocado no dia 11-11-1962 pelo papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se

compreender as posições de João XXIII²³?

John O'Malley – Várias experiências formaram João XXIII e o levaram a convocar o Vaticano II. Ele foi treinado como historiador da Igreja e, enquanto lecionava no seminário de Bérgamo como jovem padre, ele começou a editar os registros da visita oficial da diocese de São Carlos Borromeu no século XVI. Ele publicou o último volume apenas um ano antes de ser eleito papa. No processo, ele percebeu como os sínodos e os concílios foram importantes no século XVI e na história mais geral da Igreja. Uma das primeiras coisas que ele fez quando foi nomeado patriarca de Veneza foi convocar um sínodo diocesano.

Nesse meio tempo, ele havia sido o enviado do Vaticano para a Bulgária, um país fundamentalmente ortodoxo, e depois para a Turquia, um país muçulmano. Isso lhe deu uma visão abrangente do cristianismo e uma apreciação dos anseios espirituais das pessoas não católicas. Nenhum papa anterior jamais teve tais experiências.

Viver os horrores da Segunda Guerra Mundial o convenceu da necessidade de reconciliação entre as nações e especialmente entre as Igrejas cristãs. Enquanto esteve na Turquia

a 8-12-1965, pelo papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. A revista **IHU On-Line** publicou na edição 297 o tema de capa *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <https://goo.gl/GVTuEQ>, bem como a edição 401, de 3-9-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <https://goo.gl/5lsmM>, e a edição 425, de 1-7-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, disponível em <https://goo.gl/8MDxOM>. Em 2015, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU promoveu o colóquio *O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade*. As repercussões do evento podem ser conferidas na revista **IHU On-Line** 466, de 1-6-2015, disponível em <https://goo.gl/LiJPrZ>. (Nota da **IHU On-Line**)
²³ **Papa João XXIII** (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi canonizado em 2013 pelo Papa Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

durante a Segunda Guerra Mundial, ele entrou em contato com os judeus que fugiam da perseguição nazista, uma experiência que o sensibilizou para a responsabilidade cristã pelo que havia acontecido com eles. Então, em 1944, ele se tornou núncio na França, onde entrou em contato com os novos movimentos da teologia que haviam sido reprimidos pelo Santo Ofício²⁴ do Vaticano.

²⁴ **Congregação para a Doutrina da Fé:** a mais antiga das nove congregações da Cúria Romana, um dos órgãos do Vaticano. Fundada pelo Papa Paulo III, em 21 de julho de 1542, com o objetivo de defender a Igreja da heresia. É historicamente relacionada com a Inquisição. Até 1908, era denominada como Sacra Congregação da Inquisição Universal quando passou a se chamar Santo Ofício. Em 1967, uma nova reforma, durante o pon-

Compreender o mundo e reconciliar os povos

Essas experiências levaram-no a querer uma reunião que levasse em conta a situação do mundo e trabalhasse pela reconciliação entre todos os povos. Essa é a pauta que ele deu ao concílio. Ele disse aos bispos que eles estavam lá para mostrar a Igreja como uma “mãe amorosíssima de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e de bondade para com os filhos dela separados” [frase do discurso do

tificado de Paulo VI, mudou para o nome atual. (Nota da **IHU On-Line**)

Papa João XXIII na solene abertura do Vaticano II].

IHU On-Line – Como podemos entender as relações entre o Vaticano I e o Vaticano II?

John O'Malley – Para uma resposta a essas e a outras perguntas semelhantes, eu remeto ao meu novo livro, a ser publicado pela Harvard University Press em 1º de agosto de 2019, intitulado *When Bishops Meet: An Essay Comparing Trent, Vatican I, and Vatican II* [Quando os bispos se encontram: um ensaio comparando Trento, Vaticano I e Vaticano II].■

Leia mais sobre o livro “Vatican I: The Council and the Making of the Ultramontane Church” [Vaticano I: O Concílio e a construção de uma Igreja ultramontana, em tradução livre], de John O'Malley

- **Vaticano I e os movimentos pré-conciliares que ameaçavam a Igreja.** Artigo de Michael Sean Winters, publicado nas Notícias do Dia de 04-03-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2ElmbGm>.

- **Vaticano I, um concílio mais católico do que o papa?** Artigo de Christopher M. Bellitto, publicado nas Notícias do Dia de 24-04-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2lsyFTq>.

- **Análise de Quinn sobre o Vaticano I e a infalibilidade é o seu presente final.** Artigo de Michael Sean Winters, publicado nas Notícias do Dia de 21-11-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2X0F0yG>.

- **Três aniversários em 2019 para entender melhor a Igreja.** Artigo de Massimo Faggioli, publicada nas Notícias do Dia de 05-01-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2KKjtnz>.

- **A espiritualidade humanística do Vaticano II.** Artigo de John W. O'Malley. Cadernos Teologia Pública nº 90, disponível em <http://bit.ly/2K8qyP4>.

Leia mais

- **O espírito pastoral de Francisco e o desafio de desacomodar bispos e teólogos.** Entrevista com John O'Malley, publicada na revista IHU On-Line número 465, de 18-05-2015, disponível em <http://bit.ly/2XlZdMw>.

- **O Concílio do impulso para a reconciliação.** Entrevista com John W. O'Malley, publicada na IHU On-Line 401, de 03-09-2012, disponível em <http://bit.ly/2KC4Rmy>.

- **Entre o amor e o ódio, Deus e o conhecimento. A complexa história jesuítica.** Entrevista John W. O'Malley, publicada nas Notícias do Dia, de 23-01-2015, disponível em <http://bit.ly/2rRGDom>.

- **Dez formas para confundir os ensinamentos do Vaticano II.** Artigo de John O'Malley, publicado em Notícias do Dia, em 28-01-2013, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2Y-QKN7k>.

- **'Regras para sentir com a Igreja' de Santo Inácio: chamado a uma ortodoxia cega?** Artigo de John W. O'Malley, publicado nas Notícias do Dia de 03-07-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2HWM3Mp>.

- **Entre o amor e o ódio, Deus e o conhecimento. A complexa história jesuítica.** Entrevista especial com John W. O'Malley, publicada nas Notícias do Dia de 23-01-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2ZhY200>.

- **Como os Sínodos funcionam: 21 perguntas para John W. O'Malley, SJ.** Entrevista publicada nas Notícias do Dia de 28-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2F00th6>.

Cadernos IHU Ideias

Confira em bit.ly/ihupublicacoes





Uma iluminação falsa

O Holocausto se repete em Sobibor, numa duplicada que talvez contenha bem pouco de respeito aos mortos

João Ladeira

“**S**e o cinema sobre o Holocausto consiste num gênero, existe também outro, centrado em prisioneiros de guerra. Derivação do filme de prisão, contém uma especificidade notável: refletem sobre o poder em sua encarnação mais injusta: as histórias de confinamento”, escreve João Ladeira.

Sobibor (sinopse): Baseado na história real de uma revolta que ocorreu no campo de extermínio russo de Sobibor, durante a Segunda Guerra Mundial, e do oficial soviético Alexander Pechersky. Quando era um prisioneiro de guerra em Sobibor, Pechersky conseguiu fazer o impossível: organizar um motim que resultou na fuga em massa dos prisioneiros do local. Muitos dos fugitivos foram mais tarde capturados e mortos – o resto, liderado por Pechersky, conseguiu se juntar aos seus compatriotas e engrossar as linhas defensivas russas. Representante da Rússia ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro 2019.

João Ladeira é professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Eis a crítica.

71

Sobibor (2018, Konstantin Khabenskiy) não é um bom filme, e parece difícil acreditar que pudesse sê-lo. Mas possui uma curiosidade. Há muitas películas russas ou soviéticas sobre a Segunda Guerra, mas essa versa sobre o Holocausto, em fatos que envolvem um sobrevivente histórico: Alexander “Sasha” Pechersky.

Essa parecia ser uma especialidade de Hollywood, mas a Rússia mostra que também pode manejá-la. Já se contou a história de Sobibor e de Sasha, narrada num telefilme, *Fuga de Sobibor* (*Escape from Sobibor*, 1987, de Jack Gold), e num documentário de Claude Lanzmann, *Sobibor, 14 octobre 1943, 16 heures* (2001).

Cada um possui seu tom, mas comparar *Sobibor* a seus antecessores interessa pouco. Também não importa discutir sua fidelidade aos “fatos” ou se debruçar sobre sua fotografia, suas atuações ou seu cenário. Na verdade, o trabalho de Khabenskiy importa pouco. Relevante é o que se pretende com ele.

Há uma troca de perspectiva em jogo. Num artigo para *A Companion to Russian Cinema*, coleção da Wiley-Blackwell sobre produções nacionais, Stephen Norris descreve o afincamento com a qual a mãe-Rússia sempre foi defendida nos filmes. Não surpreende que o mesmo se repita por trás do arame-farpado.

“Diferentes impérios – ou aqueles com a pretensão de sê-lo – se depararam com a necessidade de expor sua versão sobre a vitória”

Fugindo do Inferno

Se o cinema sobre o Holocausto consiste num gênero, existe também outro, centrado em prisioneiros de guerra. Derivação do filme de prisão, contém uma especificidade notável: refletem sobre o poder em sua encarnação mais injusta: as histórias de confinamento.

Existe personagem em situação mais frágil? Quem precisa escapar guarda imenso valor moral. Porém, são fugas bem diferentes as de *A Grande Ilusão* (*La grande illusion*, 1937, de Jean Renoir) e de *Um Condenado à Morte Escapou* (*Un condamné à mort s'est échappé*, 1956, de Robert Bresson) frente a de *O Franco Atirador* (*The Deer Hunter*, 1978, de Michael Cimino), por exemplo.

Nos dois primeiros, nos deparamos com uma visão humanista, sem pátria, contrária a todo conflito. É um lirismo que jamais caberá nas canções patrióticas. Enquanto isso, Cimino ironizava um império em decadência moral, desfazendo-se em meio à guerra homicida que não poupava nem mesmo seus próprios homens.

Mas *Sobibor* nada tem de dissonante ou menor. Nem possui indícios de obra de dissolução. O contrário: aponta para uma tentativa de afirmar algo. É previsível: diferentes impérios – ou aqueles com a pretensão de sê-lo – se depararam com a necessidade de expor sua versão sobre a vitória.

Pois há uma fala curiosa no filme. Próximo do clímax, um dos personagens pergunta: “O que [Sasha] tem no coração para todos o ouvirem?”. A resposta: “[Ele] tem Stalin no coração”. O que esse sujeito tinha ou deixava de ter no lado esquerdo do peito é questão em aberto, mas a alusão é bem curiosa.

Tigres de papel?

Num texto republicado pela Piauí em 2014, Slavoj Žižek nos recordou o quanto a política externa de Putin se aproxima de uma pretensão que o filósofo chamou de “czarista-stalinista”: a expectativa de reconstruir um grande império no espírito do velho ditador totalitário.

Tal projeto vem sempre acompanhado da escolha de inimigos ficcionais. Que o filme nos recorde exatamente do czar vermelho parece curioso. São pretensões de grandeza na qual os poderes do mundo querem se revezar, expectativa da qual *Sobibor* participa.

Que a insurreição do filme de Khabenskiy tenha sido conduzida por um soviético integrante do Exército Vermelho parece muito mais importante que o fato de Sasha ser judeu. Se, de dentro de um campo de concentração cinematográfico nosso herói está defendendo a humanidade, ele o faz de um ponto de vista russo.

Para tal, luta contra aquele que, no cinema norte-americano, havia sido o principal inimigo de celuloide. E, se tudo acontece mais de uma vez – como tragédia, farsa ou o que quer que seja –, então *Sobibor* é apenas outra tentativa de legitimar as pretensões imperiais da Rússia desses dias que correm.

Quando o próprio Khabenskiy (um ator conhecido em seu país) protagonizou *The Admiral* (2008, de Andrei Kravchuk), a apropriação criativa da história, típica ao cinema, transformou os Exércitos Brancos em heróis de uma nação grande e poderosa. Trocam-se as posições, os países se alternam: as fantasias continuam as mesmas.

F for Fake

A recordação parece indispensável a certo tipo de cinema. Nenhuma outra arte pareceu tão eficaz em fazer crer que o passado está novamente ocorrendo diante de nossos olhos. É o indício mais bem-acabado dessa vontade de recriar um tempo pregresso em suas minúcias, como se alguma iluminação pudesse brotar daí.

Quando esses filmes nos fazem chorar, cremos num ato de respeito pela dor daqueles que não puderam se safar. Talvez não exista gênero em que essa sensação foi tão aproveitada quanto nos filmes de guerra. Mas o cinema sobre o passado talvez seja o mais indiferente ao sofrimento que consumiu a vida de quem viveu o horror.

Sua energia visa sempre a certa versão do presente, e só. Na visita de Netanyahu à Rússia em janeiro de 2018, o primeiro-ministro de Israel conheceu, junto de Putin, o Museu e Centro de Tolerância Judaico. Assistiram à exposição “Sobibor: Aqueles que Desafiaram a Morte”.

Ao noticiar o evento, o site do Kremlin fez questão de citar tal levante como obra de Sasha. Pois é. ■

Cadernos TEOLOGIA PÚBLICA

73

Confira em bit.ly/ihupublicacoes



Renda básica em tempos difíceis

O número 284 dos Cadernos IHU Ideias traz o artigo de Josué Pereira da Silva, intitulado “Renda básica em tempos difíceis”. No texto, o autor aborda os desafios para implementação da renda básica na contemporaneidade. Isso tudo a partir do tensionamento entre a lógica da economia (capitalista) e a lógica do social. A referida tensão, neste artigo, serve como pano de fundo para a compreensão do verdadeiro significado de renda básica no contexto de uma sociedade capitalista.

Josué Pereira da Silva é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e doutor em Sociologia pela New School for Social Research, Nova Iorque, Estados Unidos. Atua como professor na Unicamp. Desde 2011 coordena, junto com Sílvio Camargo, o grupo de pesquisa Teoria Crítica e Sociologia.

A versão completa deste Cadernos IHU Ideias está disponível em <http://bit.ly/31db5T4>.

Estas e outras edições dos Cadernos IHU Ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.





Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-antiores



A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx

Edição 278 – Ano VIII – 21-10-2008

A mais grave e complexa crise do capitalismo depois de 1929 é a que o mundo vive neste mês de outubro de 2008. Um ciclo maior do capitalismo, iniciado há quase 80 anos, parece estar no fim. A importância do momento que nos cabe viver faz com que novamente a edição da IHU On-Line desta semana retome o tema. Se, duas semanas atrás, falávamos do retorno de J. M. Keynes, nesta edição testemunhamos o retorno de Marx. Aliás, na última semana os jornais alemães, por exemplo, repercutiram amplamente o aumento das vendas das obras de Karl Marx, especialmente de O capital.



A financeirização da vida

Edição 468 – Ano XV – 29-07-2015

Uma economia globalizada e financeirizada, que se sobrepõe à política e está descolada de critérios éticos em suas transações. Sob esse pano de fundo, bancos são salvos da falência enquanto as pessoas perdem as casas onde vivem porque não têm condições de continuar honrando seus empréstimos. A financeirização da vida e os processos de subjetivação que são requeridos e a consequente reconfiguração da relação entre a economia e a política são o tema dessa edição da revista.



Financeirização, Crise Sistêmica e Políticas Públicas

Edição – 492 – Ano XVI – 05-09-2016

Nos dias 13 e 14 de setembro de 2016, foi realizado o IV Colóquio Internacional IHU. Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica, que discutia justamente esse cenário de financeirização, em que a economia assume a centralidade na vida. Essa edição da IHU On-Line segue na temática e busca aprofundar o debate.

Cadernos IHU *ideias*

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores de diversas universidades e instituições de pesquisa.



ihu.unisinos.br/publicacoes/mais-publicacoes

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br

twitter.com/_ihu bit.ly/faceihu bit.ly/instaihu bit.ly/youtubeihu medium.com/@_ihu